



PREGÃO ELETRÔNICO
90047/2026

CONTRATANTE (UASG):
113601

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO UTILIZANDO LINKS DE DADOS COM CAPACIDADE DE PROVER COMUNICAÇÃO DE DADOS, VOZ E IMAGENS POR COMUTAÇÃO DE PACOTES IP (INTERNET PROTOCOL), PARA O IPEA BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:
R\$ 86.400,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:
DIA 09/06/2026 ÀS 10h. (HORÁRIO DE BRASÍLIA)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
MENOR PREÇO POR ITEM.

MODO DE DISPUTA:
ABERTO.

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/ EPP/ EQUIPARADAS:
SIM.

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM:
NÃO.

SUMÁRIO

- [DO OBJETO](#)
- [DO REGISTRO DE PREÇOS](#)
- [DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO](#)
- [DO ORÇAMENTO ESTIMADO](#)
- [DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO](#)
- [DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA](#)
- [DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES](#)
- [DA FASE DE JULGAMENTO](#)
- [DA FASE DE HABILITAÇÃO](#)
- [DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS](#)
- [DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA](#)
- [DOS RECURSOS](#)
- [DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES](#)
- [DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO](#)
- [DAS DISPOSIÇÕES GERAIS](#)

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90047/2026

(Processo nº 03001.002503/2023-01)

Torna-se público que o **INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA** (UASG. 113601, inscrito no CNPJ sob o nº 33.892.175/0001-00, por meio de sua **DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**, sediado no SEPS 702/902, Conjunto C, Torre B, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70390-025, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação utilizando links de dados com capacidade de prover comunicação de dados, voz e imagens por comutação de pacotes IP (Internet Protocol), para o IPEA Brasília e Rio de Janeiro, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela abaixo, e conforme constante no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO		CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	Serviço mensal de link dedicado de Internet com serviço Anti-DDoS em Brasília/DF	Subitem 1.1. - 10 Gbps	26506	Serviço/mês	12	R\$	R\$
		Subitem 1.2. - 5 Gbps				R\$	R\$
		Subitem 1.3. - 2 Gbps				R\$	R\$
2	Serviço mensal de link dedicado de Internet com serviço Anti-DDoS no Rio de Janeiro/RJ	Subitem 2.1. - 10 Gbps	26506	Serviço/mês	12	R\$	R\$
		Subitem 2.2. - 5 Gbps				R\$	R\$
		Subitem 2.3. - 2 Gbps				R\$	R\$
TOTAL ESTIMADO						R\$ 7.200,00	R\$ 86.400,00

1.3. Havendo diferença entre a descrição do item no catálogo de serviços - CATSER e a descrição no instrumento convocatório do pregão e seus anexos, prevalecerá este último.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

Suprimido. (Esta contratação não será realizada por registro de preços)

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras). Edital 90047/2026 (0791503) SEI 03001.002503/2023-01 / pg. 2

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para os itens [01 e 02](#), a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.6.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.7. Para os itens [01, 02](#), a participação é restrita a empresas que cumpram o Processo Produtivo Básico nos termos das Leis nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e 8.387, de 30 de dezembro de 1991.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015, bem como para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação

3.9.3. **Suprimido.**

3.9.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.11. **Suprimido.**

3.9.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.7. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens [3.9.5. e 3.9.6.](#) poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.5. e 3.9.6. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.16. A vedação de que trata o item 3.10. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. **Suprimido.** (Não se aplica)

4.2. O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso.

4.3. Para fins do disposto no item anterior, o orçamento estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.

4.4. O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.4.3. não possui, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.6. **Suprimido.** (Não se aplica).

Justificativa: Até o presente momento, não há resolução da CICS que inclua serviços de conectividade à Internet ou telecomunicações como objeto de aplicação de margem de preferência

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.7.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

5.7.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que

trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4. ou 4.7. sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. [Valor unitário do item.](#)

6.1.1.1. [O licitante deverá verificar se o valor da proposta cadastrada para cada item reflete o valor total, considerando o quantitativo total do item informado no Termo de Referência e no modelo de proposta.](#)

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.1.4. [Suprimido. \(Justificativa: Não se trata de contratação por registro de preços\).](#)

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. [Suprimido. \(Justificativa: Não se trata de contratação por registro de preços\).](#)

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.4.1. No modelo de proposta, o licitante deverá informar os preços correspondentes às diferentes velocidades de banda, os quais deverão observar uma progressão lógica, de modo que as velocidades superiores apresentem valores superiores às velocidades inferiores, vedada a inversão de preços entre os perfis de velocidades.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. **Suprimido.** (Justificativa: Não se trata de contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra).

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional. OU

6.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico, **caso não se trate de orçamento sigiloso**;

6.13. **Suprimido.** (Justificativa: o critério de julgamento será o de menor preço)

6.14. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.15. **Suprimido.** (Justificativa: Não se trata de contratação de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra).

6.16. **Suprimido.** (Justificativa: Não se trata de contratação de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra).

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,50% (zero vírgula cinquenta por cento)**.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e

ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), O pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. **Suprimido.** (Não se aplica, visto que será adotado o modo de disputa aberto).

7.13. **Suprimido.** (Não se aplica, visto que será adotado o modo de disputa aberto).

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão/Agente de Contratação/Comissão.

7.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

7.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Será assegurado o direito de preferência previsto no artigo 3º da Lei nº 8.248, de 1991, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, nos seguintes termos:

7.22.1. Após a aplicação das regras de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, caberá a aplicação das regras de preferência, sucessivamente, para:

7.22.1.1. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

7.22.1.2. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

7.22.1.3. bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º e 8º do Decreto 7.174, de 2010 e art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991.

7.22.2. Os licitantes classificados que estejam enquadrados no item 7.22.1.1, na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.

7.22.3. Caso a preferência não seja exercida na forma do item 7.22.1.1, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item 7.22.1.2, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item 7.22.1.3 caso esse direito não seja exercido.

7.22.4. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

7.23. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.24. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.24.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.24.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.24.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.

7.24.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.25. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.25.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.25.2. empresas brasileiras;

7.25.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.25.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.26. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.27.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.27.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.27.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.27.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.27.5. O pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.27.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.28. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/ Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. **Suprimido.** (Não se trata de contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra).

8.7.1. **Suprimido.** (Não se trata de contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra).

8.8. **Suprimido.** (Não se trata de contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra).

8.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.9.1. conter vícios insanáveis;

8.9.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/ Projeto Básico;

8.9.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.9.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.9.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.11. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.11.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.12. **Suprimido.** (Justificativa: Não se trata de contratação de serviços de engenharia).

8.13. **Suprimido.** (Justificativa: Não se trata de contratação de serviços de sustentação de software).

8.14. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.15. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.17. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das

propostas;

8.18. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime

8.19. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.20. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.21. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.22. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.23. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.24. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.25. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.26. **Suprimido.** (Justificativa: Não se trata de contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra).

8.27. **Suprimido.** (Justificativa: Não se trata de contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra).

8.28. **Suprimido.** (Justificativa: Não se trata de contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra).

8.29. **Suprimido.** (Justificativa: Não se trata de contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra).

8.30. **Suprimido.** (Justificativa: Não se trata de contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra).

8.31. **Suprimido.** (Justificativa: Não se trata de contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra).

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **20% (vinte por cento)** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados, em original, por cópia, **ou documento nato digital**.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos

de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado, através de envio de e-mail para: cgdti@ipea.gov.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes, [de acordo com o item 4.30 do TR](#).

9.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.11. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

9.14. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **02 (duas) horas**, para:

9.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou

outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **05 (cinco)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **05 (cinco)** dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **05 (cinco)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10.8. **Suprimido.** (Justificativa: Não se trata de contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra).

10.9. **Suprimido.** (Justificativa: Não se trata de contratação de serviços de grande vulto).

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Suprimido. (Justificativa: Não se trata de contratação por registro de preços).

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. **Suprimido.** (Justificativa: Não se trata de contratação por registro de preços).

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico (https://processoeletronico.ipea.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0).

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão/a durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9., a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9., bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, e 14.1.3. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará

o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, [através do e-mail: licitacoes-bsb@ipea.gov.br](mailto:licitacoes-bsb@ipea.gov.br).

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico <https://www.ipea.gov.br/portal/licitacoes-e-contratos>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO I - Termo de Referência, SEI nº (0795848);

16.11.1.1. APÊNDICE I - Estudo Técnico Preliminar, SEI nº (0795845)

- 16.11.2. ANEXO II - Modelo de Proposta de Preços, SEI nº (0792797);
16.11.3. ANEXO III - Contrato (Minuta), SEI nº (0792490) ;
16.11.4. ANEXO IV - Declaração de Realização de Vistoria, SEI nº (0774802);
16.11.5. ANEXO V - Declaração de Não Realização de Vistoria, SEI nº (0774804);
16.12. Os anexos acima informados deverão ser apresentados, quando aplicáveis, durante a licitação.

Assinatura Eletrônica
Fernando Gaiger Silveira
Diretor de Desenvolvimento Institucional - DIDES
Portaria CCPR nº 2.000, de 13 março de 2023.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Pregão e Concorrência - TIC - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Governo Digital
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: AGO/2025



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Gaiger Silveira, Diretor(a) de Desenvolvimento Institucional - DIDES**, em 20/05/2026, às 15:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.ipea.gov.br/processoeletronico/conferir> informando o código verificador **0791503** e o código CRC **E69A44BA**.

Termo de Referência 18/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
18/2026	113601-IPEA-STITUT.DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA /DF	VIVIANE RODRIGUES NETO	19/05/2026 12:01 (v 0.10)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC	47/2026	03001.002503/2023-01

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicação de rede, que consistem no fornecimento de 02 (dois) links dedicados de acesso à Internet, cada um com velocidade mínima de 2 Gbps simétrica (garantindo a mesma velocidade de upload e download) e serviço de proteção contra ataques distribuídos de negação de serviço (Anti-DDoS), sendo um na unidade do Ipea em Brasília/DF e outro na unidade do Ipea no Rio de Janeiro/RJ. A solução deve ser capaz de fornecer continuamente os meios para a comunicação de dados, voz e imagens por comutação de pacotes IP (Internet Protocol) sem limite de tráfego, com suporte e manutenção 24 horas por dia, 7 dias por semana (regime 24x7), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO		CATSER	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	CÓD. PMC-TIC	QTDE.	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	Serviço mensal de link dedicado de Internet com serviço Anti-DDoS em Brasília /DF	Subitem 1.1. - 10 Gbps	26506	Serviço/mês	-	12	R\$	R\$
		Subitem 1.2. - 5 Gbps					R\$	R\$
		Subitem 1.3. - 2 Gbps					R\$	R\$
2	Serviço mensal de link dedicado de Internet com serviço Anti-DDoS no Rio de Janeiro/RJ	Subitem 2.1. - 10 Gbps	26506	Serviço/mês	-	12	R\$	R\$
		Subitem 2.2. - 5 Gbps					R\$	R\$
		Subitem 2.3. - 2 Gbps					R\$	R\$

Valor Máximo da Contratação (Soma dos Subitens: 1.1. + 2.1.)					2	R\$	R\$

1.2. A presente contratação será realizada por meio de licitação, não estando prevista a adesão por órgãos ou entidades não participantes, tampouco a utilização de ata de registro de preços.

1.3. A contratação permite a flexibilidade de ajuste dinâmico da largura de banda, com a possibilidade de solicitar, por ordem de serviço, alteração das taxas de transmissão entre os perfis de velocidade de 2 Gbps, 5 Gbps e 10 Gbps.

1.3.1. Conforme a tabela acima, será considerado como preço total do grupo/contrato a soma dos subitens 1.1 + 2.1, que correspondem à velocidade máxima da banda de cada item.

- Deverá ser cotado no lance e no cadastramento da proposta inicial do pregão o valor mensal do "Subitem 1.1. - 10 Gbps" para o item 1 - Serviço mensal de link dedicado de Internet em Brasília/DF;
- Deverá ser cotado no lance e no cadastramento da proposta inicial do pregão o valor mensal do "Subitem 2.1. - 10 Gbps" para o item 2 - Serviço mensal de link dedicado de Internet no Rio de Janeiro/RJ.

1.3.2. Todos os subitens que constam na tabela acima devem ser cotados na proposta de preços, em documento assinado contendo os valores finais adequados ao último lance, visando a permitir que a Administração analise integralmente seu conteúdo e que possa alterar as velocidades da banda de acordo com suas demandas por meio de ordem de serviço, e que também possa utilizar os valores dos demais subitens como critério de desempate entre proponentes.

Importante destacar que as velocidades de cada subitem definidas na tabela acima, dentro de cada item, não coexistirão simultaneamente conforme esclarecido no item 11.2 deste Termo de Referência.

1.3.3. As velocidades da banda determinadas nos subitens da tabela acima são independentes entre si, ou seja, o Ipea poderá solicitar qualquer uma das velocidades da banda especificadas para os itens 1 e 2 para a formação do preço mensal a ser pago à futura CONTRATADA.

1.3.4. O Ipea deve iniciar a execução contratual utilizando a menor das velocidades especificadas para cada um dos links, levando em conta o princípio da economicidade e as configurações de banda dos links atualmente utilizados em produção pelo Instituto conforme item 7 (Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços) do Estudo Técnico Preliminar nº 14/2026.

1.3.5. A modelagem adotada para formação do preço do contrato, baseada nos subitens correspondentes à velocidade máxima de cada link (10 Gbps), tem por objetivo assegurar a comparabilidade das propostas apresentadas pelos licitantes e garantir flexibilidade para ampliação da capacidade de banda ao longo da vigência contratual, sem necessidade de nova licitação ou alteração da infraestrutura física instalada. Essa abordagem permite à Administração ajustar a velocidade dos enlaces conforme a evolução das necessidades institucionais, preservando a economicidade e a escalabilidade da solução de conectividade.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.4. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.5. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que **trata-se de um serviço permanente, essencial e imprescindível para a manutenção das atividades institucionais do Ipea**, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar;

Prazo de vigência

1.6. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses contados do(a) data de assinatura do termo de contrato** , prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar a continuidade, a disponibilidade e o desempenho adequado da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Ipea, considerando a crescente digitalização das atividades institucionais, o uso intensivo de sistemas informacionais e a dependência de recursos distribuídos em nuvem.

2.1.1. As atividades institucionais do Ipea dependem de conectividade de alta disponibilidade, baixa latência e desempenho contínuo, especialmente em razão do uso de serviços simultâneos e sensíveis a atrasos, tais como transmissões ao vivo de eventos, videocolaboração, streaming em alta definição, acesso remoto via VPN, telefonia VoIP, ferramentas de análise estatística e modelagem econométrica.

2.1.2. Além disso, o acesso a publicações técnicas, bases de dados e plataformas institucionais, como IpeaDATA, Mapa do IDHM e Portal das OSCs, depende diretamente da estabilidade, disponibilidade e capacidade da conexão de dados contratada.

2.1.3. O dimensionamento da solução foi realizado com base em dados técnicos e verificações de desempenho da rede atual, incluindo testes de conectividade entre unidades, análise do perfil de tráfego e avaliação de custo-benefício constante do Estudo Técnico Preliminar nº 14/2026.

2.1.4. A análise do perfil de tráfego demonstrou a ocorrência de picos e rajadas de alto consumo, especialmente em operações de transferência de grandes volumes de dados, replicações entre unidades, rotinas de backup e tarefas computacionalmente intensivas.

2.1.5. Embora a média de utilização da rede não atinja constantemente velocidades na ordem de gigabits, a contratação de links com capacidade inicial de 2 Gbps mostrou-se tecnicamente justificada para garantir resposta adequada aos picos de demanda, minimizar latência e otimizar o tempo de resposta em interações críticas.

2.1.6. A escolha da solução com capacidade inicial de 2 Gbps foi considerada a alternativa mais vantajosa sob os aspectos técnicos e econômicos, conforme demonstrado nos estudos de Custo Total de Propriedade (TCO) constantes do Estudo Técnico Preliminar nº 14/2026.

2.1.7. A adoção dessa arquitetura de conectividade contribui para a redução da complexidade da infraestrutura, amplia a flexibilidade para expansão futura de banda e favorece a redução do custo total de propriedade da solução ao longo do tempo.

2.1.8. A contratação possui natureza continuada, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que os serviços de conectividade de dados são essenciais à manutenção das atividades institucionais e administrativas do Ipea.

2.1.9. A presente contratação reveste-se de caráter essencial ao funcionamento do órgão, pois os serviços de conectividade de dados são indispensáveis à operação dos sistemas corporativos, ao acesso a serviços digitais, à comunicação institucional e à execução das atividades finalísticas e administrativas.

2.1.10. Dessa forma, resta evidenciado o interesse público na contratação, nos termos do art. 3º do Decreto nº 8.540, de 9 de outubro de 2015, bem como sua aderência aos princípios da economicidade, eficiência, continuidade e vantagem para a Administração.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: **33892175000100-0-000001/2026**;

- II) Data de publicação no PNCP: 12/03/2025;
- III) Id do item no PCA: 46 e 47;
- IV) Classe/Grupo: 142;
- V) Identificador da Futura Contratação: 113601-47/2026;

2.3. Conforme detalhado no item 2.2, a presente contratação encontra-se devidamente prevista no Plano de Contratações Anual do Ipea, em conformidade com o Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022.

2.4. A presente contratação observa as diretrizes de sustentabilidade institucional aplicáveis às contratações públicas no âmbito do Ipea, em consonância com a Portaria Normativa Ipea nº 304, de 26 de dezembro de 2024, que trata do Plano Diretor de Logística Sustentável do Ipea para o ciclo 2025-2026.

2.5. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2024-2027 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2025-2027 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
N1	Atualização da Infraestrutura de TI
M1	Otimizar a oferta de infraestrutura compartilhada de tecnologia da informação e comunicação para o fortalecimento do governo digital

ALINHAMENTO AO PDTIC 2025-2027			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
A1	Implementar tecnologias de alta velocidade, como fibra óptica e redes sem fio de última geração.	M1	Melhoria da conectividade, desempenho e performance da rede do Ipea.

2.6. A exigência de integração à Plataforma gov.br, nos termos do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, não se aplica à presente contratação, uma vez que o objeto não envolve o desenvolvimento, disponibilização ou integração de serviços públicos digitais ao cidadão, tratando-se exclusivamente de serviço de infraestrutura de conectividade de dados.

2.7 A presente contratação tem por objeto a prestação de serviço comum de telecomunicações, consistente no fornecimento de links dedicados de acesso à Internet, com proteção Anti-DDoS, suporte técnico e monitoramento contínuo, nos termos deste Termo de Referência e seus anexos.

2.8 Em atendimento ao art. 3º da IN SGD nº 94/2022, registra-se que o objeto constitui solução única de TIC /telecomunicações, não havendo contratação de mais de uma solução em um mesmo instrumento contratual. A funcionalidade de proteção Anti-DDoS integra a própria solução de conectividade, configurando-se como característica técnica indissociável do serviço contratado.

2.9 Registra-se, ainda, que o objeto não contempla a contratação de serviços vedados pelo art. 3º do Decreto nº 9.507/2018, não envolvendo tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão ou controle; não se caracteriza como serviço estratégico cuja terceirização comprometa o controle de processos ou conhecimentos institucionais; não se relaciona ao exercício de poder de polícia, regulação, outorga de serviços públicos ou aplicação de sanções; e não corresponde a atribuições inerentes às categorias funcionais do quadro de pessoal do órgão.

2.10 A execução contratual restringe-se à prestação de serviço técnico especializado de telecomunicações, permanecendo sob responsabilidade exclusiva da Administração a gestão, supervisão, fiscalização e tomada de decisões administrativas.

2.11 Nos termos do art. 4º da IN SGD nº 94/2022, esclarece-se que não constitui objeto desta contratação a avaliação, mensuração ou apoio à fiscalização da solução por terceiro independente. Caberá à contratada apenas a disponibilização de dados técnicos e relatórios de níveis mínimos de serviço, os quais serão auditáveis e sujeitos à verificação pelo fiscal do contrato, sem transferência de atribuições próprias e exclusivas da Administração.

2.12 Dessa forma, a presente contratação observa integralmente as disposições da IN SGD nº 94/2022 e do Decreto nº 9.507/2018, sendo juridicamente admissível sua execução indireta.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A solução de TIC consiste em contratação de dois links dedicados de acesso à Internet, com velocidade mínima de 2 Gbps cada, sendo um para a unidade do Ipea em Brasília/DF e outro para a unidade no Rio de Janeiro/RJ. Cada link deverá operar em modo full-duplex, com garantia de banda contratada, suporte técnico em regime 24x7 e serviço Anti-DDoS. A solução visa melhorar o desempenho global da comunicação de dados institucional e substituir o enlace ponto a ponto atualmente contratado, utilizando túnel IPSEC seguro para interligação entre as unidades, promovendo maior eficiência, disponibilidade e redução de custos operacionais.

3.3. Composição da Solução

- Quantidade de serviços contratados: 02 links dedicados de acesso à Internet com velocidade mínima de 2 Gbps e proteção Anti-DDoS.
- Unidade de medida: Serviço/mês.
- Código CATMAT/CATSER: 26506.
- Prazo de contratação: 12 (doze) meses, prorrogável sucessivamente até o limite legal de 120 (cento e vinte) meses, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que mantida a vantajosidade para a Administração.
- Endereços de ativação:
 - Brasília: SEPS 702/902, Bloco C, Torre B, Asa Sul.
 - Rio de Janeiro: Av. Presidente Vargas, 730, Torres 3 e 4, Centro.

3.4. Ciclo de Vida do Objeto

3.4.1. A solução de TIC proposta contempla todas as fases do ciclo de vida do objeto, conforme descrito a seguir:

- Aquisição: contratação dos links dedicados conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho, com planejamento para substituição da solução atualmente em uso.
- Implementação: ativação dos links nos endereços indicados, configuração dos túneis IPSEC, definição de novas faixas de endereçamento IP e integração com a infraestrutura institucional
- Operação: utilização contínua dos serviços de conectividade para suportar as atividades institucionais, com garantia de banda e suporte técnico 24x7. A fase de operação observará a vigência inicial de 12 meses, admitidas prorrogações legais.

- Manutenção: monitoramento proativo, suporte técnico especializado, mitigação de ataques DDoS e possibilidade de ajuste de banda conforme demanda.
- Desativação ou substituição: ao final do contrato, em caso de evolução tecnológica ou mudança nas necessidades institucionais, os serviços poderão ser descontinuados ou substituídos por soluções mais adequadas, com base em nova análise de viabilidade técnica e econômica.

3.5. Memória de Cálculo - conforme detalhado na análise econômica constante do Estudo Técnico Preliminar nº 14 /2026.

3.6. Justificativa Técnica e Econômica

3.6.1. Segundo o ETP, a solução de 2 Gbps apresenta o melhor custo-benefício. A eliminação do enlace ponto a ponto na arquitetura tecnológica gera economia de R\$ 875.295,00 em 5 anos. O custo por Mbps é significativamente inferior (R\$ 0,7500) comparado a outras opções. A infraestrutura pode ser escalável, com perfis de velocidade de 2, 5 e 10 Gbps, ajustáveis por ordem de serviço. Há redução de pontos de falha e simplificação da gestão contratual, alinhando-se aos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade da Lei nº 14.133/2021.

3.7. Especificação dos Serviços

3.7.1. Não foram identificadas soluções compatíveis com o objeto da presente contratação nos Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas do SISP. Dessa forma, declara-se expressamente que a presente contratação não envolve itens constantes nos referidos Catálogos, razão pela qual não se aplica a utilização do Preço Máximo de Compra de Item de TIC (PMC-TIC) como parâmetro de preço estimado, nos termos do art. 40 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022. Assim, a estimativa de preços foi realizada por meio de pesquisa de mercado, conforme metodologia descrita no Estudo Técnico Preliminar nº 14/2026 e no Mapa de Estimativa de Preços 45/2025 (SEI nº 0778558), em conformidade com a Instrução Normativa SEGES /ME nº 65/2021.

3.7.2. As especificações técnicas da solução estão detalhadas no Anexo I – Especificações Técnicas, que integra este Termo de Referência.

3.7.3. A presente contratação tem por objeto a prestação de serviço especializado de telecomunicações /conectividade, consistente no fornecimento de links dedicados de acesso à Internet com proteção Anti-DDoS, suporte técnico e monitoramento contínuo. O núcleo do objeto contratado corresponde à disponibilização de capacidade de comunicação de dados e à manutenção de níveis mínimos de serviço, não se caracterizando como fornecimento de bens ou serviços de informática e automação para fins de aplicação do Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010. Dessa forma, não se aplica ao caso concreto a margem de preferência prevista no referido normativo.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio:

4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.1.1. Os endereços e localidades onde os links dedicados de acesso à Internet serão instalados encontram-se presentes na tabela abaixo:

Localidade do IPEA		Endereço
1	Brasília	SEPS - Setor de Edifícios Públicos Sul - 702/902, Lote C - Asa Sul – Brasília/DF CEP: 70390-025

2	Rio de Janeiro	Av. Presidente Vargas, 730, 16º andar – Torres 3 e 4 - Centro - Rio de Janeiro/RJ CEP: 20071-900
---	----------------	--

4.1.2. Caberá à nova CONTRATADA o ônus do fornecimento de todos os equipamentos e insumos necessários para manutenção dos enlaces de comunicação em produção a serem contratados.

4.1.3. Os serviços de rede prestados pela unidade do IPEA em Brasília, como autenticação, serviços de intranet, telefonia fixa corporativa VoIP e correio eletrônico, são utilizados por todas as unidades do IPEA, fazendo-se necessária a aquisição de serviço de comunicação de dados para a interligação dos serviços digitais entre as unidades.

4.1.4. Já os serviços externos - como o sítio do IPEA e as plataformas IPEAdata, Atlas do Desenvolvimento Humano e Mapa das Organizações da Sociedade Civil – são prestados através da Internet. Sendo assim, há a necessidade de contratação de uma conexão IP com a Internet, a fim de dar continuidade à prestação de tais serviços, entre outros.

4.1.5. A contratação do acesso dedicado à Internet também permite a acessibilidade digital aos servidores e colaboradores do IPEA aos recursos tecnológicos do Instituto por meio de uma rede virtual privada (VPN).

4.1.6. A Tecnologia da Informação é imprescindível para o IPEA, considerando que é elemento-chave para a sustentação tecnológica que assegura a condução e operacionalização da missão do Instituto. O IPEA tem sua sede em Brasília e também possui uma unidade no Rio de Janeiro. O IPEA também interage com diversos órgãos públicos e institutos de pesquisa, universidades e organizações não governamentais. Esta interação se dá na forma de convênios que envolvem a coleta de dados, troca de informações e fornecimento de subsídios para as pesquisas e a elaboração de políticas públicas.

4.1.7. O IPEA necessita que suas informações, providas por meio de recursos tecnológicos, estejam seguras e disponíveis quando necessárias, mantendo a continuidade do negócio e criando condições para suportar a missão institucional do Instituto.

4.1.8. Assim sendo, os serviços de Tecnologia da Informação contratados devem ser capazes de manter o pleno funcionamento atual com melhorias em capacidade e desempenho.

Requisitos de Capacitação

4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação;

Requisitos Legais

4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;[A4]

Requisitos de Manutenção

4.4. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções **corretivas e preventivas** pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução **de acordo com os Níveis Mínimos de Serviço** definidos neste Termo de Referência:

4.4.1. Os serviços de manutenção corretiva e suporte devem ser prestados sob a forma de garantia de resolução de problemas referentes ao link de internet contratado considerando a necessidade de continuidade no funcionamento do serviço em caso de falhas de seus componentes.

4.4.2. Os serviços de manutenção e suporte deverão ser executados sem impacto na utilização do ambiente de TIC do IPEA.

4.4.3. Os serviços de comunicação contratados devem operar com os requisitos mínimos de qualidade, desempenho e disponibilidade exigidos neste Termo de Referência, observando-se a necessidade de continuidade no fornecimento da Solução de TIC em caso de falhas.

4.4.4. A manutenção e atualização da solução contratada deverá ser realizada, sempre que necessário, pelo período de 12 (doze) meses e em todos os links fornecidos e de acordo com o especificado neste Termo de Referência. Havendo prorrogação contratual, também estará coberto manutenções da solução pelo período prorrogado.

4.4.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar central de atendimento para comunicação de falhas e indisponibilidades dos links dedicados. O atendimento será prestado através de chamado por sistema ou ligação telefônica gratuita, via 0800, disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

4.4.6. As manutenções preventivas programadas deverão ser comunicadas oficialmente à CONTRATANTE através de e-mail dentro de um período mínimo de 48 horas de antecedência as quais deverão ser agendadas com a equipe técnica da CONTRATANTE.

4.4.7. A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto deste contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados ou da execução dos serviços.

4.4.8. A Contratada deverá executar os serviços de manutenção de todos os equipamentos e infraestrutura WAN, utilizados para prover a solução, de acordo com o especificado no Termo de Referência.

Requisitos Temporais

4.5. Os serviços devem ser prestados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos para as duas localidades, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante;

4.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.7. Todos os prazos citados, quando não expreso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.8. O serviços de acesso à Internet com o Anti-DDoS para o site em Brasília e no Rio de Janeiro deverão ser fornecidos de forma ininterrupta, ou seja, 24x7 (vinte e quatro hora por dia x sete dias da semana), de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e em observância aos prazos estabelecidos, zelando pelo cumprimento dos Níveis Mínimos de Serviços.

4.9. Na execução dos serviços, deverão ser observados os seguintes prazos:

Atividade, Tarefa ou Serviço	Prazo máximo de início de atendimento	Prazo máximo de solução de problema	Local de Entrega
Apresentação do plano de instalação	Imediatamente após o recebimento da OS	10 dias corridos após o recebimento da OS	On-site e/ou Remoto
Instalação da Solução	Imediatamente após o recebimento da OS	60 (sessenta) dias corridos após o recebimento da OS	Brasília/DF e Rio de Janeiro/RJ
	Por nível de prioridade definidos no Anexo I –	Por nível de prioridade definidos no Anexo I –	On-site e/ou Remoto

Atendimento aos chamados abertos pelo Contratante	Especificações Técnicas e no Anexo II – Níveis Mínimos de Serviço	Especificações Técnicas e no Anexo II – Níveis Mínimos de Serviço	
---	---	---	--

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.10. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, instituída pela Portaria nº 456, de 04 de novembro de 2010, bem como às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 - LGPD).

4.10.1. A solução deverá observar integralmente as normas internas, procedimentos complementares e resoluções aprovadas pelo Comitê de Tecnologia da Informação.

4.10.2. A CONTRATADA deverá assinar Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, garantindo a inviolabilidade dos dados trafegados, conforme legislação vigente.

4.10.3. A CONTRATADA deverá comunicar formal e imediatamente ao representante do IPEA qualquer ponto de fragilidade percebido que exponha a confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações e do serviço.

4.10.4. Todos os profissionais da CONTRATADA alocados ao contrato deverão portar crachá de identificação para acesso às unidades do IPEA e estar cientes das normas de segurança da informação.

4.10.5. É vedada a captura, utilização ou publicação de qualquer informação ou documento transferido pelo IPEA, sob pena de quebra de sigilo, conforme previsto no contrato.

4.10.6. A CONTRATADA deverá apresentar documentação que descreva a arquitetura física e lógica da solução, incluindo os controles de segurança da informação e privacidade implementados.

4.10.7. Devem ser implementados controles para coleta e preservação de evidências de incidentes de segurança da informação e privacidade.

4.10.8. Devem ser adotados controles e procedimentos específicos para assegurar o nível adequado de segurança da informação às redes corporativas da contratante e da contratada.

4.10.9. A solução deverá incluir política de backup das informações e dos registros de log da solução contratada.

4.10.10. A CONTRATADA deverá atuar conjuntamente com o IPEA na análise de impacto à privacidade dos dados pessoais relacionados à solução de TIC.

4.10.11. Deverá ser realizada avaliação periódica de riscos relacionados à segurança da informação e privacidade.

4.10.12. A CONTRATADA deverá permitir auditorias técnicas e operacionais por parte do IPEA, incluindo inspeções nos equipamentos e sistemas utilizados na prestação dos serviços.

4.10.13. A CONTRATADA deverá observar, no que couber, as orientações constantes no “Guia de Requisitos e de Obrigações quanto à Segurança da Informação e Privacidade”, disponível em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/privacidade-e-seguranca/ppsi/guia_requisitos_obrigacoes.pdf.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.11. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.11.1. Os profissionais da CONTRATADA deverão trajar-se de maneira adequada e utilizar linguagem respeitosa e formal no trato com servidores, colaboradores e representantes da CONTRATANTE, em consonância com as normas internas do Ipea.

4.11.2. A prestação dos serviços deverá observar o uso racional de recursos e equipamentos, evitando desperdícios de energia, papel, insumos e materiais, mesmo que em pequena escala.

4.11.3. Sempre que possível, deverá ser priorizado o atendimento remoto, contribuindo para a redução de deslocamentos e impactos ambientais indiretos.

4.11.4. A CONTRATADA deverá observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Lei nº 14.133/2021 e nas orientações constantes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, elaborado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade da CGU/AGU.

4.11.5. A CONTRATADA deverá garantir que os profissionais alocados estejam contratados de forma regular, com respeito à legislação trabalhista e previdenciária vigente.

4.11.6. A execução dos serviços deverá respeitar os costumes, normas institucionais e o ambiente organizacional do Ipea, promovendo uma atuação ética, inclusiva e culturalmente adequada.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.12. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.13. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

4.13.1. A Contratante poderá autorizar a adoção de soluções tecnológicas alternativas, desde que estas não impliquem redução de desempenho, disponibilidade, segurança, compatibilidade ou qualidade do serviço contratado, nem contrariem as diretrizes institucionais de arquitetura tecnológica do Ipea.

4.13.2. A CONTRATADA deverá ser integralmente responsável pela prestação do serviço de conectividade contratada, respondendo de forma exclusiva pela qualidade, desempenho, disponibilidade, continuidade e atendimento aos níveis de serviço estabelecidos neste Termo de Referência, inclusive quando houver a utilização de infraestruturas, meios ou recursos de terceiros.

4.13.2.1. A eventual utilização de infraestruturas de terceiros não exige a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais, sendo vedada a transferência de responsabilidade técnica, operacional ou contratual à subcontratada.

4.13.3. O link de acesso à Internet deverá ser fornecido por meio de tecnologia que assegure níveis elevados de desempenho, estabilidade, disponibilidade e baixa latência, compatíveis com aplicações corporativas críticas, sendo vedada a utilização de soluções que, comprovadamente, não atendam aos requisitos mínimos de qualidade exigidos neste Termo de Referência, tais como tecnologias via satélite ou rádio que não garantam os parâmetros de desempenho requeridos.

4.13.4. Todos os equipamentos e componentes utilizados na prestação dos serviços devem ser homologados pela ANATEL e compatíveis com os padrões técnicos da rede do Ipea.

4.13.5. A conexão deve garantir velocidade de navegação contratada, tanto para download quanto para upload, com suporte a protocolos IP compatíveis com a arquitetura de rede da Contratante.

4.13.6. A Contratada deverá entregar documentação técnica detalhada da arquitetura da solução, incluindo topologia física e lógica, endereçamento IP, rotas, parâmetros de qualidade de serviço e interfaces de comunicação.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.14. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

4.14.1. Em até 5 (cinco) dias corridos após a assinatura do contrato, deverá ser realizada reunião inicial entre a equipe técnica da CONTRATADA e da CONTRATANTE, para alinhamento técnico, apresentação dos responsáveis, entrega dos termos de compromisso e troca de informações necessárias à elaboração do Plano de Instalação.

4.14.2. A CONTRATADA deverá elaborar e entregar Plano de Instalação contendo:

- Cronograma de instalação e ativação dos links;
- Lista de insumos e infraestrutura necessária por localidade;
- Topologia física e lógica da solução;
- Fornecimento de endereçamento IP de no mínimo de 1 bloco de 30 (trinta) IPs válidos, rotas e parâmetros de qualidade de serviço;
- Interfaces de comunicação e compatibilidade com os sistemas corporativos do Ipea.

4.14.3. A CONTRATANTE terá até 2 (dois) dias corridos para avaliar e aprovar o Plano de Instalação. Caso sejam solicitados ajustes pelo Ipea, a CONTRATADA deverá apresentar versão revisada em até 5 (cinco) dias corridos.

4.14.4. A CONTRATADA deverá seguir boas práticas de gestão técnica e metodológica durante a implementação, mantendo registros das decisões técnicas e garantindo a rastreabilidade das configurações realizadas.

4.14.5. O prazo máximo para ativação dos circuitos de comunicação e disponibilização da solução em ambiente

de produção será de 60 (sessenta) dias corridos a partir da emissão da Ordem de Serviço.

4.14.6. Após a implementação, a CONTRATADA deverá entregar documentação técnica consolidada da solução implantada, incluindo diagramas, configurações, parâmetros operacionais e registros de testes realizados.

Requisitos de Implantação

4.15. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

4.15.1. A implantação da solução seguirá a sequência de eventos descrita na tabela abaixo, com prazos máximos e responsabilidades definidas, incluindo assinatura do contrato, entrega e aprovação do plano de instalação, ativação dos links, realização de testes e emissão dos termos de recebimento.

Evento	Descrição do evento	Prazo Máximo	Responsável
01	Assinatura do contrato	-	IPEA e CONTRATADA
02	Reunião Inicial, entrega dos Termos de Compromisso e de Ciência devidamente assinados, e abertura da Ordem de Serviço Inicial para instalação dos links de comunicação.	Até 5 (cinco) dias corridos após o evento 01	IPEA e CONTRATADA
03	Entrega do Plano de Instalação	10 (dez) dias corridos após o evento 02	CONTRATADA
04	Avaliação, aprovação e solicitação de ajustes do Plano de Instalação	2 (dois) dias corridos após o evento 03	IPEA
05	Inclusão de possíveis ajustes do Plano de Instalação solicitados pela contratante	5 (cinco) dias corridos após o evento 04	CONTRATADA
06	Instalação e Ativação de todos os links de comunicação	Em até 60 (sessenta) dias corridos após o evento 02 (abertura da Ordem de Serviço)	CONTRATADA
07	Pronunciamento acerca do aceite após realização de testes de conformidade	10 (dez) dias corridos após o evento 06 para cada link de comunicação	IPEA
08	Fechamento da ordem de serviço inicial	Após a instalação e ativação de todos os links solicitados	CONTRATADA

09	Início do faturamento dos circuitos presentes na ordem de serviço	A partir da data estabelecida no Termo de Recebimento Definitivo ou conforme outra data que venha a ser especificada no próprio termo.	IPEA
----	---	--	------

4.15.2. O Plano de Instalação deverá conter cronograma detalhado, topologia física e lógica da solução, insumos necessários, endereçamento IP, rotas, parâmetros de qualidade de serviço e interfaces de comunicação.

4.15.3. A ativação dos circuitos deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos após a abertura da Ordem de Serviço, salvo justificativa técnica aceita pela Contratante.

4.15.4. A implantação será considerada concluída somente após a realização dos testes de conformidade técnica, incluindo conectividade, desempenho, segurança e compatibilidade com os sistemas corporativos do Ipea.

4.15.5. A emissão do Termo de Recebimento Provisório dependerá da validação técnica da implantação pela equipe da Contratante. O Termo de Recebimento Definitivo será emitido após a verificação da conformidade com os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

4.15.6. A CONTRATADA deverá apresentar plano de mitigação de riscos e contingência para eventuais falhas na implantação, garantindo a continuidade dos serviços e a integridade da infraestrutura da Contratante.

4.16. Os requisitos descritos têm como objetivo assegurar que a solução contratada seja disponibilizada em ambiente de produção com estabilidade, segurança e compatibilidade com a infraestrutura tecnológica do Ipea.

Requisitos de Garantia e Manutenção

4.17. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 3 (três) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Requisitos de Experiência Profissional

4.18. Os serviços de instalação, assistência técnica, suporte e garantia deverão ser prestados por profissionais capacitados na execução de serviços de conectividade IP dedicada à Internet, incluindo configuração de equipamentos de rede e aplicação de soluções de proteção contra ataques DDoS.

4.19. A CONTRATADA deverá garantir que os profissionais designados para os atendimentos técnicos estejam aptos a executar os serviços com qualidade, segurança e dentro dos prazos definidos nos Acordos de Nível de Serviço (ANS).

4.20. A comprovação da experiência profissional poderá ser exigida pela CONTRATANTE durante a execução contratual, especialmente em casos de falhas recorrentes ou dúvidas quanto à qualificação técnica da equipe envolvida.

Requisitos de Formação da Equipe

4.21. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.22. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.23. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

4.24. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana de maneira eletrônica e 24 horas por dia e 7 dias por semana por via telefônica.

4.25. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

4.26. A execução dos serviços, o fornecimento e instalação da solução, serão acompanhados e fiscalizados pela equipe técnica da Contratante.

4.26.1. Será emitido o Termo de Recebimento Definitivo após a conclusão satisfatória dos testes de conformidade por parte da equipe técnica do IPEA para fins de ateste. Em casos de desconformidades na execução dos serviços, serão aplicados os ajustes previstos pelos Acordos de Níveis de Serviço (ANS) dispostos neste Termo de Referência.

4.27. Todos os equipamentos, materiais e serviços não constantes na proposta e necessários ao atendimento do objeto contratado deverão ser fornecidos sem ônus adicionais para a Contratante.

4.27.1. Na data da sua instalação, os equipamentos utilizados pelo CONTRATADO para o fornecimento da solução deverão estar em linha de fabricação, ou seja, não podem estar classificados como “end-of-line”, “end-of-sale” ou qualquer outra classificação que indique que os mesmos estejam descontinuados pelos seus fabricantes.

4.27.2. As versões do firmware e/ou sistema operacional dos equipamentos utilizados pelo CONTRATADO para o fornecimento da solução devem ser as mais recentes e não devem possuir bugs comprovados pelo respectivo(s) fabricante(s).

4.27.3. A CONTRATADA deverá realizar todas as atividades necessárias para implementação da solução respeitando as janelas definidas pela CONTRATANTE.

4.27.4. Após o recebimento da solução, quaisquer modificações e/ou reconfigurações que a CONTRATADA necessite executar nos equipamentos do tipo CPE (Customer Premises Equipment), deverão ser autorizadas e acompanhadas por pessoal técnico do IPEA ou por ela designado.

4.28. A CONTRATADA deverá acompanhar a qualidade dos níveis de serviço alcançados, com vistas a efetuar eventuais ajustes e correções de rumo. Quaisquer problemas que venham a comprometer o bom andamento dos serviços ou o alcance dos níveis de serviços acordados devem ser imediatamente comunicados ao gestor do contrato.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.29. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.29.1. A CONTRATADA deverá implementar controles técnicos que assegurem a integridade, disponibilidade, autenticidade e rastreabilidade dos serviços prestados, conforme os padrões definidos pela área técnica da CONTRATANTE.

4.29.2. Os sistemas e equipamentos utilizados na prestação dos serviços deverão manter registros de eventos e incidentes de segurança, com trilha de auditoria acessível à CONTRATANTE, sempre que solicitado.

4.29.3. Os logs e registros técnicos deverão ser protegidos contra alterações indevidas e armazenados por período mínimo de 12 (doze) meses, podendo ser utilizados para fins de auditoria, fiscalização ou investigação de incidentes.

4.29.4. A CONTRATADA deverá adotar medidas de salvaguarda para os registros de monitoramento dos serviços, incluindo os dados de disponibilidade, desempenho e resposta a incidentes, conforme os indicadores definidos neste Termo de Referência.

4.29.5. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente à CONTRATANTE qualquer evento que represente risco à segurança da informação ou à privacidade dos dados trafegados, incluindo falhas técnicas, indisponibilidades ou suspeitas de comprometimento.

4.29.6. É vedado à CONTRATADA compartilhar, divulgar ou utilizar quaisquer dados, informações ou registros obtidos durante a execução dos serviços, salvo mediante autorização formal da CONTRATANTE, observando-se os princípios da minimização e finalidade.

4.29.7. A CONTRATADA deverá observar, no que couber, as diretrizes do “Guia de Requisitos e de Obrigações quanto à Segurança da Informação e Privacidade”, conforme previsto na Seção 7 do Anexo I da IN SGD/ME nº 94/2022. Guia disponível em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/privacidade-e-seguranca/ppsi/guia_requisitos_obrigacoes.pdf

Vistoria

4.30. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 18 horas, devendo o agendamento ser efetuado com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência, por meio do e-mail cgdti@ipea.gov.br ou pelo telefone (61) 2026-5288.

4.31. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.32. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.32.1. A vistoria será acompanhada por um servidor da equipe técnica do contratante, designado especificamente para esse fim. Este servidor fornecerá as informações técnicas necessárias e esclarecerá quaisquer dúvidas do interessado durante a vistoria.

4.32.2. Durante a vistoria, o interessado terá acesso a todas as áreas e informações relevantes para o objeto da contratação, incluindo infraestrutura física, pontos de rede, condições elétricas, climatização, segurança e conectividade.

4.32.3. O interessado pode registrar a vistoria por meio de anotações, fotografias e vídeos, desde que não interfira nas operações normais do local e respeite as normas de segurança e confidencialidade.

4.32.4. A vistoria visa proporcionar ao interessado um entendimento completo das condições e peculiaridades do local onde os serviços serão executados, garantindo que a proposta apresentada seja adequada e realista. Será feita a entrega do termo de realização da vistoria ao final do procedimento, com a assinatura do servidor do IPEA que acompanhou a vistoria e do responsável da empresa interessada.

4.33. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, seu responsável técnico deve assinar a Declaração de Dispensa de Vistoria - Anexo XI desde Termo de Referência.

4.34. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Outros Requisitos Aplicáveis

4.35. Condições de Instalação

4.35.1. A instalação, testes e configurações necessárias ao perfil de conectividade solicitado serão de responsabilidade do proponente, inclusive cabendo a este orientar os técnicos do IPEA no tocante às configurações a serem realizadas para a instalação dos serviços de DNS no IPEA.

4.35.2. São de inteira responsabilidade do Proponente o provimento de todos os acessos urbanos, equipamentos e acessórios, como modem, conversores, cabos e outros equipamentos necessários à perfeita operacionalidade da rede solicitada, até a conexão GigabitEthernet com conector do tipo RJ-45, sendo que todos estes equipamentos e acessórios, de propriedade do Proponente, poderão ser substituídos em comum acordo com o IPEA e/ou serem retirados ao término do Contrato. Caso a solução tecnológica adotada pela proponente exija o uso de equipamentos para conversão de protocolos até as portas RJ-45, estes também serão de sua responsabilidade, sem custos adicionais ao IPEA.

4.35.3. A infraestrutura a ser utilizada no início do contrato deverá acomodar todas as taxas de transmissão definidas em contrato sem que haja a necessidade de instalação de nova infraestrutura ao se solicitar as alterações de velocidade nos circuitos.

4.35.4. A Solução deverá abranger o fornecimento de software e hardware necessários para o perfeito funcionamento da rede corporativa de dados.

4.35.5. A execução dos serviços pela contratada deve ser precedido de um Plano de Implementação da solução, a ser analisado pela equipe técnica do Ipea para aprovação.

4.36. Conectividade e Qualidade de Serviço

4.36.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE acesso a informações de monitoramento da conectividade, por meio de portal ou ferramenta eletrônica, contendo dados históricos e atualizados de tráfego, disponibilidade, desempenho e ocorrências de suporte técnico, em formato gráfico ou tabular, com periodicidade e granularidade compatíveis com as boas práticas de monitoramento de redes corporativas.

4.36.2. Os circuitos IP da solução integrada, objeto desta contratação, deverão atender os níveis mínimos de qualidade de acordo com os Limiares de Qualidade do conjunto de indicadores definidos no ANEXO II - NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO.

4.36.3. O IPEA poderá solicitar à CONTRATADA, a qualquer tempo e sem custo adicional, o monitoramento de conectividade de rede e acompanhamento em tempo real de qualquer um dos links fornecidos, em decorrência de eventos especiais a serem transmitidos on-line pela Internet ou entre as unidades do IPEA de Brasília e do Rio de Janeiro. A solicitação deverá ser feita com antecedência mínima de 1 (um) dia, informando a data, o horário de início e o horário de fim do monitoramento.

Sustentabilidade

4.37. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.37.1. A presente contratação está alinhada com o Plano de Contratações Anual (PCA), com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) do Ipea e observa, no que couber, as diretrizes de sustentabilidade institucional aplicáveis às contratações públicas, em consonância com a Portaria Normativa Ipea nº 304, de 26 de dezembro de 2024, que trata do Plano Diretor de Logística Sustentável do Ipea para o ciclo 2025-2026. Registra-se que o detalhamento e a implementação das ações, metas e indicadores do PLS-Ipea 2025-2026 encontram-se em desenvolvimento pela Comissão Gestora do PLS-Ipea, razão pela qual a presente contratação adota diretrizes gerais de sustentabilidade, racionalização do uso de recursos e consumo consciente aplicáveis ao objeto contratado.

4.37.2. A CONTRATADA deverá observar, no que couber, os princípios da sustentabilidade nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, especialmente no uso racional de recursos, na prestação eficiente dos serviços e na observância das boas práticas de governança e responsabilidade socioambiental.

4.37.3. A impossibilidade de adoção de critérios específicos de sustentabilidade ambiental foi devidamente justificada nos Estudos Técnicos Preliminares (ETP nº 14/2026), conforme previsto no §1º do art. 9º da IN SEGES/ME nº 58/2022, não sendo exigida a adoção de práticas adicionais de sustentabilidade para este objeto.

Indicação de marcas ou modelos

4.38. Na presente contratação não será realizada a indicação de marcas, características ou modelos dos bens eventualmente utilizados para a prestação do serviço.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.39. Na presente contratação não será realizada a vedação de marcas, características ou modelos dos bens eventualmente utilizados para a prestação do serviço.

Da exigência de carta de solidariedade

4.40. Não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.41. É admitida a subcontratação parcial do objeto, desde que não recaia sobre a parcela principal da obrigação contratual e que não comprometa a qualidade, a disponibilidade, a segurança e o atendimento aos níveis de serviço estabelecidos neste Termo de Referência, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável perante a Contratante.

4.42. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação contratual relativa a cada link dedicado de acesso à Internet, entendida como aquela diretamente relacionada à gestão fim a fim do serviço, à responsabilidade pelo atendimento aos níveis de serviço (SLA), ao monitoramento, ao suporte técnico e à garantia da continuidade da conectividade contratada.

4.42.1. Gestão integral da conectividade IP dedicada, incluindo monitoramento contínuo, controle de desempenho, disponibilidade e qualidade do serviço;

4.42.2. Garantia do atendimento aos Acordos de Nível de Serviço (SLA) definidos neste Termo de Referência, independentemente da arquitetura técnica adotada;

4.42.3. Prestação de suporte técnico especializado em regime 24x7, incluindo resposta, tratamento e solução de incidentes relacionados à conectividade.

4.43. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto, desde que não envolvam a transferência da responsabilidade principal pela gestão da conectividade e pelo cumprimento dos níveis de serviço contratados:

4.43.1. Execução do trecho de última milha, compreendido como o segmento final de conexão entre o ponto de presença do provedor e a unidade do Ipea;

4.43.2. Instalação e ativação física dos circuitos de dados;

4.43.3. Fornecimento, instalação e manutenção de equipamentos auxiliares de terminação de rede, tais como CPEs empresariais, conversores de mídia, transceptores ópticos ou dispositivos equivalentes, desde que não impliquem delegação da gestão do serviço ou da responsabilidade pelo cumprimento do SLA.

4.44. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.45. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.46. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.47. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Da exigência de amostra

4.48. Em função da natureza do serviço, o qual refere-se a links dedicados de acesso à Internet, não se aplica a exigência de amostra do objeto.

Garantia da contratação

4.49. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor **anual** da contratação.

4.50. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.50.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.50.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.50.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.50.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.50.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.51. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.[A28]

4.52. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.53. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.54. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.54.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.55. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.55.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.55.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.55.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.56. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial[A29] .

4.57. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.58. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.59. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada[A30] .

4.60. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.60.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.60.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.61. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.61.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.61.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.62. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.63. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.64. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.65. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Instalação de escritório

4.66. A exigência de escritório físico com estrutura administrativa mínima não se mostra necessária para a execução contratual, desde que o fornecedor atenda aos requisitos técnicos, operacionais e de suporte remoto estabelecidos no Estudo Técnico Preliminar.

Margem de Preferência

4.67. Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.

Justificativa: A decisão pela não aplicação da Margem de Preferência fundamenta-se na natureza do objeto contratado, que consiste na prestação de serviços de comunicação de dados via links dedicados de acesso à Internet com proteção Anti-DDoS, os quais exigem infraestrutura de *backbone* de telecomunicações, homologação pela ANATEL e atendimento a requisitos técnicos específicos de desempenho e disponibilidade. Não se trata de aquisição de bens industrializados ou de soluções de tecnologia da informação padronizáveis, cuja competitividade se beneficie da margem de preferência.

Ademais, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar nº 7/2025, existem múltiplos fornecedores nacionais e internacionais capazes de atender aos requisitos técnicos e de desempenho exigidos, o que afasta qualquer restrição competitiva que justificaria a aplicação da margem de preferência.

Diante disso, restou evidenciada a ausência de justificativa técnica ou econômica para a adoção de Margem de Preferência na presente contratação, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 12.218/2024.

Informações relevantes para dimensionamento e apresentação da proposta

4.68. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

4.68.1. O objeto da contratação consiste na prestação de serviços de acesso dedicado à Internet com proteção Anti-DDoS, por meio de dois links — um para a unidade do Ipea em Brasília/DF e outro para a unidade no Rio de Janeiro/RJ — com velocidades ajustáveis entre 2 Gbps, 5 Gbps e 10 Gbps.

4.68.2. Para fins de julgamento das propostas no certame, será considerado o valor mensal correspondente ao perfil de velocidade de 10 Gbps, conforme indicado no subitem específico da planilha de formação de preços. Tal modelagem tem por finalidade assegurar comparabilidade objetiva entre as propostas, considerando o maior perfil de capacidade previsto na solução.

4.68.2. Ressalta-se que a largura de banda mínima a ser efetivamente contratada no início da execução contratual será de 2 Gbps, podendo a Administração, a seu critério e mediante ordem de serviço, solicitar a ampliação da capacidade para os perfis de 5 Gbps ou 10 Gbps, conforme evolução da demanda institucional.

4.68.3. Os valores apresentados para os diferentes perfis de velocidade deverão manter coerência econômica entre si, observadas as variações de preços indicadas no Estudo Técnico Preliminar e no Mapa de Estimativa de Preços, de modo a evitar distorções relevantes na estrutura das propostas.

4.68.4. Em atendimento ao art. 12, § 4º da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, cada link e seus respectivos perfis de velocidade (2 Gbps, 5 Gbps e 10 Gbps) deverão estar discriminados em itens separados na proposta de preços, permitindo a identificação do preço individual de cada subitem na composição do preço global.

4.68.5. A proposta deverá apresentar os valores mensais para cada perfil de velocidade, por localidade, mesmo que não coexistam simultaneamente, possibilitando à Administração a alteração da velocidade contratada por meio de ordem de serviço.

4.68.6. Caso haja cobrança de instalação, o valor deverá ser informado de forma destacada na proposta.

4.68.7. Os serviços deverão ser prestados em regime de funcionamento contínuo (24 horas por dia, 7 dias por semana – 24x7).

4.68.8. A vigência contratual será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada sucessivamente até o limite máximo de 120 (cento e vinte) meses, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade.

4.68.9. Os locais de prestação dos serviços são:

- Brasília/DF: SEPS 702/902, Bloco C – Asa Sul – CEP: 70390-025.
- Rio de Janeiro/RJ: Av. Presidente Vargas, 730 – 16º andar – Torres 3 e 4 – CEP: 20071-900.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

- 5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

5.2. São obrigações do CONTRATADO:

- 5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 5.2.9. fazer a transição contratual, quando for o caso.

5.3. Suprimido. (Não se aplica por não se tratar de contratação por registro de preços).

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. Início da execução do objeto: **60 dias da assinatura do contrato.**

6.1.2. Por se tratar de um serviço de natureza continuada e de valor contratual mensal constante, excetuada apenas a primeira parcela devido à possíveis custos provenientes da instalação dos serviços, as mensurações e avaliações mensais do fornecimento do objeto terão como fim a definição de pagamento completo das faturas ou aplicação de sanções, financeiras e administrativas, em casos de falhas na execução do contrato.

6.1.3. Os métodos de avaliação e mensuração do serviço prestado para fins de pagamento e aplicação das sanções previstas no item 9 (SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO) para os casos de falha ou inexecução, parcial ou total do contrato estão previstos no ANEXO II (NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO), assim como no item 8 (CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO) deste Termo de Referência.

6.1.4. A CONTRATADA deverá garantir a qualidade do serviços fornecidos pelo prazo estabelecido nas especificações e nas condições constantes deste Termo de Referência, obrigando-se a corrigir erros ou defeitos, no prazo estabelecido.

6.1.5. A execução do contrato, conforme inciso V do Art. 2º da Instrução Normativa SGD/ME nº 94 de 23 de dezembro de 2022, deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Equipe do Fiscalização do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

- 6.1.6. Ainda conforme IN ME/SGD nº 94, de 23 de dezembro de 2022 em seu Art. 33, o objeto será recebido:
- Provisoriamente, mediante confecção e assinatura do respectivo Termo de Recebimento Provisório pelo fiscal técnico do contrato;
 - Definitivamente pelo gestor do contrato, por meio da confecção e assinatura do Termo de Recebimento Definitivo;
 - Com periodicidade mensal.

6.1.7. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou defeitos ocultos, e, na ocorrência desta, não implica em coresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 120 da Lei no 14.133, de 2021.

6.1.8. A fiscalização observará todos os procedimentos previstos na IN ME/SGD nº 94 de 2022, Art. 33 e seus incisos, avaliando no período os serviços fornecidos.

6.1.9. Cronograma de realização dos serviços:

Evento	Descrição do evento	Prazo Máximo	Responsável
01	Assinatura do contrato	Vigência inicial: 12 meses	IPEA e CONTRATADA
02	Realização da Reunião de Inicial e abertura da ordem de serviço para instalação dos circuitos de comunicação	Até 5 (cinco) dias corridos após o evento 01	IPEA e CONTRATADA
03	Entrega do Plano de Instalação	10 (dez) dias corridos após o evento 02	CONTRATADA
04	Avaliação, aprovação e solicitação de ajustes do Plano de Instalação	2 (dois) dias corridos após o evento 03	IPEA
05	Ativação/instalação dos circuitos de comunicação para início da prestação dos serviços	Em até 60 (sessenta) dias corridos após o evento 01 (assinatura do contrato)	CONTRATADA
06	Elaboração do Termo de Recebimento Provisório	5 dias úteis após finalização do evento 05	IPEA

07	Pronunciamento acerca do aceite após realização de testes de conformidade e autorização para emissão da Nota Fiscal/Fatura	10 (dez) dias corridos após o evento 06 para cada circuito de comunicação	IPEA
08	Fechamento da ordem de serviço inicial	Após a instalação e ativação de todos os circuitos solicitados	CONTRATADA
09	Emissão da Nota Fiscal/Fatura	5 dias úteis após o evento 07	CONTRATADA
10	Emissão do Termo de Recebimento Definitivo	15 dias úteis após o evento 06	IPEA
11	Emissão de Ordem Bancária	15 dias úteis após o evento 10	IPEA

6.1.10. Etapas

Etapas	Descrição	Período / A partir de
Planejamento	Assinatura do contrato	Data de início do contrato (Dia 0)
Planejamento	Reunião inicial e abertura da Ordem de Serviço	Até 5 dias após assinatura do contrato
Planejamento	Entrega do Plano de Instalação	Até 10 dias após abertura da OS
Planejamento	Avaliação e aprovação do Plano de Instalação	Até 2 dias após entrega do plano
Implementação	Instalação e ativação dos links	Até 60 dias após assinatura do contrato
Implementação	Testes de conformidade e emissão do Termo de Recebimento Provisório	Até 10 dias após ativação dos links
Operação	Emissão da Nota Fiscal/Fatura	Até 5 dias após aceite técnico

Operação	Emissão do Termo de Recebimento Definitivo	Até 15 dias após testes de conformidade
Operação	Pagamento	Até 10 dias úteis após liquidação da despesa
Desativação ou substituição	Substituição por soluções mais adequadas em caso de evolução tecnológica ou mudança nas necessidades institucionais	Ao final do contrato

Local e horário da prestação dos serviços

6.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

6.2.1. Localidade/Unidade IPEA Brasília:

- Setor de Edifícios Públicos Sul (SEPS) 702/902, Bloco C, IPEA/Iphan - Torre B, Andar -1, semi enterrado - CEP 70390-025 - Asa Sul - Brasília - DF - Brasil.

6.2.2. Localidade/Unidade IPEA Rio de Janeiro:

- Av. Presidente Vargas, 730, 16º andar – Torres 3 e 4 - Ed. Bacen - CEP: 20071-900 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

6.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: em regime 24x7 (vinte e quatro horas, sete dias por semana).

Rotinas a serem cumpridas

6.3.1. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

- Atendimento técnico 24x7 por meio de sistema de chamados e canal telefônico gratuito (0800);
- Monitoramento contínuo dos links dedicados, com geração de relatórios mensais de desempenho e conformidade;
- Comunicação imediata de falhas, indisponibilidades ou riscos à segurança da informação;
- Realização de manutenções corretivas e preventivas, com aviso prévio mínimo de 48 horas para as preventivas;
- Entrega de Plano de Instalação com cronograma, topologia, insumos e parâmetros técnicos;
- Testes de conectividade, largura de banda, latência, perda de pacotes, VPN, DNS e failover;
- Emissão de Termos de Recebimento Provisório e Definitivo conforme os resultados dos testes;
- Atualização de configurações e alterações de velocidade mediante ordem de serviço;
- Registro e resposta a chamados técnicos conforme níveis de prioridade e prazos estabelecidos;
- Prestação de informações técnicas e administrativas sempre que solicitado pela Contratante;
- Acompanhamento da execução contratual por preposto designado e equipe técnica da Contratada;
- Cumprimento dos Acordos de Nível de Serviço (SLA) definidos no TR e seus anexos.

Materiais a serem disponibilizados

6.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

6.4.1. Quando da realização dos serviços, a CONTRATADA deverá entregar, mensalmente ou quando requisitado, discriminação dos serviços executados no mês de forma detalhada, com valores de Níveis Mínimos de Serviço, para fins de viabilizar a emissão do Termo de Recebimento Provisório/Definitivo.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

6.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

6.5.1. O objeto da contratação consiste na prestação de serviços de acesso dedicado à Internet com proteção Anti-DDoS, por meio de dois links — um para a unidade do Ipea em Brasília/DF e outro para a unidade no Rio de Janeiro/RJ — com velocidades ajustáveis entre 2 Gbps, 5 Gbps e 10 Gbps.

6.5.2. Cada link e seus respectivos perfis de velocidade (2 Gbps, 5 Gbps e 10 Gbps) deverão estar discriminados em itens separados na proposta de preços, permitindo a identificação do preço individual de cada subitem na composição do preço global.

6.5.3. A proposta deverá apresentar os valores mensais para cada perfil de velocidade, por localidade, mesmo que não coexistam simultaneamente, possibilitando à Administração a alteração da velocidade contratada por meio de ordem de serviço.

Formas de transferência de conhecimento

6.6. A transferência do conhecimento deverá ser realizada observando-se o que segue:

6.6.1. Entrega de documentação técnica contendo as configurações de rede, parâmetros de qualidade de serviço, endereçamento IP e topologia física e lógica dos circuitos.

6.6.2. Compartilhamento de informações sobre os procedimentos de ativação, manutenção, monitoramento e segurança dos links contratados.

6.6.3. Disponibilização de acesso ao Portal de Informações dos circuitos, contendo relatórios de tráfego, disponibilidade, incidentes e demais dados operacionais relevantes.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.7. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

6.7.1. Devolução de todos os recursos, manuais e documentos de propriedade da CONTRATANTE que estiverem na posse da CONTRATADA para prestação dos serviços à CONTRATANTE; os perfis de acesso relacionados ao contrato em descontinuação ou em transição deverão ser removidos; as senhas e/ou chaves de acesso que eventualmente forem de conhecimento da CONTRATADA deverão ser desabilitadas ou alteradas.

6.7.2. Caso a CONTRATADA não esteja prestando os serviços de acordo com os requisitos técnicos e a qualidade contratada, a rescisão do contrato poderá ser feita a qualquer tempo desde que seja comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

6.7.3. Cabe à CONTRATADA facilitar o processo de transição contratual com a atual PRESTADORA, visando garantir a continuidade do negócio, tanto no início quanto no término do contrato.

6.7.4. A transição contratual deve ser realizada com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

6.7.5. No período de transição de contrato, que compreende a instalação dos novos circuitos e a desinstalação dos circuitos ativos, haverá o pagamento do circuito em funcionamento até que a desinstalação seja solicitada pelo IPEA, ou seja, enquanto não for homologado o novo circuito. Este procedimento faz-se necessário para evitar que as unidades do IPEA sofram indisponibilidade de acesso à rede WAN IPEA e à Internet. Após a solicitação de desinstalação do link, o prazo máximo de desativação efetiva do mesmo é de 1 (um) dia corrido e o prazo máximo de remoção de infraestrutura/equipamentos é de 30 (trinta) dias.

6.7.6. A CONTRATADA deverá se manifestar em até 150 (cento e cinquenta) dias antes do término da vigência do contrato se tem o interesse ou não em prorrogar o contrato.

Quantidade mínima de serviços para comparação e controle

6.8. Cada OS conterá o volume de serviços demandados, incluindo a sua localização e o prazo, conforme modelo descrito no [ANEXO V - Ordem de Serviço](#).

Mecanismos formais de comunicação

6.9. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

I) Ordem de Serviço;

II) Ata de Reunião;

III) Ofício;

IV) Sistema de abertura de chamados;

V) E-mails e Cartas;

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.10. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.11. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos [ANEXOS III e IV deste Termo de Referência](#).

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

7.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

7.6. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período contratual.

7.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Reunião Inicial

7.8. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.9. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até **5 (cinco)** dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.10. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.10.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.10.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.10.3. esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.10.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.10.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

Rotinas de Fiscalização

7.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.12. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.13. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.14. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.15. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.17. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.18. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

7.18.1. Verificação da conformidade técnica dos serviços prestados com os parâmetros de qualidade definidos no Termo de Referência, incluindo disponibilidade, latência, perda de pacotes e demais indicadores de desempenho.

7.18.2. Acompanhamento da execução das ordens de serviço emitidas pela Contratante, com conferência dos prazos, escopo e resultados entregues pela Contratada.

7.18.3. Avaliação dos relatórios de nível de serviço apresentados pela Contratada, com análise crítica dos dados de operação, incidentes, chamados técnicos e cumprimento dos Acordos de Nível de Serviço (SLA).

7.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Recebimentos Mensais

7.19.4. O recebimento mensal dar-se-á a cada mês de apuração, devendo ser observada a sequência de eventos e atividades descritos a seguir:

7.19.5. Após cada término de ciclo de faturamento, a CONTRATADA deverá encaminhar por e-mail à equipe de fiscalização um Relatório de Nível de Serviço (RNS) do período a ser faturado para cada um dos circuitos contratados. Esse relatório e seus anexos devem conter as seguintes características e informações:

- Os arquivos encaminhados devem estar em algum dos seguintes formatos: PDF, ODT, ODS, DOC, DOCX, XLS, XLSX;
- Conter informações indicando os valores de utilização de banda e de disponibilidade de cada um dos circuitos contratados no período, indicando o tempo total em que os circuitos operaram fora dos níveis de serviço contratados. Os gráficos devem indicar claramente os momentos em que os circuitos se comportaram fora do nível de serviço contratado;
- Adicionalmente, outros indicadores de qualidade previstos no ANEXO II - NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO, como valores de latência e perda de pacotes, também devem constar nos relatórios, sem custos adicionais para a CONTRATANTE;
- Conter listagem de incidentes e chamados com as seguintes informações para cada registro:

- a) Data e hora de início e fim;
- b) Tempo de indisponibilidade em minutos;
- c) Responsável pela indisponibilidade (IPEA ou CONTRATADA);
- d) Causa do problema ou falha;
- e) Soluções utilizadas para correção;
- f) Estimativas de glosa com totalização por link afetado.

7.19.6. Os fiscais técnico e requisitante do contrato terão 10 (dez) dias para analisar o Relatório de Nível de Serviço e encaminhar parecer acerca dos resultados obtidos, por meio de nota técnica ao gestor do contrato.

7.19.7. Com base no parecer dos fiscais técnico e requisitante, o gestor do contrato dará encaminhamento para as seguintes providências:

- a) Notificar ou advertir a CONTRATADA para que sejam providenciadas as correções dos desvios;
- b) Aplicar penalidade, quando cabível;
- c) Autorizar a CONTRATADA a emitir a fatura.

7.19.8. Após a autorização, a CONTRATADA emitirá e encaminhará a fatura ao gestor do contrato.

7.19.9. A fatura deverá possuir prazo de pagamento de, no mínimo, 30 (trinta) dias corridos a partir da data de entrada no protocolo do IPEA ou do recebimento formal por meio eletrônico.

7.19.10. Após receber a fatura, o gestor do contrato dará encaminhamento para que as questões administrativas sejam verificadas e o pagamento seja providenciado.

7.19.11. Caso o Relatório de Nível de Serviço não seja apresentado, será aplicada uma glosa de 20% (vinte por cento) da fatura mensal referente aos circuitos ativos.

7.19.12. O Relatório de Nível de Serviço deverá ser apresentado até o 7º (sétimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, antes da emissão da Nota Fiscal, de modo a permitir a verificação da conformidade dos indicadores de desempenho contratados. Caso o relatório seja apresentado incompleto (com ausência de algum circuito ou informação exigida), será aplicada glosa de 10% (dez por cento) do valor mensal referente a cada circuito cuja informação estiver ausente.

7.19.13. Sem prejuízo de quaisquer outras inspeções e/ou diligências que se façam necessárias para averiguar a correta execução do Contrato, o IPEA poderá auditar:

- a) Os relatórios encaminhados pela CONTRATADA;
- b) Os acessos aos equipamentos;
- c) As configurações dos equipamentos utilizados especificamente para prestação do serviço ao IPEA;
- d) As documentações fornecidas pela CONTRATADA;
- e) As medições dos parâmetros utilizados nas definições dos níveis de serviço mínimos acordados.

7.19.14. Dentre os meios usuais de auditoria, poderão ser utilizados: ferramentas computacionais de TI, inspeções visuais, visitas às instalações da CONTRATADA, serviços de consultoria, solicitações de documentação e esclarecimentos.

7.19.15. Para fins de elaboração do Termo de Recebimento Provisório, os procedimentos de teste e inspeção serão baseados na conferência dos serviços prestados, os quantitativos, os prazos e a descrição das Notas Fiscais.

7.19.16. A emissão do Termo de Recebimento Definitivo não isenta a CONTRATADA das responsabilidades sobre o pleno funcionamento de todas as facilidades e vantagens oferecidas. A necessidade de testar essas facilidades pode ser requisitada ao longo do período de vigência do contrato, conforme julgado conveniente pela Administração.

7.20. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Fiscalização Administrativa

7.21. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.22. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.23. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7.23.1. Verificação da conformidade documental das ordens de serviço, termos aditivos, apostilamentos e demais instrumentos administrativos relacionados à execução contratual.

7.23.2. Conferência dos documentos fiscais apresentados pela contratada, incluindo notas fiscais, comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista, e demais exigências legais para fins de liquidação e pagamento.

7.23.3. Registro e acompanhamento das glosas aplicadas, bem como das justificativas e providências adotadas, mantendo histórico atualizado para fins de controle e auditoria.

Gestor do Contrato

7.24. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.24.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.24.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.24.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.24.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.24.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.24.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.24.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

7.24.8. receber e dar encaminhamento imediato:

7.24.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

7.24.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.[A3]

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, sendo este composto pelos indicadores técnicos descritos no Anexo II – Níveis Mínimos de Serviço deste Termo de Referência.

8.1.1. A aferição dos indicadores será realizada com base em relatórios periódicos apresentados pela contratada, registros operacionais, evidências técnicas e demais informações previstas no Anexo II – Níveis Mínimos de Serviço, observadas as metodologias, fórmulas de cálculo, periodicidades de aferição e limiares mínimos de qualidade definidos para cada indicador.

8.1.2. A Administração poderá realizar auditorias, verificações ou validações técnicas sempre que julgar necessário, inclusive mediante confronto dos relatórios apresentados pela contratada com registros próprios, ferramentas de monitoramento, histórico de chamados, evidências de indisponibilidade e demais dados disponíveis para fiscalização contratual.

8.1.3. Os resultados das aferições servirão como base objetiva para o processo de liquidação da despesa e para a aplicação de glosas, descontos e penalidades cabíveis, conforme os critérios de desempenho contratualmente estabelecidos, assegurando que a remuneração da contratada esteja vinculada à efetiva entrega dos resultados pactuados, à disponibilidade do serviço e à qualidade efetivamente prestada.

8.1.4. O modelo de aferição adotado baseia-se em indicadores objetivos de Níveis Mínimos de Serviço, tais como disponibilidade, latência, perda de pacotes e prazo de reparo/restabelecimento, sendo adequado à natureza do objeto contratado. O objeto da contratação não se enquadra como serviço de operação de infraestrutura ou de atendimento a usuários de TIC nos moldes disciplinados pela Portaria SGD/MGI nº 1.070 /2023, razão pela qual não se aplica ao caso concreto o modelo específico de mensuração previsto na referida Portaria.

8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

8.2.1. não produziu os resultados acordados,

8.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

8.4.1. Índice de Disponibilidade Mensal do Enlace (IDM):

- Garantia de disponibilidade mínima de 99,3%;
- Desconto de 3% sobre o valor mensal do circuito afetado a cada 0,1% abaixo do limite.

8.4.2. Taxa de Perda de Pacotes (TPP):

- Tolerância máxima: média mensal $\leq 2\%$.

- O descumprimento do limiar de qualidade estabelecido para a média mensal do indicador implicará a aplicação de desconto progressivo de até 3% (três por cento) sobre o valor mensal do circuito afetado, para cada mês em que for verificado o descumprimento, conforme conforme faixas definidas no Anexo II – Níveis Mínimos de Serviço.
- A CONTRATADA deverá apresentar relatório mensal consolidado e, adicionalmente, realizar medições sob demanda quando solicitado pela CONTRATANTE, no prazo máximo de 4 horas, para fins de fiscalização, sem implicar, por si só, aplicação automática de desconto financeiro.

8.4.3. Latência de Rede (RTT):

- Limite máximo: média mensal ≤ 50 ms.
- O descumprimento do limiar de qualidade estabelecido para a média mensal do indicador implicará a aplicação de desconto progressivo de 3% (três por cento), sobre o valor mensal do circuito afetado, para cada mês em que for verificado o descumprimento, conforme conforme faixas definidas no Anexo II – Níveis Mínimos de Serviço.
- A CONTRATADA deverá apresentar relatório mensal consolidado e, adicionalmente, realizar medições sob demanda quando solicitado pela CONTRATANTE, no prazo máximo de 4 horas, devendo apresentar relatório do intervalo solicitado, observado o prazo de apresentação definido no Anexo II.

8.4.4. Prazo de Reparo/Restabelecimento do Link (PRL):

- Prazos máximos: 4 horas (ou até 8 horas, em casos de rompimento fortuito de fibra).
- Desconto de 2% sobre o valor mensal do circuito afetado, por cada hora adicional.
- O tempo de recuperação global de qualquer defeito que acarrete indisponibilidade total dos serviços não poderá exceder a 12 horas.

8.4.5. Prazo para Alteração de Configuração de Equipamento:

- Prazo máximo de 24 horas.
- Desconto de 2% por hora excedida, sobre o valor mensal do circuito afetado.

8.4.6. Prazo para Alteração de Taxa de Transmissão de um Enlace (PAT):

- Prazo máximo de 30 dias.
- Desconto de 2% por dia excedido, sobre o valor mensal do circuito afetado.

8.4.7. Prazo para Alteração/Mudança de Endereço:

- Prazo máximo de 30 dias.
- Desconto de 2% por dia excedido, sobre o valor mensal do circuito afetado.

8.4.8. Prazo de Desativação do Link:

- Prazo de até 1 dia para a desativação efetiva e até 30 dias para remoção de infraestrutura.
- A glosa de 4% por dia excedido será limitada ao valor total do link, e o pagamento do link será devido pro rata somente até o dia da solicitação de desativação.

8.4.9. Tempo Médio de Atendimento (TMA):

- Mínimo de 80% dos chamados solucionados dentro dos prazos estabelecidos por prioridade.
- Glosa de 5% sobre o valor do serviço, acrescida de 1% a cada ponto percentual abaixo do índice mínimo, até o limite de 50%.
- Para evitar sobreposição entre indicadores e dupla penalização pelo mesmo fato, os chamados referentes à indisponibilidade total do link (Prioridade 1), cuja medição e penalidade são tratadas pelo indicador Prazo de Reparo/Restabelecimento do Link (PRL), não serão considerados no cômputo do indicador Tempo Médio de Atendimento (TMA), conforme definido no Anexo II – Níveis Mínimos de Serviço.

8.4.10. Reincidência de Abatimento de Desempenho de Serviço (IRADS):

- Aplicase multa de 1% sobre o valor anual do contrato por cada ocorrência mensal em que o DNMS supere 30% do valor mensal do contrato (IADS = 1). A meta é, no máximo, 1 ocorrência mensal no período de 6 meses, com reset da contagem a cada 6 meses.

8.4.11. Atraso na Entrega de Ordem de Serviço (OS):

- Penalidades variam de glosa de 10% a 50% sobre o valor da OS, com multa adicional de 10% sobre o valor do contrato, nos casos mais graves.

8.4.12. Os períodos de inoperância considerados para o cálculo do Índice de Disponibilidade Mensal do Link (IDM) corresponderão aos intervalos em que o link operar abaixo da velocidade ou banda mínima configurada, ou fora dos Níveis Mínimos de Serviço estabelecidos. Esses períodos serão apurados com base nos registros de eventos do sistema de gerenciamento da contratada, podendo ser comparados com os dados coletados pelo próprio IPEA. Essa regra se aplica a todos os links e serviços correlatos, incluindo o serviço de mitigação de ataques DoS/DDoS.

8.4.13. Os chamados técnicos referentes à indisponibilidade dos serviços, degradação de performance e resolução de dúvidas, deverão ser atendidos respeitados os prazos especificados a seguir:

Prioridade do Chamado	Descrição	Prazo máximo de início de atendimento	Prazo máximo de solução de problema
1	Interrupção que acarrete indisponibilidade total dos serviços	30 minutos	4 horas
2	Degradação de performance e perda de monitoração dos serviços	1 hora	6 horas
3	Resolução de dúvidas técnicas sobre os serviços contidos na solução	2 horas	72 horas

8.4.14. Em casos mais graves, como por exemplo, rompimento fortuito de fibra óptica, a contratante poderá prorrogar o prazo de acordo com as justificativas apresentadas pela Contratada.

8.4.15. Os prazos operacionais de medições sob demanda e as janelas específicas do serviço Anti-DDoS seguem o disposto no ANEXO I e no ANEXO II – Níveis Mínimos de Serviço desde Termo de Referência.

Recebimento

8.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **05 (cinco)** dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período **mensal**.

8.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

8.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

8.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.[A6]

8.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

8.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

8.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A7]

8.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Procedimentos de Teste e Inspeção

8.22. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

8.22.1. Verificação da conectividade e disponibilidade dos links contratados.

8.22.2. Avaliação da largura de banda entregue em relação à contratada.

8.22.3. Verificação dos principais indicadores de desempenho: perda de pacotes, latência e tempo de indisponibilidade.

8.22.4. Conferência da efetividade dos serviços de segurança (Anti-DDoS) e da disponibilidade dos endereços IP contratados.

8.22.5. Acesso ao Portal de Informações dos circuitos para validação dos dados operacionais e relatórios de desempenho.

Liquidação

8.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.28.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto

à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **ICTI** de correção monetária.

Forma de pagamento

8.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.39. **A presente contratação não adota o pagamento antecipado previsto no art. 145 da Lei nº 14.133/2021, visto que não é condição indispensável para a obtenção do objeto e nem propicia economia de recursos.**

Reajuste

8.48. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, **em 06/02/2026.**

8.49. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.50. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.51. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.52. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

- 8.53. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.54. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.55. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

- 8.56. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 8.56.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 8.56.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 8.56.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 8.56.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.
- 8.57. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO

9.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

Id.	Ocorrência	Glosa / Sanção
01	Não comparecer injustificadamente à Reunião Inicial.	Advertência. Em caso de reincidência, 1% sobre o valor total do Contrato.
02	Quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu	A CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº

	objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.	10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais, e multa de 10% do valor da contratação.
03	Ter praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração.
04	Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
05	Não executar total ou parcialmente os serviços previstos no objeto da contratação.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
06	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por até de 30 dias, sem comunicação formal ao gestor do Contrato.	Multa de 10% sobre o valor total do Contrato. Em caso de reincidência, configura-se inexecução total do Contrato por parte da empresa, ensejando a rescisão contratual unilateral.
07	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por mais de 30 (trinta) dias, sem comunicação formal ao gestor do contrato.	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
08	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 24 horas úteis.	Multa de 0,2% sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela Contratante, até o limite de 22 dias úteis.
		Após o limite de 22 dias úteis, aplicar-se-á multa de 10% do valor total do Contrato.
09	Provocar intencionalmente a indisponibilidade da prestação dos serviços quanto aos componentes de software (sistemas, portais, funcionalidades, banco de dados, programas, relatórios, consultas, etc).	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
10	Permitir intencionalmente o funcionamento dos sistemas de modo adverso ao especificado na fase de levantamento de requisitos e às cláusulas contratuais, provocando prejuízo aos usuários dos serviços.	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
11	Comprometer intencionalmente a integridade, disponibilidade ou confiabilidade e autenticidade das bases de dados dos sistemas.	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
12	Comprometer intencionalmente o sigilo das informações armazenadas nos sistemas da contratante.	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que

		poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
13	Não atender ao indicador de nível de serviço IAE (Indicador de Atraso de Entrega de OS).	Glosa de 10% sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,11 a 0,20.
		Glosa de 20% sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,21 a 0,30.
		Glosa de 30% sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,31 a 0,50.
		Glosa de 40% sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,51 a 1,00.
		Multa de 10% sobre o valor do Contrato e Glosa de 50% sobre o valor da OS, para valores do indicador IAE maiores que 1,00.
14	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplicar-se-á multa de 10% do valor total do Contrato.

9.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o contratado:

- 9.2.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou
- 9.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

9.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.4. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.4.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.4.4. Multa:

9.4.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias.

9.4.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

9.4.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

9.4.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

9.4.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

9.4.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

9.4.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

9.4.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação, ressalvadas as infrações relacionadas ao descumprimento dos indicadores técnicos de desempenho conforme os critérios e percentuais estabelecidos nos itens 1 a 11 do Anexo II – Níveis Mínimos de Serviço, que já possuem tratamento específico por meio de descontos financeiros proporcionais.

9.4.4.7.1. Não se aplicará multa compensatória às seguintes infrações, por já estarem sujeitas a descontos específicos conforme o Anexo II:

- a) Descumprimento do Índice de Disponibilidade Mensal (IDM);
- b) Extrapolação da Taxa de Perda de Pacotes (TPP);
- c) Excesso de Latência de Rede (RTT);
- d) Descumprimento dos prazos de reparo/restabelecimento do link (PRL);
- e) Descumprimento dos prazos para alteração de configuração de equipamentos, alteração de taxa de transmissão, mudança de endereço ou desativação de link;

- f) Descumprimento do Tempo Médio de Atendimento (TMA);
- g) Reincidência de Abatimento de Desempenho de Serviço (IRADS);
- h) Atraso na entrega de Ordens de Serviço (OS), conforme faixas de glosa e multa prevista.

9.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.10.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.10.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.11.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.11.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.11.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.11.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

9.11.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.14.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Justificativa do critério de julgamento da proposta

10.1.1. O critério de julgamento pelo menor preço foi adotado considerando que o objeto consiste em serviço comum de natureza continuada, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste Termo de Referência. As especificações técnicas e os níveis mínimos de serviço (ANS) são suficientes para assegurar a adequada execução contratual, não havendo complexidade técnica que justifique a adoção do critério de técnica e preço. A competição entre os fornecedores se dará essencialmente pelo preço, uma vez que todos deverão atender integralmente aos requisitos técnicos estabelecidos. Dessa forma, o menor preço mostra-se adequado e compatível com os princípios da economicidade e vantajosidade para a Administração.

Modelagem de julgamento baseada no perfil de 10 Gbps

10.1.2. Para fins de julgamento das propostas no certame, será considerado o valor mensal correspondente ao perfil de velocidade de 10 Gbps, conforme indicado no subitem específico da planilha de formação de preços.

10.1.3. Tal modelagem tem por finalidade assegurar comparabilidade objetiva entre as propostas, considerando o maior perfil de capacidade previsto na solução.

10.1.4. Ressalta-se que a largura de banda mínima a ser efetivamente contratada no início da execução contratual será de 2 Gbps, podendo a Administração, a seu critério e mediante ordem de serviço, solicitar a ampliação da capacidade para os perfis de 5 Gbps ou 10 Gbps, conforme evolução da demanda institucional.

10.1.5. Os valores apresentados para os diferentes perfis de velocidade deverão manter coerência econômica entre si, de modo a evitar distorções relevantes na estrutura das propostas.

Compatibilidade econômica entre os perfis de largura de banda

10.1.6. Considerando que o julgamento da licitação será realizado com base no valor correspondente ao perfil de maior capacidade de banda previsto no objeto, os licitantes deverão apresentar preços economicamente coerentes entre os diferentes perfis de largura de banda indicados na tabela do objeto.

10.1.7. Para fins de análise das propostas, a Administração poderá avaliar a proporcionalidade entre os valores ofertados para os perfis de 2 Gbps, 5 Gbps e 10 Gbps, considerando o comportamento usual do mercado de serviços de conectividade corporativa e os parâmetros observados na pesquisa de preços que subsidiou esta contratação.

10.1.8. Como referência para análise de consistência econômica da proposta, poderão ser consideradas as relações de proporcionalidade identificadas na pesquisa de preços, segundo as quais:

- o valor do perfil de 5 Gbps tende a situar-se próximo a 94% do valor do perfil de 10 Gbps, admitida variação aproximada;
- o valor do perfil de 2 Gbps tende a situar-se próximo a 44% do valor do perfil de 5 Gbps, admitida variação aproximada.

10.1.9. Esses parâmetros serão utilizados exclusivamente para fins de análise da coerência econômica das propostas, podendo a Administração solicitar esclarecimentos ao licitante quando identificadas distorções relevantes na estrutura de preços apresentada.

10.1.10. Caso sejam identificadas distorções relevantes entre os valores ofertados para os diferentes perfis de largura de banda que indiquem eventual manipulação da estrutura de preços com o objetivo de afetar o resultado do julgamento, a Administração poderá solicitar esclarecimentos ao licitante para demonstrar a consistência econômica da proposta apresentada.

10.1.11. A ausência de justificativa plausível poderá ensejar a desclassificação da proposta, nos termos da legislação aplicável.

Regime de Execução

10.2. O regime de execução do contrato será por **empreitada por preço global, ou seja, execução do serviço por preço certo e total, conforme o previsto no Inciso XXIX, do Art. 6º, da Lei no 14.133/2021.**

Exigências de habilitação

10.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.13. **Suprimido.**

10.14. Termo de autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), emitido pela Anatel, conforme Resolução nº 614, de 28 de maio de 2013, Anexo I, Art. 10.

10.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.21. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A8]

10.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A9]

Qualificação Econômico-Financeira

10.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

10.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

10.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

10.27. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação aplicável para o contrato de serviço continuado.

10.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

10.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.32. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

10.33. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

10.33.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico

10.34. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.34.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

10.34.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de **02 (dois) anos** do fornecedor na prestação dos serviços, em período sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes:

10.34.1.2. Referente a serviços prestados compatíveis com o objeto social da empresa constante do contrato social vigente.

10.34.1.3. Prestação de serviços compatíveis com o objeto licitado, compreendendo fornecimento de acesso dedicado à Internet com mecanismo de proteção Anti-DDoS e capacidade compatível com a demanda da contratação.

10.34.1.4. Serão aceitos apenas atestados expedidos após a conclusão do contrato ou após decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MP nº 5/2017, aplicada subsidiariamente;

10.34.1.5 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante, conforme item 10.9 da Instrução Normativa;

10.34.1.6. Os atestados devem conter descrição clara do serviço prestado, incluindo banda contratada, tipo de proteção Anti-DDoS e local de execução;

10.34.1.7. A comprovação da capacidade técnica, quando envolver profissional indicado, não exigirá vínculo empregatício entre o profissional e o licitante, sendo admitidas outras formas de vínculo jurídico.

10.34.1.8. As exigências de qualificação técnica foram definidas em observância aos princípios da proporcionalidade, razoabilidade e competitividade, restringindo-se às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto, indispensáveis à garantia da adequada execução contratual.

10.34.1.9. Não será exigido tempo mínimo de experiência profissional individual, sendo a qualificação técnica aferida por meio da comprovação da execução de serviços similares.

10.34.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

10.34.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.34.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

10.34.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

10.35. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.36. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

10.37. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Justificativa das Exigências de Qualificação Técnica e Econômico-Financeira

10.38. As exigências de qualificação técnica e econômico-financeira previstas neste Termo de Referência foram avaliadas quanto à sua compatibilidade e proporcionalidade em relação ao objeto da contratação, considerando a complexidade técnica dos serviços, sua essencialidade para o funcionamento institucional do Ipea e os riscos associados à eventual incapacidade da contratada ou interrupção dos serviços. Tais exigências têm por finalidade assegurar que a empresa contratada possua experiência prévia comprovada e capacidade operacional compatível com a execução dos serviços, sem prejuízo da verificação da capacidade econômico-financeira nos termos definidos pela área competente.

10.39. Em conformidade com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021, as exigências de qualificação técnica limitam-se à comprovação da execução anterior de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da contratação, em quantitativos proporcionais ao objeto licitado, sem exigir a execução de objeto idêntico ou em sua integralidade. A exigência de detalhamento técnico nos atestados busca demonstrar que o licitante possui capacidade operacional compatível com a prestação de serviços de conectividade dedicada à Internet com requisitos de desempenho, disponibilidade, suporte contínuo, monitoramento e segurança, incluindo proteção contra ataques distribuídos de negação de serviço – Anti-DDoS.

10.40. A possibilidade de somatório de atestados, bem como a admissão de documentos em nome da matriz ou da filial, contribui para preservar a ampla competitividade do certame, sem comprometer a segurança da contratação, observando os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração. Dessa forma, as exigências técnicas foram definidas de modo a mitigar riscos de execução contratual, sem impor restrições indevidas à participação de licitantes aptos à prestação dos serviços.

10.41. As exigências de qualificação econômico-financeira têm por finalidade mitigar riscos relacionados à execução de serviço contínuo e essencial de conectividade de dados, cuja eventual descontinuidade pode impactar diretamente as atividades institucionais do Ipea. Sob a perspectiva técnica, a contratação demanda que o futuro fornecedor disponha de condições mínimas para suportar os investimentos iniciais necessários à ativação dos serviços, à manutenção da infraestrutura de rede, ao suporte técnico especializado e ao cumprimento dos níveis mínimos de serviço durante a vigência contratual.

10.42. A definição específica dos documentos, índices e parâmetros econômico-financeiros exigidos para fins de habilitação observará as disposições da Lei nº 14.133/2021 e será validada pela área competente quanto à sua adequação normativa, proporcionalidade e conformidade com as práticas aplicáveis às contratações públicas. Dessa forma, sob a ótica técnica, a exigência de qualificação econômico-financeira mostra-se compatível com a natureza contínua, essencial e crítica do objeto, sem prejuízo da preservação da competitividade do certame.

Disposições gerais sobre habilitação

10.43. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.44. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.45. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.46. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.47. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

10.48. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.48.1. . A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.48.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.48.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.48.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.48.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

10.48.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

10.48.6.1. ata de fundação;

10.48.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

10.48.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

10.48.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

10.48.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

10.48.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

10.48.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável para o período de um ano é de **R\$ 86.400,00 (oitenta e seis mil e quatrocentos reais)**. Sendo o valor máximo anual aceitável para o item 01 e seus subitens de R\$ 43.200 (quarenta e três mil e duzentos reais), e o valor máximo anual aceitável para o item 02 e seus subitens de 43.200 (quarenta e três mil e duzentos reais).

11.1.1. A estimativa de custo foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada conforme os parâmetros da Instrução Normativa nº 65/2021, sem a inclusão de matriz de alocação de risco, por não se aplicar ao objeto da contratação.

11.2. O valor total estimado admitido para cada item será com o link configurado em sua maior velocidade, uma vez que os subitens não coexistirão e serão demandados um de cada vez, formando assim uma escada de ampliação/redução de velocidade conforme as necessidades se apresentem durante a vigência do contrato.

11.3. Suprimido. (Não se trata de contratação por Registro de Preços).

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: **11302/113601**;

II) Fonte de Recursos: **1000**;

III) Programa de Trabalho: **249575**

IV) Elemento de Despesa: **33.90.40.13**;

V) Plano Interno: **PI 100ADMINIBR-Brasília**;

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas.

Cronograma Físico Financeiro

Evento	Prazo estimado	Valor ^[1]
Evento 1 - Instalação e ativação dos links	Até 60 dias após emissão da OS	Incluso no valor mensal (sem custo adicional)
Evento 2 - Prestação mensal do serviço (Brasília) com velocidade de (10 Gbps) e Serviço Anti-DDoS	Mensal, por 12 meses	R\$ 3.600,00
Evento 3 - Prestação mensal do serviço (Rio de Janeiro) com velocidade de (10 Gbps) e Serviço Anti-DDoS	Mensal, por 12 meses	R\$ 3.600,00
Total estimado para 12 meses		R\$ 86.400,00

[1] Valor Estimado Mensal de acordo com pesquisa feita no ETP 14/2026 considerando o maior perfil de velocidade (10 Gbps) - de cada link

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Integrante Requisitante

MOISES HENRIQUE CASTRO DA SILVA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 15/05/2026 às 09:31:56.

Despacho: Integrante Técnico

CHRISTIAN COSTA DAMASCENO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 13/05/2026 às 15:44:05.

Despacho: Integrante Administrativo

MANOEL DE RIBAMAR CARDOSO BARROSO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 13/05/2026 às 10:28:44.

LUCAS FERREIRA MATION

Autoridade Máxima da área de TIC



Assinou eletronicamente em 19/05/2026 às 12:01:24.

Despacho: Considerando a essencialidade e a imprescindibilidade dos serviços descritos neste Termo de Referência, aprovo o presente documento.

FERNANDO GAIGER SILVEIRA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 18/05/2026 às 17:32:56.

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1. A solução de tecnologia da informação deve ser composta por 02 (dois) links de comunicação de dados dedicados, full-duplex, simétricos (taxa de download igual à taxa de upload), com garantia de banda compatível com os níveis de serviço contratados e serviço de proteção contra ataques distribuídos de negação de serviço (Anti-DDoS), incluindo os respectivos serviços de instalação, alteração de endereço e ativação de circuito, para promover o acesso de cada uma das unidades do Ipea à Internet (a rede mundial de computadores), 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, pelo prazo de 12 (doze) meses, sem limitação de tráfego.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO		UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR POR Mbps	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço mensal de link dedicado de Internet com serviço Anti-DDoS em Brasília/DF	Subitem 1.1. - 10 Gbps	Serviço/mês	12	R\$	R\$	R\$
		Subitem 1.2. - 5 Gbps				R\$	R\$
		Subitem 1.3. - 2 Gbps				R\$	R\$
2	Serviço mensal de link dedicado de Internet com serviço Anti-DDoS no Rio de Janeiro/RJ	Subitem 2.1. - 10 Gbps	Serviço/mês	12	R\$	R\$	R\$
		Subitem 2.2. - 5 Gbps				R\$	R\$
		Subitem 2.3. - 2 Gbps				R\$	R\$
Valor Máximo da Contratação: (Soma dos Subitens 1.1. + 2.1.)				2	R\$	R\$	R\$

1.2. Item 1 - Serviço mensal de link dedicado de Internet com serviço Anti-DDoS em Brasília/DF

1.2.1. Local de instalação: SEPS 702/902, Bloco C, Centro Empresarial Brasília 50 - Torre B, (semi-enterrado), Asa Sul – Brasília/DF – CEP: 70390-025 – Tel: (61) 2026-5288.

1.2.2. Configurado como um circuito de acesso dedicado com porta exclusiva e velocidade inicial mínima de 2 Gbps (dois Gigabits por segundo), em meio físico compatível com os requisitos de desempenho, estabilidade e disponibilidade

definidos neste Termo de Referência, garantindo a entrega do serviço até o ponto de terminação acordado com a CONTRATANTE.

1.2.3. Perfis de velocidade adicionais possíveis: 5 Gbps e 10 Gbps, que poderão ser solicitados formalmente em qualquer momento durante a vigência contratual.

1.2.4. Interface de entrega compatível com Ethernet, devendo a solução garantir interoperabilidade com os equipamentos de firewall da CONTRATANTE, podendo utilizar conector RJ-45 ou outro meio técnico equivalente, desde que assegurada a compatibilidade física e lógica sem custos adicionais ao Ipea.

1.2.5. Endereçamento: A CONTRATADA deverá fornecer, para cada link contratado, no mínimo um bloco de endereços IPv4 públicos equivalente a /27 (30 endereços utilizáveis).

1.2.6. Serviços obrigatórios:

- a) DNS secundário;
- b) DNS reverso;
- c) Suporte nativo a IPv6;
- d) Serviço Anti-DDoS.

1.3. Item 2 - Serviço mensal de link dedicado de Internet com serviço Anti- DDoS no Rio de Janeiro/RJ

1.3.1. Local de instalação: Av. Presidente Vargas, 730, 16º andar – Torres 3 e 4 – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20071-900 – Tel: (21) 3515-8745.

1.3.2. Demais especificações técnicas idênticas às do Item 1 do objeto.

INFORMAÇÕES GERAIS DO SERVIÇO DE ACESSO DEDICADO À INTERNET

2. CONECTIVIDADE E QUALIDADE DE SERVIÇO

2.1. Os circuitos IP da solução integrada, objeto desta contratação, deverão atender os níveis mínimos de qualidade de acordo com os indicadores de Disponibilidade, Latência e Perda de Pacotes definidos no ANEXO II - NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO.

2.2. O IPEA poderá solicitar, a qualquer momento e sem custo adicional, a medição de quaisquer dos parâmetros ou indicadores contratados, sempre que considerar que o desempenho dos enlaces IP está abaixo do acordado ou para fins de controle. Caso não

esteja especificado no ANEXO II - NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO, o prazo para atendimento a essa solicitação será de, no máximo, 4 (quatro) horas.

2.3. O IPEA poderá solicitar à CONTRATADA, a qualquer tempo e sem custo adicional, o monitoramento de conectividade de rede e acompanhamento em tempo real de qualquer um dos links fornecidos, em decorrência de eventos especiais a serem transmitidos on-line pela Internet ou entre as unidades do IPEA de Brasília e do Rio de Janeiro. A solicitação deverá ser feita com antecedência mínima de 1 (um) dia, informando a data, o horário de início e o horário de fim do monitoramento.

3. CONDIÇÕES TÉCNICAS ESPECÍFICAS OBRIGATÓRIAS

3.1. Todos os enlaces deverão ser entregues em circuitos dedicados e determinísticos, nas velocidades solicitadas, com terminação compatível com os equipamentos de firewall da CONTRATANTE, observando padrões Ethernet amplamente utilizados no mercado, não sendo necessário o fornecimento de equipamentos de roteamento, uma vez que o roteamento dos pacotes será realizado pelos equipamentos do Ipea.

3.2. O Proponente deverá garantir o perfeito isolamento lógico entre os links contratados, de modo a preservar a disponibilidade, a segurança e a privacidade do tráfego de dados, independentemente do meio físico ou da tecnologia utilizada para a entrega do serviço.

3.3. Acesso à Internet de 24 horas por dia e sem limite de tráfego.

3.4. Conforme especificado no Item 1 - Condições gerais da contratação - desse Termo de Referência, os links dedicados terão uma taxa inicial de transmissão de 2 Gbps. A CONTRATANTE poderá, a seu critério e a qualquer momento, mediante solicitação formal à CONTRATADA, solicitar a alteração das taxas de transmissão dos links contratados, devendo a CONTRATANTE indicar o período em que deverão vigorar as novas taxas.

3.4.1. As alterações de velocidade dos circuitos de dados deverão ser demandadas pela CONTRATANTE através de Ordem de Serviço enviada por e-mail à CONTRATADA que por sua vez procederá a realização de análise de viabilidade técnica para atendimento da velocidade solicitada.

3.4.2. Após a sinalização positiva pela CONTRATADA de que a mudança de velocidade solicitada foi efetuada, a CONTRATANTE terá 01 (um) dia útil para homologar as alterações.

3.4.3. A alteração de velocidade deverá ser transparente ao funcionamento do serviço, sem interrupções superiores a 5 minutos.

3.4.4. Os faturamentos serão realizados levando em consideração os períodos e as velocidades contratadas a contar da data da efetivação dos serviços.

4. EQUIPAMENTOS

4.1. Características Gerais dos Equipamentos da solução

4.1.1. Os equipamentos deverão:

- a) Ser dimensionados, fornecidos, instalados, configurados e mantidos pela CONTRATADA;
- b) Ser compatíveis com os perfis de velocidades dos links contratados, suportando o tráfego em pacotes por segundo (pps);
- c) Possuir alimentação elétrica automática bivolt 110/220V;
- d) Estar em conformidade com a ANATEL;
- e) Contar com interfaces suficientes para conectar os links aos equipamentos do IPEA.

5. INFRAESTRUTURA

5.1. Cabeamento, Rack, Energia Elétrica e Climatização

- a) Os cabos UTP/RJ-45 serão utilizados para a(s) conexão(ões) do(s) equipamento(s) do Ipea ao(s) CPE(es) da CONTRATADA.
- b) São de inteira responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento, a instalação, a manutenção e a substituição de todos os equipamentos, acessórios e meios necessários à perfeita operacionalidade da solução contratada até o ponto de entrega acordado com a CONTRATANTE, incluindo, quando necessário, dispositivos de conversão de meios ou protocolos, sem custos adicionais ao Ipea.
- c) Toda a infraestrutura instalada deverá ser compatível com os perfis de velocidade definidos para o circuito, conforme item 3.4.
- d) A CONTRATANTE irá se responsabilizar por eventuais alterações necessárias na rede interna, bem como a sua disponibilização.
- e) Será de responsabilidade da CONTRATANTE a disponibilização de espaço em rack(s), localizado(s) em área interna de cada unidade da CONTRATANTE, para a instalação dos equipamentos da CONTRATADA, bem como o fornecimento de energia elétrica mediante a disponibilização de tomada elétrica (configuração F+N+T) e de energia estabilizada no local.
- f) A CONTRATANTE se responsabilizará por fornecer ambiente devidamente climatizado nos locais de instalação dos equipamentos.

- g) Todos os equipamentos fornecidos deverão incluir kits para suporte ou bandejas para adaptações, se assim se fizer necessário.

6. CONDIÇÕES DE INSTALAÇÃO

6.1. A instalação, os testes e as configurações necessárias à prestação do serviço contratado serão de responsabilidade da CONTRATADA, cabendo a esta orientar tecnicamente a CONTRATANTE quanto às configurações de conectividade necessárias à correta integração dos serviços, respeitados os limites de responsabilidade de cada parte.

6.2. IMPLANTAÇÃO

A implantação contempla as atividades de:

- a) Planejamento (por exemplo: reuniões; alinhamentos técnicos e administrativos);
- b) Preparação (por exemplo: visitas técnicas; adequações de infraestrutura; configuração; instalação; ativação; testes internos);
- c) Execução (implantação do ambiente contratado);
- d) Aceitação da solução implementada.

6.2.2. Planejamento

- a) A CONTRATADA deverá prever representante(s) para atuação no âmbito dos locais de instalação dos *appliances*, com mão de obra própria ou CONTRATADA, visando a gestão da implantação dos serviços.
- b) As reuniões destinadas ao acompanhamento da implantação dos serviços deverão ser realizadas preferencialmente por meio remoto, admitindo-se, quando necessário, a modalidade presencial. A CONTRATADA deverá assegurar o cumprimento dos requisitos de acesso e das credenciais de segurança estabelecidos, estendendo tais exigências a todas as equipes eventualmente alocadas de forma complementar ao projeto.

6.2.3. Preparação

- a) O plano de implantação será definido em comum acordo entre CONTRATANTE e CONTRATADA, respeitando os prazos contratuais e as condições de infraestrutura previamente estabelecidas.
- b) Alterações de escopo, locais ou equipamentos durante a implantação devem ser previamente aprovadas pela CONTRATANTE.

6.2.4. Execução

- a) Os trabalhos nas unidades da CONTRATANTE para a implantação da rede deverão ser executados, preferencialmente, durante o horário comercial, observado o horário local de cada unidade.
- b) A execução da instalação deverá respeitar as normas da ABNT e de segurança aplicáveis.

6.2.5. Aceitação

- a) A etapa de implantação será encerrada com a aceitação pela CONTRATANTE dos pedidos de implantação.

7. PORTAL DO CLIENTE

7.1. Características Gerais

7.1.1. Entende-se como “Portal” a solução de gestão on-line dos serviços fornecidos, com a finalidade de monitorar, registrar e aferir os Níveis Mínimos de Serviço dos serviços contratados, assim como gerar dados do serviço e emitir relatórios.

7.1.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar o Portal com acesso seguro (via HTTPS), com interface própria e com controle de acesso às suas funcionalidades, por perfil de acesso.

7.1.3. O Portal deverá disponibilizar:

- a) Medidas de tráfego realizadas nos pontos de entrega dos serviços, apresentadas na forma gráfica ou tabular, contendo histórico compatível com a gestão e a fiscalização do contrato, com granularidade adequada para análise de desempenho e consumo, incluindo tráfego entrante e saínte.
- b) Medições dos Níveis Mínimos de Serviço, na forma gráfica ou tabular, conforme os indicadores definidos no ANEXO II - NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO deste Termo de Referência.
- c) Informações sobre os chamados de suporte técnico abertos e finalizados durante a execução contratual.
- d) O histórico das informações que deverá ficar à disposição do IPEA durante todo o período contratual.

7.1.4. Os chamados e solicitações da CONTRATANTE deverão ser registrados no Portal. A CONTRATADA deverá acompanhar o andamento de tais solicitações pelo mesmo meio.

7.1.5. A operação do Portal deverá ocorrer em regime 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, todos os dias do ano, durante toda a vigência do contrato.

7.1.6. Deverá permitir solicitação de relatórios pela CONTRATANTE para a CONTRATADA, no que couber em relação aos NMS contratados.

7.1.7. Os chamados registrados deverão ter as seguintes informações: Número do registro/ocorrência; Identificação do solicitante; Data e hora de abertura do chamado (considerando o fuso horário de Brasília); Identificação do recurso com falha; Descrição da ocorrência; Causa da ocorrência; Descrição da solução; Data e hora de encerramento do chamado (considerando o fuso horário de Brasília).

7.1.8. O Portal deverá ser acessado pelo CONTRATANTE através de contas individuais, de acordo com o perfil determinado pelo próprio CONTRATANTE.

8. ANTI-DDoS

8.1. Modalidade de Atendimento e Prazos do Serviço Anti-DDoS

8.1.1. A contratada deverá detectar ataques DDoS automaticamente, no prazo máximo de até 20 (vinte) minutos a partir do início do ataque. Caso esteja configurada a mitigação automática, esta deverá ser iniciada no mesmo prazo. Quando a mitigação depender de autorização da CONTRATANTE após notificação da suspeita de ataque por parte da CONTRATADA, a contratada deverá iniciá-la no prazo máximo de 15 (quinze) minutos após o recebimento formal da solicitação.

8.1.2. Solicitações de mitigação poderão abranger IPs de origem e/ou destino, bem como aplicação de regras específicas conforme técnicas descritas no item 8.2.7 deste Termo de Referência. Solicitações emergenciais relacionadas a incidentes de segurança que envolvam alterações em configurações no *backbone* ou nos roteadores da CONTRATADA são prioritárias e deverão ter início de atendimento em até 60 (sessenta) minutos a partir da notificação da CONTRATANTE.

8.1.3. Não haverá limitação quanto à quantidade de mitigações e ao volume de tráfego bloqueado durante a vigência contratual, devendo a solução ter capacidade para entrega do tráfego legítimo compatível com a largura de banda contratada para cada link.

8.1.4. A Contratada deverá notificar a CONTRATANTE por telefone e correio eletrônico em até 20 (vinte) minutos a partir do início do ataque, informando o tipo e os alvos do ataque.

8.1.5. O serviço Anti-DDoS dos links contratados com suas funcionalidades de monitoramento, detecção e mitigação de ataques devem ser mantidas em operação ininterrupta durante 24 (vinte e quatro) horas do dia, nos 7 (sete) dias da semana, no período de vigência contratual.

8.1.6. O tempo em que o tráfego de ataque DDoS não for mitigado, nos termos pactuados neste Termo de Referência, será considerado como período de indisponibilidade do serviço.

8.1.7. Da mesma forma, caso o tráfego legítimo seja indevidamente bloqueado por falha da solução Anti-DDoS, o tempo de bloqueio será igualmente considerado como indisponibilidade.

8.2. Condições de Segurança do Serviço ANTI-DDoS

8.2.1. A CONTRATADA deverá prover o serviço de mitigação de ataques de negação de serviço (DoS – Denial of Service) para os links de conectividade IP dedicada à Internet, sejam eles distribuídos (DDoS – Distributed Denial of Service) ou não, tanto para IPv4 como para IPv6.

8.2.2. A solução deverá ser baseada no monitoramento não intrusivo do tráfego e na mitigação de ataques em infraestrutura sob responsabilidade da CONTRATADA, garantindo a separação do tráfego legítimo e malicioso sem impacto aos serviços do Ipea.

8.2.3. O ataque deve ser mitigado na estrutura da CONTRATADA, separando o tráfego legítimo do malicioso, de modo que os serviços de Internet providos pelo IPEA continuem disponíveis aos seus usuários.

8.2.4. A proteção deverá operar sem exigir o desligamento de qualquer outro circuito de acesso do IPEA, independente de quantos ou quais sejam os demais prestadores de serviço de acesso.

8.2.5. A solução ofertada não poderá afetar a visibilidade do endereço de origem das requisições, mantendo o tráfego legítimo livre de qualquer modificação.

8.2.6. A solução deve possuir a capacidade de criar e analisar a reputação de endereços IP, possuindo base de informações própria, gerada durante a filtragem de ataques, e interligada com os principais centros mundiais de avaliação de reputação de endereços IP.

8.2.7. A solução deverá suportar mitigação automática e sob demanda com, no mínimo, os seguintes mecanismos:

- a) White/Black Lists;
- b) Limitação de taxa e desafio-resposta;

- c) Descarte de pacotes malformados e bloqueio por geolocalização;
- d) Detecção de pacotes anômalos sem restrições de sessões por IP;
- e) Proteção contra ataques aos serviços Web, DNS, VPN, FTP e e-mail.

8.2.8. A solução deve implementar mecanismos capazes de detectar e mitigar todos e quaisquer ataques que façam o uso não autorizado de recursos de rede, tanto para IPv4 como para IPv6, incluindo, mas não se restringindo aos seguintes:

- a) Ataques que explorem a capacidade dos canais de comunicação (ataques volumétricos, incluindo o *Flood* de UDP e ICMP);
- b) Ataques que explorem a capacidade de processamento de requisições da infraestrutura de redes (ataques à pilha TCP, incluindo mal-uso das Flags TCP, ataques de RST e FIN, SYN Flood e TCP Idle Resets);
- c) Ataques que utilizam Fragmentação de pacotes, incluindo pacotes IP, TCP e UDP;
- d) Ataques de Botnets, Worms e ataques que utilizam falsificação de endereços IP origem (IP Spoofing).

8.2.9. A solução deve permitir a proteção contra ataques de negação de serviço, no mínimo, do tráfego dos serviços web (HTTP/HTTPS), DNS, VPN, FTP e correio eletrônico.

8.2.10. A solução deve manter uma lista dinâmica de endereços IP bloqueados, retirando dessa lista os endereços que não enviarem mais requisições maliciosas após um período considerado seguro pela CONTRATADA e/ou CONTRATANTE.

8.2.11. A CONTRATADA deverá dispor de infraestrutura adequada para mitigação de ataques de negação de serviço, própria ou sob sua gestão e responsabilidade, capaz de tratar o volume e a complexidade dos ataques direcionados aos serviços do Ipea, sem prejuízo ao atendimento dos níveis de serviço contratados.

8.2.12. A solução deve implementar mecanismo de mitigação baseado no desvio de tráfego sob suspeita para um Centro de Mitigação na infraestrutura da CONTRATADA.

8.2.13. As soluções de detecção e mitigação devem possuir serviço de atualização de assinaturas de ataques e devem ser mantidas atualizadas durante toda a vigência do contrato.

8.2.14. A gerência e a operação da solução de segurança Anti-DDoS deverão ser realizadas por equipe especializada, preferencialmente em território nacional, de modo a assegurar conformidade com a legislação brasileira, incluindo a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), bem como adequada comunicação e resposta a incidentes.

8.2.15. A mitigação de ataques deve ser baseada em arquitetura na qual há o desvio de tráfego suspeito comandado pelo equipamento de monitoramento, por meio de alterações do plano de roteamento, de forma transparente para a CONTRATANTE.

8.2.16. Deverá ser possível desviar para o Centro de Mitigação somente o tráfego para os IPs sob suspeita de ataque.

8.2.17. O sistema implantado na rede da CONTRATADA deverá atuar sobre o tráfego somente em momentos de ataque.

8.2.18. Em momentos de ataques DOS e DDOS, todo tráfego limpo deve ser reinjetado na infraestrutura da contratante através de túneis GRE (Generic Routing Encapsulation), configurado entre a plataforma de DOS e DDoS da CONTRATADA e o CPE da CONTRATANTE.

8.2.19. A solução deverá ser capaz de detectar e mitigar os ataques destinados a qualquer endereçamento IP, tanto para IPv4 e IPv6, sob administração da CONTRATANTE.

8.2.20. Não será aceito bloqueio de ataques DoS e DDoS por ACLs em roteadores de borda da CONTRATADA, exceto mediante solicitação da CONTRATANTE.

8.3. Ferramentas de Visibilidade e Administração do Serviço ANTI-DDoS

8.3.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar relatórios e informações do tráfego monitorado, bem como os eventos e alertas de segurança contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Informações sobre o tipo dos ataques;
- b) Horário de início e fim;
- c) Volume de tráfego bloqueado e não bloqueado;
- d) IPs de destinos;
- e) Os maiores alvos de ataques;
- f) Os maiores ofensores (IP de origem);
- g) Os maiores ofensores por geolocalização (país);
- h) Percentual das origens dos ataques por geolocalização (país).

8.3.2. A CONTRATADA deverá oferecer meios para customizar as configurações e regras, para no mínimo:

- a) Detecção e mitigação automática baseada em limiares de pps (pacotes por segundo) e bps (bits por segundo);
- b) Bloqueio e limitação de taxa para um IP ou range de IPs de destino.

8.3.3. Enquanto a ferramenta de visibilidade do serviço DDoS não estiver disponível, a CONTRATADA deverá enviar relatórios semanais espelhando as informações coletadas pela ferramenta de mitigação de ataques de negação de serviço além de relatórios emitidos em até 2 (duas) horas após a mitigação autorizada de tais ataques.

9. PRAZOS DE ATENDIMENTO

9.1. Os chamados técnicos referentes à indisponibilidade dos serviços, degradação de performance e resolução de dúvidas, deverão ser atendidos respeitados os prazos especificados a seguir:

PRAZOS DE ATENDIMENTO DOS CHAMADOS			
Prioridade do Chamado	Descrição	Prazo máximo de início de atendimento	Prazo máximo de solução de problema
1	Interrupção que acarrete indisponibilidade total dos serviços	30 minutos	4 horas
2	Degradação de performance e perda de monitoração dos serviços	1 hora	6 horas
3	Resolução de dúvidas técnicas sobre os serviços contidos na solução	2 horas	72 horas

9.2. Em casos mais graves, como por exemplo, rompimento de fibra óptica, a contratante poderá prorrogar o prazo de acordo com as justificativas apresentadas pela Contratada.

9.3. Como limite máximo, o tempo de recuperação global de qualquer defeito que acarrete chamados de prioridade 1 e 2 acima não poderá exceder a 12 horas.

9.4. PRAZOS PARA EXECUÇÃO DE SOLICITAÇÕES DIVERSAS

PRAZOS PARA EXECUÇÃO DE SOLICITAÇÕES DIVERSAS		
DESCRIÇÃO DA SOLICITAÇÃO	INÍCIO DA EXECUÇÃO	PRAZO MÁXIMO PARA EXECUÇÃO
Instalação/Ativação/Configuração	Após emissão da Ordem de Serviço pela Contratante	Até 60 (sessenta) dias corridos
Alteração de taxa de transmissão	Após emissão da Ordem de Serviço pela Contratante	Até 30 (trinta) dias corridos
Alteração de Configuração de Equipamento	Após emissão da Ordem de Serviço pela Contratante	24 horas após a solicitação
Relatório de prestação dos serviços	Envio mensal pela Contratada	Até o 7º (sétimo) dia útil do mês
Alteração/Mudança de Endereço	Solicitação formal à Contratada	Até 30 (trinta) dias corridos

Desativação de Link	Solicitação formal à Contratada	Até 1 (um) dia corrido
Correção de fatura (contestação)	Após a comunicação realizada pela Contratante	Até 7 (sete) dias úteis

9.5. Tempo de recuperação de falhas

9.5.1. O tempo global de recuperação para defeitos de prioridade 1 e 2 não poderá ultrapassar 12 horas. Em 80% das ocorrências, a solução deverá ocorrer dentro dos prazos estabelecidos por prioridade.

9.5.2. A CONTRATADA não poderá ser responsabilizada pela falta de cumprimento de suas obrigações contratuais quando a falha for comprovadamente motivada por caso fortuito ou força maior, como por exemplo rompimento de fibra por culpa de terceiros não relacionados à CONTRATADA.

9.6. Tempo de alteração de transmissão/velocidade de link de comunicação

9.6.1. Após a implantação inicial dos links de comunicação de dados, as solicitações de alteração da transmissão/velocidade de banda dos links dar-se-ão por solicitação formal do CONTRATANTE. A CONTRATADA deverá realizar análise de viabilidade técnica e informar formalmente o resultado em até 10 (dez) dias contados da data da solicitação. Em caso de viabilidade, a alteração (*upgrade* ou *downgrade*) deverá ser efetivamente disponibilizada com aceite da CONTRATANTE em prazo total máximo de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da solicitação, independentemente do link em questão possuir a última milha subcontratada.

9.6.2. Solicitações de alteração de velocidade poderão ocorrer a qualquer tempo, conforme a conveniência da Administração, observados os prazos do TR.

9.7. Tempo de alteração/mudança de endereço de link de comunicação

9.7.1. Após a instalação inicial dos links de comunicação de dados, as solicitações de alteração de local, retirada ou movimentação por mudança de endereço de unidade do IPEA dar-se-ão por solicitação formal do contratante, e deverão ser executadas em um prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da solicitação.

9.7.2. Se solicitado, o remanejamento de circuitos ou equipamentos dentro das instalações do IPEA deve ser executado em até 15 dias corridos.

9.7.3. Eventuais custos de remanejamento observarão as condições do TR; se houver, deverão ser previamente aprovados e formalmente justificados, com valores destacados.

9.8. Tempo de desativação de link

9.8.1. O prazo de desativação do(s) Link(s) será de 1 (um) dia corrido, contado da emissão da Ordem de Serviço emitida pela Contratante.

9.8.2. A desinstalação e retirada dos equipamentos das unidades do IPEA será de 30 (trinta) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Serviço.

9.8.3. A desativação de circuito em uma localidade não implicará em custos para o IPEA.

9.9. Prazo para Alteração de Configuração de Equipamentos

9.9.1. Nos casos de solicitação de alteração de configuração de equipamentos, a CONTRATADA tem o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação do IPEA para implementar a alteração.

10. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

10.1. A assistência técnica deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, todos os dias do ano, durante toda a vigência do contrato.

10.2. A CONTRATADA deverá atender, no mínimo, às seguintes especificações relativas ao suporte técnico para os serviços contratados:

- a) Disponibilizar um Centro de Atendimento 24x7 (vinte e quatro horas, sete dias por semana) com canal telefônico gratuito para abertura e acompanhamento de chamados, independente da origem do problema.
- b) Deverá dar suporte sem custos adicionais ao IPEA a todas as ocorrências referentes à prestação dos serviços nos itens que compõem a solução integrada de rede WAN proposta, tanto no circuito interurbano quanto nos acessos à Internet ou nos equipamentos de responsabilidade da CONTRATADA, de maneira a:
 - c) Assegurar a integridade dos meios de comunicação fim a fim entre as localidades contempladas com circuitos de comunicação do IPEA;

- d) Prover número de protocolo e rastreabilidade de chamados, compreendendo desde o registro até a resolução dos problemas e permitindo, inclusive, o acesso a essas informações pelo IPEA, via Internet;
- e) As chamadas para o atendimento especializado da CONTRATADA serão provenientes do pessoal técnico do IPEA ou por ela designado e poderão ocorrer por telefone ou e-mail.
- f) Qualquer intervenção, mesmo não implicando inoperância dos serviços ou alteração de suas características, deverá ser agendada e acordada previamente com o IPEA, exceto quanto se tratar de emergência. Nesse último caso, o IPEA deverá ser informado da necessidade de intervenção emergencial.
- g) No caso de abertura de chamado que dependa de liberação de acesso ou do horário comercial, os tempos de espera deverão ser descontados dos tempos de atendimento.
- h) A Contratada deverá dispor de equipe técnica apta a atuar em todos os níveis de suporte.
- i) Independentemente, todos os horários para atendimento on-site devem ser rigorosamente combinados e aprovados com a CONTRATANTE.

10.3. Avisos de interrupção

10.3.1. As interrupções da prestação de serviço programadas para manutenção deverão ser notificadas com uma antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas através de contato telefônico e/ou e-mail.

10.3.2. As interrupções deverão, preferencialmente, ser agendadas para o período noturno.

10.3.3. O IPEA poderá solicitar, combinando previamente com o prestador do serviço, interrupções dos serviços para fins de manutenção.

11. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1. Os testes para a aceitação dos Serviços de Implantação das Unidades da CONTRATANTE deverão ser detalhados no Plano de Implantação, em comum acordo entre CONTRATANTE e CONTRATADA. Para todos os efeitos, o início da prestação dos serviços será na data de aceitação por parte da CONTRATADA.

12. NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇO (NMS/SLA)

12.1. Para aferir e avaliar os fatores relacionados aos serviços contratados (como qualidade, desempenho, disponibilidade, etc) serão utilizados indicadores relacionados com a natureza e característica dos serviços contratados, conforme o ANEXO II - NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇO (NMS) deste Termo de Referência.

12.2. A disponibilidade do serviço será medida com base no tempo em que o link de conectividade permanecer operacional e capaz de transmitir dados, considerando-se como ponto de referência o enlace de acesso instalado nas dependências da CONTRATANTE.

12.3. Para fins de apuração da disponibilidade mensal do serviço, será considerado indisponível o período compreendido entre a abertura do chamado técnico pela CONTRATANTE e a efetiva normalização do serviço, devidamente registrada pelos sistemas de monitoramento da CONTRATADA ou pelos registros de atendimento técnico.

12.4. Não serão considerados como indisponibilidade os períodos decorrentes de:

I – interrupções previamente programadas e comunicadas à CONTRATANTE com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, desde que realizadas em janelas de manutenção previamente acordadas;

II – falhas decorrentes de equipamentos ou infraestrutura de responsabilidade exclusiva da CONTRATANTE;

III – eventos de força maior devidamente comprovados.

12.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE mecanismo de registro e acompanhamento de chamados técnicos, bem como relatórios mensais de disponibilidade do serviço, contendo o histórico de incidentes e os tempos de resolução correspondentes.

12.6 A disponibilidade do serviço será apurada mensalmente e utilizada para fins de verificação do cumprimento do nível mínimo de serviço estabelecido neste Termo de Referência.

Quadro-Resumo dos Principais Indicadores de SLA

Nome do Indicador	Descrição Resumida	Limiar de Qualidade	Penalidade por Descumprimento
Disponibilidade	Percentual de tempo em que o serviço está disponível	99,3%	Desconto proporcional na fatura mensal

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

Latência	Tempo médio de resposta entre o envio e recebimento de dados	Menor ou igual a 50ms	Desconto proporcional na fatura mensal
Perda de Pacotes	Percentual de pacotes de dados perdidos durante a transmissão	Menor ou igual a 2%	Desconto proporcional na fatura mensal
Tempo de Resolução de Incidentes	Tempo médio para resolução de problemas técnicos	Menor que 4 horas para falhas de indisponibilidade	Desconto proporcional na fatura mensal
Mitigação de Ataques DDoS	Tempo de detecção de ataques DDoS	≤ 20 min desde início	Desconto proporcional na fatura mensal

ANEXO II

NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO (NMS)

INDICADORES

1. Índice de Disponibilidade Mensal do Link (IDM)

INDICADOR	Índice de Disponibilidade Mensal do Link (IDM)
Descrição do Indicador	A disponibilidade do link corresponde ao percentual de tempo, durante o período de um mês de operação, em que houve condições plenas e normais de funcionamento.
Finalidade	Garantir o máximo de tempo de operação normal dos links.
Fórmula de Cálculo	<p>IDM = [(To – Ti)/To]*100</p> <p>Onde:</p> <p>IDM = Índice de Disponibilidade Mensal do link. To = Tempo de operação do link relativo a um mês inteiro, em minutos. Ti = Somatório dos tempos de inoperância dos serviços do link, durante o período mensal de apuração, em minutos.</p> <p>O intervalo de medida ou <i>polling</i> para esse indicador deve ser de 5 (cinco) minutos.</p> <p>No caso de inoperância recorrente num período inferior a 2 (duas) horas, contado a partir do restabelecimento do link da última inoperância, considerar-se-á como tempo de indisponibilidade do link o início da primeira inoperância até o final da última inoperância, quando o link estiver totalmente operacional.</p> <p>Os tempos de inoperância serão os tempos em que o link opere abaixo da velocidade/banda mínima configurada ou fora dos Níveis Mínimos de Serviço definidos, e serão obtidos do registro de eventos no sistema de gerenciamento da contratada, e serão obtidos da comparação das informações do sistema de monitoramento da contratada com as coletadas pelo próprio IPEA. Nos casos em que houver discrepância entre as aferições dos sistemas, será analisada a situação pelo fiscal do contrato. Somente serão desconsiderados os tempos de inoperância causados por manutenções programadas com a prévia anuência do IPEA, falhas tendo como causador o IPEA, bem como os casos fortuitos e de força maior, devidamente comprovados pela Contratada.</p> <p>A ausência injustificada de dados de monitoramento, quando imputável à CONTRATADA, poderá ser considerada como período de indisponibilidade para fins de cálculo do indicador, cabendo ao fiscal do contrato avaliar, caso a caso, a responsabilidade pela ausência das informações.</p>
Periodicidade da Aferição	Mensal
Limiar de Qualidade	Disponibilidade Mensal Mínima: 99,3%
Aplicação do Indicador	Para todos os links fornecidos e para o serviço de proteção contra ataques do tipo DoS ou DDoS de cada link.
Pontos de Controle	A contratada realizará, por meio da solução de gerenciamento e monitoramento, a coleta e o armazenamento de informações a respeito de todos os links pelo tempo de duração do contrato.
Relatórios de Níveis de Serviço	<p>A CONTRATADA deverá disponibilizar mensalmente ao IPEA, antes de encaminhar Nota Fiscal/cobrança e até o 7º dia útil do mês, relatórios digitais com os índices apurados, totalizados e apresentados mensalmente por link.</p> <p>Nos relatórios citados deverão ser apresentados: o tempo de indisponibilidade em minutos, o tempo de interrupções programadas e o tempo de interrupções de responsabilidade do IPEA.</p>
	A contratada deverá disponibilizar, quando demandada pelo IPEA, relatório

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

	<p>detalhando os tempos de falhas, minutos excedentes ao prazo máximo para reparo e disponibilidade por período (mês) e motivos das indisponibilidades apuradas.</p> <p>A CONTRATADA deverá manter também registro dos eventos que, porventura, tenham provocado interrupções nos canais de comunicação, dentro do período do faturamento, que normalmente é de 30 (trinta) dias, de modo a justificar, perante a CONTRATANTE, a não consideração de tempos de inoperância causados por falta de energia elétrica, por ações/solicitações ou por manutenções programadas.</p>
Descontos	<p>Para cada 0,1% (um décimo por cento) abaixo do Limiar de Qualidade definido, será implicado à CONTRATADA desconto correspondente a 3,0% (três por cento), calculado sobre o valor mensal do circuito afetado.</p> <p>O referido desconto deverá ser retratado nos relatórios de prestação dos serviços, junto ao faturamento, apresentados mensalmente por link.</p>
Observações	<p>Serão consideradas indisponibilidade do link:</p> <ul style="list-style-type: none">– a interrupção, a falta de conectividade, o mal funcionamento do link;– a indisponibilidade dos dados de gerência e monitoramento de rede;– a indisponibilidade do acesso Web, do serviço de suporte ou do serviço de proteção contra ataques do tipo DoS ou DDoS;– a indisponibilidade do link causada por ataques, quando aplicável;– qualquer outro problema que impossibilite o uso do link nas condições normais de operação, conforme definido neste Termo de Referência. <p>Não serão consideradas as interrupções de responsabilidade da CONTRATANTE, como falta de energia, nem os casos fortuitos ou de força maior, desde que comprovados por meio de análise de causa raiz em chamados junto à equipe técnica do IPEA.</p>

2. Taxa de Perda de Pacotes (TPP)

INDICADOR	Taxa de Perda de Pacotes (TPP)
Descrição do Indicador	<p>Representa a quantidade de pacotes perdidos fim a fim, medida em percentual tomado como referência o volume total de pacotes enviados na origem.</p> <p>A medida de perda de pacotes deve ser realizada entre a interface LAN do CPE na origem e a interface do primeiro PE (Provider Edge) na rede da CONTRATADA.</p> <p>Para fins de apuração da TPP, prevalecerá a medição realizada no ponto de entrega contratual (LAN-PE). Em caso de divergência entre ferramentas de monitoramento, deverá ser realizada verificação técnica conjunta antes da consolidação do resultado mensal.</p>
Finalidade	Garantir o mínimo de perda de pacotes na operação do link.
Fórmula de Cálculo	<p>A Taxa de Perda de Pacotes (TPP) mensal será apurada com base na média aritmética das medições de perda de pacotes realizadas ao longo do mês, considerando amostragens periódicas e representativas do período de maior tráfego do link.</p> <p>Para cada medição individual, a taxa de perda de pacotes será calculada pela razão entre o número de pacotes perdidos e o número total de pacotes enviados, multiplicada por 100 (cem), conforme a fórmula:</p> $TPP (\%) = (\text{Pacotes Perdidos} / \text{Pacotes Enviados}) \times 100$ <p>O valor mensal do indicador corresponderá à média mensal das taxas de perda de pacotes apuradas no período, sem prejuízo da consideração de valores máximos observados para fins de análise e fiscalização.</p>
Periodicidade da Aferição	<p>Mensal e sob demanda. A CONTRATADA deverá realizar o monitoramento contínuo da taxa de perda de pacotes dos links contratados e apresentar, mensalmente, relatório consolidado contendo os resultados apurados no período.</p> <p>Adicionalmente, sempre que a CONTRATANTE julgar necessário, poderá ser solicitada a realização de medições específicas (sob demanda), inclusive diárias, a serem executadas em horários de maior tráfego, devendo a CONTRATADA atender à solicitação no prazo máximo de 4 (quatro) horas.</p>
Limiar de Qualidade	<p>A média mensal da Taxa de Perda de Pacotes (TPP) deverá ser inferior ou igual a 2% (dois por cento), considerando as medições realizadas ao longo do mês.</p> <p>O descumprimento do limiar em medições sob demanda poderá ensejar apuração específica pelo fiscal do contrato, sem prejuízo da avaliação do resultado mensal consolidado.</p>
Aplicação do Indicador	Para todos os links
Pontos de Controle	Medições a serem realizadas pelo provedor, permitindo auditoria pelo IPEA para aferição dos valores deste indicador.
Relatórios de Níveis de Serviço	<p>A CONTRATADA deverá disponibilizar, mensalmente, relatório consolidado de Níveis de Serviço contendo, no mínimo, para cada link contratado:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) a média mensal da taxa de perda de pacotes (%); b) o maior valor de perda de pacotes observado no período; c) a metodologia de medição adotada; d) o período e os horários das amostragens consideradas; e) registro das medições realizadas sob demanda, quando houver, com indicação de data, horário e resultado obtido. <p>Os relatórios deverão permitir a rastreabilidade, auditabilidade e validação das informações pelo fiscal do contrato.</p>

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

Descontos	<p>Quando a média mensal da Taxa de Perda de Pacotes (TPP) ultrapassar o limite de 2% (dois por cento), os descontos serão aplicados sobre o valor mensal do circuito afetado da seguinte forma: superior a 2% até 2,20%, sem desconto, considerado desvio estatístico tolerável; superior a 2,20% até 2,50%, desconto de 1%; superior a 2,50% até 3%, desconto de 2%; e superior a 3%, desconto de 3%, limitado este ao percentual máximo mensal de 3% (três por cento) por circuito.</p> <p>A faixa de tolerância não descaracteriza o descumprimento do SLA para fins de acompanhamento técnico.</p> <p>O referido desconto deverá ser retratado nos relatórios de prestação dos serviços, junto ao faturamento, apresentados mensalmente por link.</p> <p>As medições realizadas sob demanda poderão subsidiar a fiscalização, a verificação de conformidade do serviço prestado e a caracterização de falhas recorrentes, não implicando, por si só, aplicação automática de desconto financeiro, sem prejuízo da apuração mensal do indicador.</p>
-----------	--

3. Latência de Rede RTT (Retardo de Rede)

INDICADOR	Latência de Rede round-trip time (RTT)
Descrição do Indicador	Tempo em que um pacote IP leva para ir de um ponto a outro da rede e retornar à origem.
Finalidade	Garantir a menor latência possível na operação normal do link.
Fórmula de Cálculo	<p>A latência da rede será apurada por meio de medições de tempo de ida e volta (round-trip time – RTT) entre pontos de origem e destino previamente acordados entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, utilizando metodologia compatível com boas práticas de mercado e ferramentas amplamente aceitas para monitoramento de redes IP.</p> <p>Em cada instante de medição k, serão enviados 4 (quatro) pacotes ICMP e será calculado o RTT instantâneo pela média aritmética simples:</p> $RTT_k = (RTT_{k,1} + RTT_{k,2} + RTT_{k,3} + RTT_{k,4}) / 4$ <p>Observação: A quantidade de 4 (quatro) pacotes ICMP por instante de medição foi definida como parâmetro metodológico mínimo, por representar um equilíbrio entre representatividade estatística da medição e simplicidade operacional, sendo suficiente para mitigar variações pontuais de latência sem gerar sobrecarga significativa no tráfego do link. Ressalta-se que o número de pacotes ICMP enviados em uma medição é explicitamente configurável nas ferramentas de diagnóstico e monitoramento de redes IP, independentemente do sistema operacional utilizado, o que assegura a reprodutibilidade, a auditabilidade e a neutralidade tecnológica do critério adotado. A definição de um número fixo de pacotes por medição visa garantir padronização dos resultados, evitando medições excessivamente curtas ou indefinidas, como aquelas decorrentes de execuções contínuas sem limitação de amostras.</p> <p>Para medições sob demanda, realizadas em um intervalo com n instantes de medição, o RTT médio do período será:</p> $RTT_médio = (\sum RTT_k) / n$ <p>Para apuração mensal, o valor do indicador corresponderá à média aritmética simples dos valores RTT_k coletados ao longo do mês, considerando amostragens periódicas e representativas do período de maior tráfego do link:</p> $RTT_mensal = (\sum RTT_k) / N$ <p>onde N é o número total de instantes de medição considerados no mês.</p>
Periodicidade da Aferição	<p>Mensal e sob demanda.</p> <p>A CONTRATADA deverá monitorar continuamente, por meio de medições periódicas, a latência da rede e apresentar, mensalmente, relatório consolidado por link contendo os resultados apurados no período.</p> <p>Adicionalmente, sempre que a CONTRATANTE julgar necessário, poderá ser solicitada a realização de medições específicas (sob demanda), inclusive em horários de maior tráfego, devendo a CONTRATADA atender à solicitação no prazo máximo de 4 (quatro) horas.</p>
Limiar de Qualidade	<p>A média mensal da latência da rede (RTT) deverá ser inferior ou igual a 50 ms (cinquenta milissegundos).</p> <p>O descumprimento do limiar em medições realizadas sob demanda poderá subsidiar a fiscalização e a caracterização de falhas recorrentes, sem prejuízo da apuração mensal do indicador.</p>
Aplicação do Indicador	Para todos os links
Pontos de Controle	Medições a serem realizadas pelo provedor, permitindo auditoria pelo IPEA para aferição dos valores deste indicador.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

Relatórios de Níveis de Serviço	<p>A CONTRATADA deverá disponibilizar, mensalmente, relatório consolidado de Níveis de Serviço contendo, no mínimo, para cada link contratado:</p> <ul style="list-style-type: none">a) a média mensal da latência (RTT);b) o maior valor de RTT observado no período;c) a metodologia de medição adotada;d) o período e os horários das amostragens consideradas;e) registro das medições realizadas sob demanda, quando houver, com indicação de data, horário e resultado obtido.
Descontos	<p>Quando a média mensal da Latência de Rede (RTT) ultrapassar o limite de 50 ms (cinquenta milissegundos), os descontos serão aplicados sobre o valor mensal do circuito afetado da seguinte forma: superior a 50 ms até 52 ms, sem desconto, considerado desvio estatístico tolerável; superior a 52 ms até 55 ms, desconto de 1%; superior a 55 ms até 60 ms, desconto de 2%; e superior a 60 ms, desconto de 3%, limitado este ao percentual máximo mensal de 3% (três por cento) por circuito.</p> <p>A faixa de tolerância não descaracteriza o descumprimento do SLA para fins de acompanhamento técnico.</p> <p>O referido desconto deverá ser retratado nos relatórios de prestação dos serviços, junto ao faturamento, apresentados mensalmente por link.</p> <p>As medições realizadas sob demanda poderão subsidiar a fiscalização, a verificação de conformidade do serviço prestado e a caracterização de falhas recorrentes, não implicando, por si só, aplicação automática de desconto financeiro, sem prejuízo da apuração mensal do indicador.</p>

4. Prazo de reparo/restabelecimento do Link (PRL)

INDICADOR	Prazo de reparo/restabelecimento do Link (PRL)
Descrição do Indicador	Prazo máximo para reparo ou restabelecimento de link de acesso à Internet inoperante (indisponibilidade total), classificado como Prioridade 1, de modo a restabelecer 100% da operabilidade do circuito afetado.
Finalidade	Garantir menor prazo de inoperância, falha ou indisponibilidade do link.
Fórmula de Cálculo	<p>$PRL = (HDe - HDa)$, em horas, onde:</p> <p>PRL = Prazo de reparo/restabelecimento do link. HDe = Hora/Data de encerramento do atendimento de inoperância, falha ou indisponibilidade do link pela CONTRATADA, com aceite da CONTRATANTE. HDa = Hora/Data de abertura de solicitação por inoperância, falha ou indisponibilidade do link feita pela proatividade da CONTRATADA ou pela CONTRATANTE.</p> <p>Apuração do tempo de restabelecimento de um link, a partir de consulta na solução de gerenciamento da CONTRATADA. Poderá haver comparação das informações do sistema de monitoramento da CONTRATADA com as coletadas pelo próprio IPEA. Nos casos em que houver discrepância entre as aferições dos sistemas, será analisada a situação pelo fiscal do contrato.</p> <p>O IPEA, quando devidamente comprovada sua responsabilidade no fato gerador de eventual atraso no restabelecimento do link, deverá autorizar a CONTRATADA a atualizar tal fato em seus registros, excluindo-se então o período informado do cálculo de tempo de reparo do link.</p>
Periodicidade da Aferição	Mensal
Limiar de Qualidade	<p>Prazo máximo para reparo ou restabelecimento permitido de, no máximo, 4 (quatro) horas para chamados classificados como Prioridade 1.</p> <p>Em casos comprovados de rompimento fortuito de fibra óptica ou eventos externos de natureza similar, devidamente justificados, o prazo máximo de restabelecimento poderá ser de até 8 (oito) horas.</p>
Aplicação do Indicador	Aplica-se exclusivamente a eventos de falha ou interrupção total do link, caracterizando indisponibilidade completa do serviço, tratados como Prioridade 1, sendo apurado por ocorrência, com consolidação mensal para fins de faturamento e fiscalização.
Pontos de Controle	Solicitações abertas na Central de Atendimento da contratada para reparo de um link ou proativamente pelo sistema de gerenciamento da contratada.
Relatórios de Níveis de Serviço	<p>A contratada deverá disponibilizar mensalmente ao IPEA relatório com os valores apurados, por link.</p> <p>Os relatórios deverão fornecer, agrupado por link, os valores de tempo de atendimento gasto para reparo/restabelecimento do circuito com indicação das violações dos prazos e consolidação mensal por link.</p>
Descontos	<p>Para cada 1 (uma) hora acima do Prazo para Reparo/Restabelecimento de um Link (PRL), será implicado à CONTRATADA desconto correspondente a 2,0% (dois por cento), calculado sobre o valor mensal do circuito afetado.</p> <p>O referido desconto deverá ser retratado nos relatórios de prestação dos serviços, junto ao faturamento, apresentados mensalmente por link.</p>
Observações	<p>O prazo de solução poderá ser prorrogado, de acordo com as tratativas do atendimento, mediante aprovação prévia da equipe técnica do IPEA.</p> <p>Como limite máximo, o tempo de recuperação global de qualquer defeito que acarrete indisponibilidade total dos serviços não poderá exceder a 12 horas.</p>

5. Prazo para Alteração de Configuração de Equipamento

INDICADOR	Prazo para Alteração de Configuração de Equipamento
Descrição do Indicador	É o prazo, em horas, para a contratada alterar a configuração dos equipamentos solicitada pelo IPEA.
Finalidade	Garantir menor prazo de alteração de configuração dos equipamentos.
Fórmula de Cálculo	<p>Apuração mensal do tempo que a CONTRATADA executa e apresenta uma alteração na configuração de equipamentos da solução, a partir do momento do registro da solicitação de alteração da configuração e de comparação com o valor do Limiar de Qualidade desta tabela.</p> <p>$PAC = (Taa - Tsa)$, em horas, onde:</p> <p>PAC = Prazo de alteração da configuração de equipamentos, Taa = Instante da aceitação pelo IPEA da alteração e Tsa = Instante da solicitação da alteração.</p>
Periodicidade da Aferição	Sob demanda
Limiar de Qualidade	Prazo máximo: 24 horas após a solicitação de alteração da configuração pelo IPEA.
Aplicação do Indicador	Para todos os equipamentos
Pontos de Controle	De acordo com os registros na Central de Atendimento, formalização da solicitação ou da ordem de serviço.
Relatórios de Níveis de Serviço	O IPEA poderá solicitar relatório mensal de ocorrências com a relação dos equipamentos, identificação, endereço IP, data da configuração, data e número do documento de encaminhamento da solicitação e tempo total decorrido para o atendimento.
Descontos	<p>Para cada 1 (uma) hora acima do Prazo para Alteração de Configuração de Equipamentos (PAC), será implicado à CONTRATADA desconto correspondente a 2,0% (dois por cento), calculado sobre o valor mensal do circuito afetado.</p> <p>O referido desconto deverá ser retratado nos relatórios de prestação dos serviços, junto ao faturamento, apresentados mensalmente por link.</p> <p>O somatório dos descontos aplicáveis a este indicador, em um mesmo período de apuração mensal, fica limitado a 20% (vinte por cento) do valor mensal do circuito afetado.</p>
Observações	<p>O prazo de solução poderá ser prorrogado, de acordo com as tratativas do atendimento, mediante aprovação prévia da equipe técnica do IPEA.</p> <p>Como limite máximo, o tempo de recuperação global de qualquer defeito que acarrete indisponibilidade total dos serviços não poderá exceder a 12 horas.</p>

6. Prazo de Alteração de Taxa de Transmissão de um link

INDICADOR	Prazo de Alteração de Taxa de Transmissão de um link (PAT)
Descrição do Indicador	É o tempo, medido em dias, decorrente entre a solicitação de alteração de banda do link e a efetiva disponibilização do serviço com a nova banda pela CONTRATADA.
Finalidade	Garantir menor prazo de alteração de banda do link.
Fórmula de Cálculo	PAT = (Da - Ds), em dias corridos, onde: PAT = Prazo de alteração do serviço (<i>upgrade</i> ou <i>downgrade</i> de banda) Da = Data de atendimento pela CONTRATADA, com a c e i t e d a CONTRATANTE. Ds = Data de solicitação pela CONTRATANTE.
Periodicidade da Aferição	Sob demanda
Limiar de Qualidade	Máximo de 30 dias corridos
Aplicação do Indicador	Para todos os links
Pontos de Controle	Solicitação formal à Contratada.
Relatórios de Níveis de Serviço	A contratada deverá disponibilizar ao IPEA relatório com os prazos apurados na alteração da taxa de transmissão de cada link.
Descontos	Para cada 1 (um) dia acima do Prazo para Alteração de Taxa de Transmissão de um Link (PAT), será implicado à CONTRATADA desconto correspondente a 2,0% (dois por cento), calculado sobre o valor mensal do circuito em questão. O referido desconto deverá ser retratado nos relatórios de prestação dos serviços, junto ao faturamento, apresentados mensalmente por link.
Observações	Neste indicador não serão considerados atrasos de responsabilidade da CONTRATANTE, nem os casos fortuitos ou de força maior, desde que comprovados por meio de análise de causa raiz na solicitação ou chamado desse tipo junto à equipe técnica do IPEA.

7. Prazo de Atendimento para Alteração/Mudança de Endereço

INDICADOR	Prazo de Atendimento à Alteração/Mudança de Endereço
Descrição do Indicador	<p>É o tempo, medido em dias, decorrente entre a solicitação de alteração/mudança de endereço do link, e a efetiva disponibilização do serviço pela CONTRATADA no novo endereço.</p> <p>O prazo de atendimento deverá incluir a atualização das informações dos links na solução de gerência da contratada. Entende-se como alteração/mudança de endereço qualquer movimentação do link dentro de uma mesma região metropolitana oficialmente reconhecida, conforme definição do IBGE, ou conforme critério técnico acordado entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.</p>
Finalidade	Garantir menor prazo de alteração/mudança de endereço.
Fórmula de Cálculo	<p>PAE = (Da – Ds), onde:</p> <p>PAE = prazo de atendimento à alteração/mudança de endereço (em dias);</p> <p>Da = data de atendimento/efetiva disponibilização no novo endereço, com aceite da CONTRATANTE;</p> <p>Ds = data da solicitação formal pela CONTRATANTE.</p>
Periodicidade da Aferição	Sob demanda
Limiar de Qualidade	Máximo de 30 dias corridos
Aplicação do Indicador	Para todos os links
Pontos de Controle	Solicitação formal à Contratada.
Relatórios de Níveis de Serviço	A CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE relatório com os prazos apurados na alteração de endereço por cada link.
Descontos	<p>Para cada 1 (um) dia acima do Prazo para Atendimento para Alteração/Mudança de Endereço, será implicado à CONTRATADA desconto correspondente a 2,0% (dois por cento), calculado sobre o valor mensal do circuito em questão. O referido desconto deverá ser retratado nos relatórios de prestação dos serviços, junto ao faturamento, apresentados mensalmente por link.</p>
Observações	<p>Para solicitações de link novo, fica definido que a CONTRATADA somente fará jus ao pagamento na data da efetiva disponibilização do serviço pela CONTRATADA, mediante aceite formal da CONTRATANTE.</p>

8. Prazo de desativação de Link

INDICADOR	Prazo de desativação do link
Descrição do Indicador	É o tempo, medido em dias, decorrente entre a solicitação de desinstalação do link e a sua efetiva desativação pela CONTRATADA.
Finalidade	Garantir menor prazo de desativação do link.
Fórmula de Cálculo	PDL = (Da - Ds), em dias corridos, onde: PDL = Prazo de desativação efetiva do Link. Da = Data de atendimento pela CONTRATADA, com a c e i t e da CONTRATANTE. Ds = Data de solicitação pela CONTRATANTE.
Periodicidade da Aferição	Sob demanda, através de solicitação formal à Contratada.
Limiar de Qualidade	Máximo de 1 (um) dia corrido para desativação efetiva do Link. Máximo de 30 (trinta) dias para remoção de infraestrutura/equipamentos.
Aplicação do Indicador	Para todos os links
Pontos de Controle	Solicitação formal à Contratada.
Relatórios de Níveis de Serviço	A contratada deverá disponibilizar ao IPEA relatório com os prazos apurados na desativação de cada link.
Descontos	Para cada 1 (um) dia acima do Prazo de desativação do Link, será implicado à contratada desconto correspondente a 4,0% (quatro por cento), calculado sobre o valor mensal do link afetado e limitado ao valor total do link. A CONTRATADA fará jus ao pagamento do link pro rata somente até o dia da solicitação de desativação do Link.
Observações	Para solicitações de link novo, fica definido que a CONTRATADA somente fará jus ao pagamento na data da efetiva disponibilização do serviço pela CONTRATADA, mediante aceite da CONTRATANTE.

9. Tempo Médio de Atendimento (TMA)

INDICADOR	Tempo Médio de Atendimento (TMA)	
Descrição do Indicador	Prazo máximo de atendimento a requisições de serviços, requisições de informações, incidentes, falhas parciais, eventos de segurança da informação e demais demandas operacionais relacionadas à conectividade, conforme níveis de prioridade definidos neste Anexo, excetuadas as ocorrências de indisponibilidade total do link, as quais são tratadas exclusivamente pelo indicador PRL.	
Finalidade	Garantir menor prazo de atendimento a requisições diversas.	
Fórmula de Cálculo	<p>O Tempo Médio de Atendimento (TMA) será apurado mensalmente com base no percentual de chamados solucionados dentro do Prazo Máximo de Solução (PMS), por nível de prioridade, considerando o total de chamados registrados no período.</p> $TMA = [(NT - NTCA) / NT] \times 100$, onde: <p>NT = Número total de chamados abertos no período medido e classificados com mesmo nível de severidade NTCA = Número total de chamados em Atraso do mesmo nível de severidade abertos no período medido.</p>	
Periodicidade da Aferição	Mensal	
Limiar de Qualidade	Prioridade do chamado/requisição	Prazo máximo da Solução (PMS)
	1	4 horas
	2	6 horas
	3	72 horas
	<p>O atendimento aos chamados registrados na ferramenta disponibilizada pela CONTRATADA deverá obedecer aos prazos máximos acima.</p> <p>Considera-se atendido o nível mínimo de qualidade quando, no período mensal de apuração, no mínimo 80% (oitenta por cento) dos chamados forem solucionados dentro do respectivo Prazo Máximo de Solução (PMS), por nível de prioridade.</p>	
Aplicação do Indicador	O indicador será apurado mensalmente, com base no percentual de chamados atendidos dentro do Prazo Máximo de Solução (PMS), por nível de prioridade, considerando todas as demandas registradas no período, excetuados os chamados enquadrados no indicador PRL.	
Pontos de Controle	Solicitação formal à Contratada ou abertura de chamado.	
Relatórios de Níveis de Serviço	A CONTRATADA deverá disponibilizar ao IPEA até o 5º dia útil de cada mês relatório com os chamados, data e horário de abertura e solução e prazos apurados em relação ao Acordo de Nível de Serviço.	
Descontos	<p>O não atendimento ao limiar mínimo de qualidade estabelecido para o indicador, qual seja, percentual inferior a 80% (oitenta por cento) de chamados atendidos dentro do Prazo Máximo de Solução (PMS), implicará a aplicação de glosa de 5% (cinco por cento) sobre o valor mensal do serviço correspondente.</p> <p>Para cada 1% (um por cento) de redução adicional no resultado do indicador abaixo do limiar mínimo de 80%, será aplicada glosa adicional de 1% (um por cento), limitada ao máximo de 50% (cinquenta por cento) do valor mensal do serviço.</p> <p>A apuração do indicador e a aplicação das penalidades ocorrerão de forma mensal, com base no resultado consolidado do período.</p> <p>O referido desconto deverá ser retratado nos relatórios de prestação dos serviços, junto ao faturamento, apresentados mensalmente por link.</p>	
Observações	O prazo máximo de atendimento a Incidentes e Ataques de Segurança é de 20 minutos a partir do início do ataque na mitigação automática e de 15 minutos após solicitação do CONTRATANTE, e sua métrica de qualidade de atendimento deve ser incluída no cômputo mensal dos chamados. Para evitar sobreposição entre indicadores e dupla penalização pelo mesmo fato, os chamados referentes a indisponibilidade total do link (Prioridade 1), cuja	

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

	medição e penalidade são tratadas pelo indicador PRL, não serão considerados no cômputo do TMA.
--	---

10. Reincidência de Abatimento de Desempenho de Serviço (IRADS)

10.1. O Indicador de Reincidência de Abatimento de Desempenho de Serviço (IRADS) busca estimular melhorias contínuas no processo de gestão da qualidade do serviço, minimizando riscos de reincidência de eventos de indisponibilidade ou degradação de desempenho, ao longo do tempo.

10.2. Para fins deste indicador, define-se como DNMS (Descontos por Descumprimento dos Níveis Mínimos de Serviço) o somatório, em reais (R\$), de todos os descontos aplicados no mês por descumprimento dos NMS (ex.: disponibilidade, latência, perda de pacotes, prazos de reparo, etc.), conforme critérios definidos neste Anexo.

10.3. O valor total mensal de DNMS fica limitado a 30% (trinta por cento) do Valor Mensal do Contrato (VMC). Quando o DNMS atingir este limite mensal, a situação caracteriza abatimento de desempenho no mês, podendo ensejar sanções adicionais em caso de reincidência, na forma deste indicador.

10.4. A contagem do indicador será reiniciada a cada período de 6 (seis) meses.

10.5. O IRADS corresponde à quantidade de ocorrências de IADS = 1 dentro de uma janela móvel de 6 (seis) meses. Para fins de meta, admite-se no máximo 1 (uma) ocorrência de IADS = 1 dentro de qualquer janela de 6 (seis) meses. Assim, considera-se reincidência quando, dentro da janela móvel de 6 meses, ocorrerem 2 (duas) ou mais ocorrências de IADS = 1.

10.6. Quando o IRADS indicar reincidência (isto é, a partir da segunda ocorrência de IADS = 1 dentro da janela móvel de 6 meses), será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor anual do contrato por ocorrência excedente, sem prejuízo da aplicação de outras sanções administrativas cabíveis. A contagem da janela móvel será continuamente atualizada mês a mês, com base nos 6 (seis) meses imediatamente anteriores ao mês de apuração.

INDICADOR	Reincidência de Abatimento de Desempenho de Serviço (IRADS)
Descrição do Indicador	Mede a reincidência de meses em que o somatório dos descontos por descumprimento dos NMS (DNMS) ultrapassa 30% do valor mensal do contrato (VMC), caracterizando IADS = 1. O IRADS corresponde ao número de ocorrências de IADS = 1 em janela móvel de 6 meses.
Finalidade	Incentivar melhoria contínua e reduzir reincidência de desempenho insatisfatório.
Fórmula de Cálculo	$VPM = (DNMS / VMC) \times 100;$ <p>Se $VPM \leq 30\% \Rightarrow IADS = 0;$ Se $VPM > 30\% \Rightarrow IADS = 1.$ IRADS = contagem de ocorrências de "IADS = 1" nos últimos 6 meses.</p> <p>VPM = Valor Percentual do desconto por descumprimento dos níveis mínimos de serviços (DNMS) em relação ao valor mensal do contrato (VMC) DNMS = Valor mensal da soma dos descontos por descumprimentos.</p>
Periodicidade da Aferição	Mensal e Semestral.
Limiar de Qualidade	Em qualquer janela móvel de 6 meses: $IRADS \leq 1$ (no máximo 1 ocorrência de IADS = 1).
Aplicação do Indicador	Para o contrato como um todo (considerando o somatório dos descontos mensais aplicados).
Pontos de Controle	Relatórios mensais de apuração de NMS, memória de cálculo do DNMS e VMC do mês, e consolidação dos últimos 6 meses para verificação do IRADS.
Relatórios de Níveis de Serviço	A CONTRATADA deverá disponibilizar mensalmente relatório consolidado contendo: DNMS do mês (R\$), VMC do mês (R\$), VPM (%), valor de IADS do mês (0 ou 1) e histórico dos últimos 6 meses com apuração do IRADS.
Descontos	<p>Atingindo reincidência (segunda ocorrência de IADS = 1 dentro da janela móvel de 6 meses), aplicar multa de 1% sobre o valor anual do contrato por ocorrência excedente, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.</p> <p>Observações: O limite de DNMS em 30% do VMC permanece aplicável ao mês de apuração. A multa por IRADS incide apenas em caso de reincidência</p>

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

	dentro da janela móvel de 6 meses.
--	------------------------------------

11. Atraso de Entrega de Ordem de Serviço - OS

11.1. Este indicador mede o tempo de entrega das Ordens de Serviço pela CONTRATADA, com previsão de glosas e multa em caso de atrasos.

INDICADOR	Atraso de Entrega de Ordem de Serviço - OS
Tópico	Descrição
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes em Ordem de Serviço.
Meta a cumprir	$IAE \leq 0$
	A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordens de Serviço dentro do prazo previsto.
Instrumento de medição	Através das ferramentas disponíveis para a gestão de demandas, por controle próprio da Contratante e lista de aceite emitidos.
Forma de acompanhamento	A avaliação será feita conforme a linha de base do cronograma registrada na OS. Será subtraída a data de entrega dos produtos da OS (desde que o fiscal técnico reconheça aquela data, com registro em Termo de Recebimento Provisório) pela data de início da execução da OS.
Periodicidade	Mensalmente, para cada Ordem de Serviço encerrada e com aceite/Termo de Recebimento Definitivo.
Fórmula de Cálculo	$IAE = (TEX - TEST) / TEST$ <p>Onde: IAE – Indicador de Atraso de Entrega da OS;</p> <p>TEX – Tempo de Execução – corresponde ao período de execução da OS, da sua data de início até a data de entrega dos produtos da OS. A data de início será aquela constante na OS; caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a emissão da OS. A data de entrega da OS deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes no Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico rejeita a entrega, o prazo de execução da OS continua a correr, findando-se apenas quando a Contratada entrega os produtos da OS e haja aceitação por parte do fiscal técnico.</p> <p>TEST – Tempo Estimado para a execução da OS – constante na OS, conforme estipulado no Termo de Referência.</p>
Observações	<p>Obs1: Serão utilizados dias úteis na medição.</p> <p>Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão serão considerados como dias úteis no cômputo do indicador.</p> <p>Obs3: Não se aplicará este indicador para as OS de Manutenções Corretivas do tipo Garantia e aquelas com execução interrompida ou cancelada por solicitação da Contratante.</p>
Início de Vigência	A partir da emissão da OS.
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>Para valores do indicador IAE:</p> <ul style="list-style-type: none"> De 0 a 0,10 – Pagamento integral da OS; De 0,11 a 0,20 – Glosa de 10% sobre o valor da OS; De 0,21 a 0,30 – Glosa de 20% sobre o valor da OS; De 0,31 a 0,50 – Glosa de 30% sobre o valor da OS; De 0,51 a 1,00 – Glosa de 40% sobre o valor da OS; <p>IAE acima de 1,00 – Será aplicada Glosa de 50% sobre o valor da OS e multa de 10% sobre o valor do Contrato.</p>

IMR CONSOLIDADO – QUADRO-RESUMO DOS INDICADORES DE NÍVEL DE SERVIÇO

Nº	Indicador	Escopo / Aplicação	Periodicidade	Métrica / Fórmula	Limiar de Qualidade	Gatilho de Penalidade	Desconto / Sanção
1	Disponibilidade do Link (IDM)	Disponibilidade global do link	Mensal	$IDM = [(T_o - T_i) / T_o] \times 100$	$\geq 99,3\%$	Resultado mensal	Desconto progressivo conforme Anexo II
2	Taxa de Perda de Pacotes (TPP)	Qualidade do tráfego IP	Mensal (+ sob demanda p/ fiscalização)	$TPP = (\text{Pacotes Perdidos} / \text{Pacotes Enviados}) \times 100 \rightarrow$ média mensal	$\leq 2\%$ (média mensal)	Resultado mensal	Desconto progressivo de até 3% sobre o valor mensal do circuito afetado, conforme Anexo II
3	Latência de Rede (RTT)	Qualidade de latência IP	Mensal (+ sob demanda para fiscalização)	$RTT_k =$ média de 4 ICMP; RTT mensal = média dos RTT_k	≤ 50 ms (média mensal)	Resultado mensal	Desconto progressivo de até 3% sobre o valor mensal do circuito afetado, conforme Anexo II
4	Prazo de Reparo / Restabelecimento do Link (PRL)	Indisponibilidade total do link (Prioridade 1)	Por ocorrência (consolidação mensal)	$PRL = HDe - HDa$ (horas)	$\leq 4h$ ($\leq 8h$ em caso fortuito)	Ocorrência individual	Desconto por evento, conforme Anexo II
5	Prazo para Alteração de Configuração (PAC)	Alterações de configuração solicitadas	Por ocorrência	$PAC = Taa - Tsa$ (horas)	$\leq 24h$	Ocorrência individual	Desconto por evento, com teto mensal
6	Prazo de Alteração de Taxa de Transmissão (PAT)	Alteração de banda do link	Por ocorrência	$PAT = Da - Ds$ (dias)	≤ 30 dias	Ocorrência individual	Desconto por evento
7	Mudança de Endereço (PAE)	Mudança física do ponto de acesso	Por ocorrência	$PAE = Da - Ds$ (dias)	≤ 30 dias	Ocorrência individual	Desconto por evento
8	Prazo de Desativação do Link (PDL)	Desativação lógica/física do circuito	Por ocorrência	$PDL = Da - Ds$ (dias)	≤ 1 dia (desativação) / \leq	Ocorrência individual	Desconto por evento

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

					30 dias (remoção)		
9	Tempo Médio de Atendimento (TMA)	Todas as demandas exceto indisponibilidade total do link (PRL)	Mensal	$TMA = [(NT - NTCA) / NT] \times 100$	$\geq 80\%$ no PMS	Resultado mensal	Glosa progressiva mensal (até 50%)
10	Reincidência de Abatimento (IRADS)	Reincidência de desempenho insatisfatório	Janela móvel (6 meses)	$VPM = (DNMS / VMC) \times 100 \rightarrow$ IADS	≤ 1 ocorrência / 6 meses	Reincidência	Multa de 1% do valor anual por ocorrência
11	Atraso de Entrega de OS (IAE)	Atraso em Ordens de Serviço	Por OS	$IAE = (TEX - TEST) / TEST$	≤ 0	Ocorrência	Multa proporcional

Notas Operacionais:

- Indicadores mensais (IDM, TPP, RTT e TMA) geram descontos com base no resultado consolidado do mês.
- Indicadores por ocorrência (PRL, PAC, PAT, PAE, PDL e IAE) geram descontos por evento, com consolidação mensal para faturamento.
- Chamados de indisponibilidade total do link (Prioridade 1) são tratados exclusivamente pelo indicador PRL e não integram o cálculo do TMA, evitando dupla penalização.
- As medições sob demanda têm caráter de fiscalização e diagnóstico, não gerando, por si só, glosa automática.

ANEXO III - TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

Pelo presente instrumento o <NOME DO ÓRGÃO>, sediado em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <CNPJ>, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <Nº do CNPJ>, doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO que, em razão do **CONTRATO N.º <nº do contrato>** doravante denominado **CONTRATO PRINCIPAL**, a **CONTRATADA** poderá ter acesso a informações sigilosas do **CONTRATANTE**; CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção; CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade da **CONTRATANTE**;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**, doravante **TERMO**, vinculado ao **CONTRATO PRINCIPAL**, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

1 – OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

2 – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

3 – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

4 – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;
- II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

5 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem

estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

6 – VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

7 – PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

8 – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

9 – FORO

A CONTRATANTE elege o foro da <CIDADE DA CONTRATANTE>, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10 – ASSINATURAS

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

CONTRATADA	CONTRATANTE

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

<Nome>
<Qualificação>

<Nome>
Matrícula: xxxxxxxx

TESTEMUNHAS

<Nome>
<Qualificação>

<Nome>
<Qualificação>

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

ANEXO IV - TERMO DE CIÊNCIA

1 – IDENTIFICAÇÃO			
CONTRATO Nº	xxxx/aaaa		
OBJETO	<objeto do contrato>		
CONTRATADA	<nome da contratada>	CNPJ	xxxxxxxxxxxxx
PREPOSTO	<Nome do Preposto da Contratada>		
GESTOR DO CONTRATO	<Nome do Gestor do Contrato>	MATR.	xxxxxxxxxxxxx

2 – CIÊNCIA

Por este instrumento, os funcionários abaixo identificados declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes da Contratante.

Funcionários da Contratada		
Nome	Matrícula	Assinatura
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<xxxxxxxxxxx>	
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<xxxxxxxxxxx>	
...

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

ANEXO V - ORDEM DE SERVIÇO OU DE FORNECIMENTO DE BENS

1 – IDENTIFICAÇÃO			
Nº da OS/OFB	xxxx/aaaa	Data de emissão	<dd/mm/aaaa>
Contrato nº	xx/aaaa		
Objeto do Contrato	<Descrição do objeto do contrato>		
Contratada	<Nome da contratada>	CNPJ	99.999.999/9999-99
Preposto	<Nome do preposto>		
Início vigência	<dd/mm/aaaa>	Fim vigência	<dd/mm/aaaa>
ÁREA REQUISITANTE			
Unidade	< Sigla – Nome da unidade>		
Solicitante	<Nome do solicitante>	E-mail	xxxxxxxxxxxxx

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS E VOLUMES ESTIMADOS					
Item	Descrição do bem ou serviço	Métrica	Valor unitário (R\$)	Qtde/Vol.	Valor Total (R\$)
1					
...					
Valor total estimado da OS/OFB					

4 – DATAS E PRAZOS PREVISTOS			
Data de Início:	<dd/mm/aaaa>	Data do Fim:	<dd/mm/aaaa>
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO/ENTREGA			
Item	Tarefa/entrega	Início	Fim
1		<dd/mm/aaaa>	<dd/mm/aaaa>
...		<dd/mm/aaaa>	<dd/mm/aaaa>

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

5 – ARTEFATOS / PRODUTOS

Fornecidos	A serem gerados e/ou atualizados

5 – ASSINATURA E ENCAMINHAMENTO DA DEMANDA

Autoriza-se a <execução dos serviços / entrega dos bens> correspondentes à presente <OS/OFB>, no período e nos quantitativos acima identificados.

<Nome >
**<Responsável pela demanda/
Fiscal Requisitante>**
Matr.: <Nº da matrícula>

<Nome >
Gestor do Contrato
Matr.: <Nº da matrícula>

<Local>, xx de xxxxxxxxx de xxxx

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

ANEXO VI - TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

1 – IDENTIFICAÇÃO			
CONTRATO Nº	xx/aaaa		
CONTRATADA	<Nome da Contratada>	CNPJ	xxxxxxxxxxxxx
Nº DA OS/OFB	<xxxx/aaaa>		
DATA DA EMISSÃO	<dd/mm/aaaa>		

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS/BENS E VOLUMES DE EXECUÇÃO			
SOLUÇÃO DE TIC			
<Descrição da solução de TIC solicitada relacionada ao contrato anteriormente identificado>			
ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE
1	<Descrição igual ao da OS/OFB de abertura>	<Ex.: PF>	<n>
...			
TOTAL DE ITENS			

3 – RECEBIMENTO

Por este instrumento, atestamos, para fins de cumprimento do disposto no art. 33, inciso II, alínea “a”, da IN SGD/ME nº 01/2019, atualizada pela IN SGD/ME nº 31/2021, que os <serviços / bens> correspondentes à <OS/OFB> acima identificada, conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, foram recebidos provisoriamente na presente data e serão objetos de avaliação por parte da **CONTRATANTE** quanto à adequação da entrega às condições contratuais, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do contrato.

Ressaltamos que o recebimento definitivo destes serviços ocorrerá após a verificação dos requisitos e demais condições contratuais, desde que não se observem inconformidades ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência e do Contrato acima identificado que ensejem correções por parte da

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

CONTRATADA.

4 – ASSINATURAS

FISCAL TÉCNICO

<Nome do Fiscal Técnico do Contrato>

Matrícula: xxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

PREPOSTO

<Nome do Preposto do Contrato>

Matrícula: xxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
DD/MM/AAAA	1.0	Primeira versão do documento.	XXXXXXXXXXXX

ATENÇÃO!

< Os trechos marcados em vermelho neste documento são editáveis, notas explicativas ou exemplos, devendo ser substituídos ou excluídos, conforme necessidade>.

<Conforme **ACÓRDÃO 172/2021 – TCU -PLENÁRIO**, os órgãos e entidades federais têm o dever legal de realizar o planejamento prévio de cada contratação de TIC, inclusive daquelas viabilizadas mediante adesão a ARPs, que vai além do mero preenchimento formal dos artefatos previstos na legislação>.

<Nas contratações de licenciamento de softwares, é imprescindível verificar se toda a documentação entregue pela contratada está completa e corresponde exatamente ao que foi especificado no TR. É fundamental certificar-se de que todas as licenças, suporte e/ou garantia entregues estejam de acordo com os **part numbers** especificados no TR>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA

ANEXO VII - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

INTRODUÇÃO

O Termo de Recebimento Definitivo declarará formalmente à Contratada que os serviços prestados ou que os bens fornecidos foram devidamente avaliados e atendem às exigências contratuais, de acordo com os requisitos e critérios de aceitação estabelecidos.

Referência: Inciso XXII, Art. 2º e alínea “h” inciso I do art. 33, da IN SGD/ME Nº 94/2022.

1 – IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO/NOTA DE EMPENHO Nº	xx/aaaa		
CONTRATADA	<Nome da Contratada>	CNPJ	xxxxxxxxxxxx
Nº DA OS/OFB	<xxxx/aaaa>		
DATA DA EMISSÃO	<dd/mm/aaaa>		

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS **PRODUTO(S)/BEM(S)/SERVIÇOS** E VOLUMES DE EXECUÇÃO

SOLUÇÃO DE TIC

<descrição da solução de TIC solicitada relacionada ao contrato anteriormente identificado>

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE	TOTAL
1	<descrição igual à da OS/OFB de abertura>	<Ex.: PF>	<n>	<total>
...				
TOTAL DE ITENS				

3 – ATESTE DE RECEBIMENTO

Para fins de cumprimento do disposto no art. 33, inciso II, alínea “h”, da IN SGD/ME nº 94/2022, por este instrumento **ATESTO/ATESTAMOS** que o(s) <serviço(s)/ bem(s)> correspondentes à <OS/OFB> acima identificada foram <prestados/entregues> pela **CONTRATADA** e ATENDEM às exigências contratuais, discriminadas abaixo, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA

Contrato acima indicado.

ITEM	EXIGÊNCIA CONTRATUAL	ATENDIMENTO	OBSERVAÇÃO
1	<exigência contratual estabelecida no TR >
...
...
...

4 – DESCONTOS EFETUADOS E VALOR A LIQUIDAR

De acordo com os critérios de aceitação e demais termos contratuais, <não> há incidência de descontos por desatendimento dos indicadores de níveis de serviços definidos.

<Não foram / Foram> identificadas inconformidades técnicas ou de negócio que ensejam indicação de glosas e sanções, <cuja instrução corre em processo administrativo próprio (nº do processo)>.

Por conseguinte, o valor a liquidar correspondente à <OS/OFB> acima identificada monta em R\$ <valor> (<valor por extenso>).

Referência: <Relatório de Fiscalização nº xxxx ou Nota Técnica nº yyyy>.

5 – ASSINATURA

GESTOR DO CONTRATO

<Nome do Gestor do Contrato>

Matrícula: xxxxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA

<As seções seguintes podem constar em documento diverso, pois dizem respeito à autorização para o faturamento, a cargo do Gestor do Contrato, e a respectiva ciência do preposto quanto a esta autorização>.

5 – AUTORIZAÇÃO PARA FATURAMENTO

GESTOR DO CONTRATO

Nos termos da alínea “n”, inciso I, art. 33, da IN SGD/ME nº 94/2022, AUTORIZA-SE a **CONTRATADA** a <faturar os serviços executados / apresentar as notas fiscais dos bens entregues> relativos à supracitada <OS/OFB>, no valor discriminado no item 4, acima.

<Nome do Gestor do Contrato>

Matrícula: xxxxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>

7 – CIÊNCIA

PREPOSTO

<Nome do Preposto do Contrato>

Matrícula: xxxxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

ANEXO VIII - TERMO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO

1 – IDENTIFICAÇÃO			
CONTRATO Nº	<xxxxx/aaaa>		
GESTOR DO CONTRATO	<Nome do Gestor do Contrato>		
CONTRATADA	<Nome da Contratada>	CNPJ	<XX.XXX.XXX/XXXXXX-XX>
DATA DE INÍCIO	<dd/mm/aaaa>		
OBJETO	<Descrição do Objeto>		

2 – LISTA DE VERIFICAÇÃO			
Item	Atendido	Não Atendido	Não Aplicável
Os recursos humanos e materiais foram preparados para a continuidade do negócio por parte da Administração?			
A contratada entregou as versões finais dos produtos e a documentação?			
Houve a transferência final de conhecimentos sobre a execução e manutenção da solução?			
A contratada devolveu os recursos que foram oferecidos para operacionalizar o contrato?			
Foram revogados os perfis de acesso dos funcionários da contratada?			
Foram eliminadas as caixas postais que foram oferecidas à contratada?			
<outras que se apliquem ao objeto da contratação>			
...			

< É importante considerar o período de garantia, que pode se estender para além da vigência do contrato. Nestes casos, deve-se verificar quais recursos devem ser mantidos à empresa para que ela preste o serviço de garantia>.

3 – DO ENCERRAMENTO

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

Por este instrumento, as partes acima identificadas resolvem registrar o encerramento do contrato em epígrafe e ressaltar o que segue:

O contrato encerra-se por motivo de **<motivo>**.

As partes concedem-se mutuamente plena, geral, irrestrita e irrevogável quitação de todas as obrigações diretas e indiretas decorrentes deste contrato, não restando mais nada a reclamar de parte a parte.

Não estão abrangidas pela quitação ora lançada e podem ser objeto de exigência ou responsabilização mesmo após o encerramento do vínculo contratual:

- a) As obrigações relacionadas a processos iniciados de penalização contratual;
- b) As garantias sobre bens e serviços entregues ou prestados, tanto legais quanto convencionais;
- c) A reclamação de qualquer tipo sobre defeitos ocultos nos produtos ou serviços entregues ou prestados.
- d) **<inserir pendências, se houver>**.

E assim tendo lido e concordado com todos seus termos, firmam as partes o presente instrumento para que surta seus efeitos jurídicos.

6 – ASSINATURAS	
<div>_____</div> <div>CONTRATADA Preposto</div>	<div>_____</div> <div>CONTRATANTE <Autoridade Competente da Área Administrativa></div>
<div>_____</div> <div><Nome> Matrícula: xxxxxxxxx</div>	<div>_____</div> <div><Nome> Matrícula: xxxxxxxxx</div>

<Local>, **<dd>** de **<mês>** de **<ano>**.

IPEA-INSTIT.DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA/DF

Estudo Técnico Preliminar 14/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 03001.002503/2023-01

2. Descrição da necessidade

A presente contratação visa promover a atualização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação de rede de longa distância (Wide Area Network – WAN) e de acesso à Internet atualmente contratados pelo Ipea, com o objetivo de aprimorar o desempenho, otimizar custos e racionalizar a topologia de comunicação entre as unidades do Instituto em Brasília e no Rio de Janeiro.

O Contrato Ipea nº 10/2022, vigente até 06/07/2026, contempla três circuitos de comunicação de dados — um link dedicado ponto a ponto entre as unidades do Ipea em Brasília e no Rio de Janeiro e dois links dedicados de acesso à Internet, um em cada localidade.

Considerando a evolução tecnológica e o amadurecimento da infraestrutura de rede do Instituto, verificou-se que a manutenção de três links dedicados não é mais necessária. A nova configuração proposta prevê o uso de apenas dois links dedicados de acesso à Internet, um em cada unidade do Ipea, interligados por meio de túnel IPSEC seguro, que substituirá o link ponto a ponto atualmente contratado. Essa solução permitirá redução de custos operacionais, simplificação da gestão e aumento da eficiência na comunicação de dados entre as unidades.

A atualização contratual também contempla a adequação das velocidades de conexão dos links, com a previsão de três faixas de capacidade (2 Gbps, 5 Gbps e 10 Gbps), a serem ajustadas conforme as demandas institucionais. Essa flexibilidade permitirá melhor aproveitamento de recursos e atendimento às variações de tráfego decorrentes de picos de uso, garantindo maior disponibilidade, estabilidade e desempenho da rede corporativa.

A comunicação de dados continua sendo essencial para o funcionamento das atividades do Ipea, sustentando serviços como videoconferências, transmissões on-line de eventos (seminários, reuniões, palestras e cursos), acesso a sistemas corporativos, pesquisa e disseminação de informações institucionais, incluindo o Portal das OSC, o IpeaData e o Mapa do IDHM.

Alguns serviços críticos permanecem centralizados na unidade de Brasília, como o correio eletrônico, o sistema de telefonia fixa VoIP, o processamento estatístico e o acesso a bases de dados. Esses serviços exigem conectividade de alta disponibilidade e baixa latência entre as unidades do Instituto e a Internet pública.

Com a expansão do uso de tecnologias em nuvem, o aumento do tráfego de dados e a consolidação do regime de teletrabalho, torna-se imprescindível a modernização da infraestrutura de rede, de modo a garantir o desempenho e a segurança necessários para as operações do Ipea.

A nova contratação permitirá uma topologia de rede mais eficiente, com melhor desempenho, maior disponibilidade e custos otimizados, assegurando o atendimento satisfatório às demandas atuais e futuras da instituição.

Os serviços contratados são de natureza continuada e de caráter essencial, diretamente vinculados ao alcance dos objetivos estratégicos do Ipea e ao cumprimento de sua missão institucional como Entidade de Governo.

Tais serviços são classificados como comuns de TIC, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, sendo ofertados por diversos provedores no mercado.

A nova contratação permitirá a adoção de uma topologia de rede mais eficiente, resiliente e alinhada às boas práticas de conectividade corporativa, proporcionando melhor desempenho, maior disponibilidade e otimização de custos, assegurando o atendimento satisfatório às demandas atuais e futuras do Instituto, sem vinculação a soluções proprietárias ou tecnologias específicas.

Não foi encontrada uma solução compatível com o objeto da contratação em tela com condições padronizadas nos Catálogos de Soluções de TIC estabelecidos pelo Órgão Central do SISP (<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/catalogo-de-solucoes-de-tic>).

A presente contratação não se enquadra como serviço de operação de infraestrutura ou atendimento a usuários de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), nos termos da Portaria SGD/MGI nº 1.070/2023, por não envolver atividades de suporte técnico direto a usuários, service desk, operação assistida ou gestão contínua de ambientes de TI. Trata-se de serviço de telecomunicações voltado ao fornecimento de conectividade dedicada, com responsabilidades restritas à disponibilização de capacidade de rede e cumprimento de níveis de serviço.

Dessa forma, não se aplica à presente contratação a obrigatoriedade de adoção do modelo previsto na Portaria SGD/MGI nº 1.070/2023, tampouco a necessidade de solicitação de autorização prévia à Secretaria de Governo Digital.

A área técnica certifica que a presente contratação foi analisada à luz da Portaria SGD/MGI nº 1.070/2023, concluindo-se que o objeto não se enquadra nas hipóteses de serviços de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de TIC, razão pela qual não se aplica o modelo normatizado pela referida Portaria.

O objeto da presente contratação enquadra-se como Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), nos termos da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, por consistir na prestação de serviço de conectividade de dados essencial à operação da infraestrutura tecnológica do órgão, com fornecimento contínuo, níveis de serviço definidos e suporte técnico especializado.

A definição dos quantitativos e das especificações técnicas da solução proposta baseia-se em análise detalhada da utilização atual da infraestrutura de conectividade do órgão e necessidade de atendimento a duas localidades distintas, geograficamente separadas, conforme demonstrado nas seções posteriores deste Estudo Técnico Preliminar, nas quais são apresentados os dados de tráfego, a metodologia de dimensionamento e os critérios técnicos adotados.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Infraestrutura de Tecnologia da Informação	MOISÉS HENRIQUE CASTRO DA SILVA

4. Necessidades de Negócio

- Prover acesso corporativo à Internet para as unidades do Ipea em Brasília e no Rio de Janeiro, por meio de serviços de conectividade IP, assegurando comunicação de dados, voz e imagens com níveis adequados de desempenho, disponibilidade e segurança, com vigência inicial de 12 (doze) meses, admitida a prorrogação sucessiva até o limite legal, desde que mantida a vantajosidade para a Administração.
- Garantir a continuidade dos serviços de natureza essencial e continuada de acesso à Internet, necessários ao pleno funcionamento institucional do Ipea.

- Assegurar a proteção cibernética das conexões das unidades do Instituto, bem como a alta disponibilidade da conectividade à Internet, de modo a sustentar a operação dos sistemas corporativos, a disponibilização de serviços institucionais e o atendimento ao público externo.

5. Necessidades Tecnológicas

A solução tecnológica a ser considerada deverá prover conectividade dedicada à Internet para as unidades do Ipea em Brasília e no Rio de Janeiro, assegurando alta capacidade de transmissão de dados, escalabilidade, segurança, suporte técnico contínuo e compatibilidade com a infraestrutura de rede existente no Instituto.

5.1. Link dedicado de Internet na unidade Ipea do Rio de Janeiro

- A solução deverá prover acesso dedicado à Internet para a unidade do Ipea no Rio de Janeiro, com capacidade inicial compatível com a demanda institucional atual e possibilidade de ampliação de banda durante a vigência contratual, conforme a evolução das necessidades operacionais.
- A conectividade deverá apresentar características de alta disponibilidade, baixa latência e qualidade de serviço compatível com aplicações críticas, bem como suportar os protocolos e padrões de rede necessários à integração com os sistemas corporativos do Ipea.
- A conexão IP à rede Internet no Rio de Janeiro (unidade do Ipea no Rio de Janeiro) deverá ser ativada no endereço Av. Presidente Vargas, 730, 16º andar – Torres 3 e 4 - Centro - Rio de Janeiro/RJ, CEP 20071-900, telefone (21) 3515-8745.

5.2. Link dedicado de Internet na unidade Ipea de Brasília

- A solução deverá prover acesso dedicado à Internet para a unidade do Ipea em Brasília, observando os mesmos requisitos de desempenho, disponibilidade, segurança e escalabilidade definidos para a unidade do Rio de Janeiro, de modo a garantir simetria de qualidade entre as localidades.
- A conectividade deverá permitir a sustentação dos serviços centralizados na unidade de Brasília, bem como o acesso eficiente à Internet pública e a serviços em nuvem utilizados pelo Instituto.
- A conexão IP à rede Internet em Brasília (unidade do Ipea em Brasília) deverá ser ativada no endereço SEPS - Setor de Edifícios Públicos Sul 702/902, Bloco C, Centro Empresarial Brasília 50 - Torre B - (semienterrado) - Asa Sul – Brasília/DF, CEP 70390-025, telefone (61) 2026-5288.

5.3. Acordo de Nível de Serviço - SLA (*Service Level Agreement*)

- A solução de conectividade deverá ser acompanhada de Acordo de Nível de Serviço (SLA) compatível com a criticidade dos serviços institucionais do Ipea, contemplando métricas objetivas de disponibilidade, desempenho, qualidade de transmissão e suporte técnico.
- Os níveis mínimos de serviço deverão ser suficientes para assegurar a continuidade operacional, a estabilidade da rede e a adequada experiência dos usuários internos e externos, sendo as métricas específicas, formas de medição e penalidades definidas no Termo de Referência.

6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

Para que a solução de conectividade seja considerada adequada às necessidades institucionais do Ipea, deverão ser observados, no mínimo, os seguintes requisitos técnicos e operacionais, suficientes para subsidiar a escolha da solução mais vantajosa:

- a) A solução deverá prover conectividade dedicada à Internet por meio de infraestrutura terrestre baseada em fibra óptica, assegurando alta capacidade de transmissão, baixa latência e estabilidade operacional;

- b) A conectividade deverá ser determinística, com garantia de banda contratada e níveis mínimos de qualidade compatíveis com aplicações institucionais críticas;
- c) A solução deverá permitir escalabilidade de largura de banda ao longo da vigência contratual, sem necessidade de implantação de nova infraestrutura física;
- d) A solução deverá ser compatível com a infraestrutura de rede existente no Ipea, incluindo o uso de equipamentos de firewall próprios, sem dependência de tecnologias proprietárias;
- e) A arquitetura de conectividade deverá viabilizar a interligação segura entre as unidades do Instituto por meio de tecnologias amplamente consolidadas no mercado, como túneis IPsec sobre a Internet;
- f) A solução deverá possibilitar monitoramento objetivo de desempenho e disponibilidade, por meio de métricas mensuráveis e auditáveis, a serem detalhadas no Termo de Referência;
- g) O serviço deverá contar com suporte técnico compatível com a criticidade do objeto, assegurando a continuidade dos serviços essenciais de TIC do Instituto.

Os requisitos detalhados de implantação, operação, suporte, níveis de serviço, prazos e penalidades serão especificados no Termo de Referência, em consonância com as diretrizes definidas neste Estudo Técnico Preliminar.

- Impossibilidade de Adoção de Critérios Específicos de Sustentabilidade Ambiental

Considerando que o objeto da presente contratação consiste na prestação de serviço continuado de conectividade, de natureza predominantemente imaterial, sem fornecimento relevante de bens, insumos ou equipamentos sob gestão direta da Administração, não se identificam critérios específicos de sustentabilidade ambiental passíveis de adoção, nos termos da legislação vigente.

A infraestrutura necessária à prestação do serviço é de responsabilidade da CONTRATADA, não havendo, para a CONTRATANTE, ingerência direta sobre processos produtivos, consumo energético ou descarte de materiais que possibilitem a imposição de requisitos ambientais adicionais de forma objetiva, mensurável e fiscalizável.

Dessa forma, conclui-se pela inaplicabilidade de critérios específicos de sustentabilidade ambiental à presente contratação, sem prejuízo da observância, pela CONTRATADA, da legislação ambiental pertinente.

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

Atualmente, o Ipea utiliza serviços de telecomunicações contratados por meio do Contrato nº 10/2022, que contempla três enlaces de dados:

- Uma conexão dedicada à Internet para a unidade do Ipea no Rio de Janeiro.
- Um enlace ponto a ponto (P2P) entre as unidades de Brasília e Rio de Janeiro.
- Uma conexão dedicada à Internet para a unidade do Ipea em Brasília.

Os serviços foram dimensionados com base na demanda projetada à época da contratação, considerando as necessidades de conectividade para e-mails, navegação web, acesso a sistemas administrativos e serviços de pesquisa. No entanto, com a evolução das necessidades institucionais, a análise do perfil de tráfego e testes realizados em nova topologia de rede, constatou-se que a arquitetura atual não atende mais de forma eficiente e econômica às demandas do Instituto.

Dessa forma, a estimativa de demanda da presente contratação foi elaborada com base na análise da infraestrutura atualmente existente, no histórico de utilização dos serviços de conectividade, na evolução do perfil de tráfego institucional e nas projeções de crescimento das necessidades do Ipea.

JUSTIFICATIVA DAS NECESSIDADES DE CONECTIVIDADE

- Metodologia de dimensionamento da demanda

A definição dos quantitativos e das especificações técnicas da solução de conectividade proposta baseia-se em análise técnica fundamentada na utilização atual da infraestrutura de rede do Ipea.

Para tanto, foram considerados relatórios de tráfego da rede do Ipea durante a operação, contemplando medições de utilização média, picos de consumo e comportamento da demanda ao longo do tempo, obtidos por meio de gráficos técnicos extraídos de ferramentas de monitoramento utilizadas no acompanhamento da solução atualmente contratada.

A metodologia adotada consistiu na avaliação da capacidade instalada em relação à utilização efetiva, na identificação de tendências de crescimento da demanda e na definição de margem de segurança operacional, com o objetivo de mitigar riscos de saturação e assegurar a continuidade e qualidade dos serviços.

Com base nesses parâmetros, foram definidos os quantitativos da contratação, incluindo a quantidade de enlaces, a capacidade inicial de banda e a previsão de escalabilidade da solução, de forma a garantir aderência às necessidades atuais e futuras da Administração.

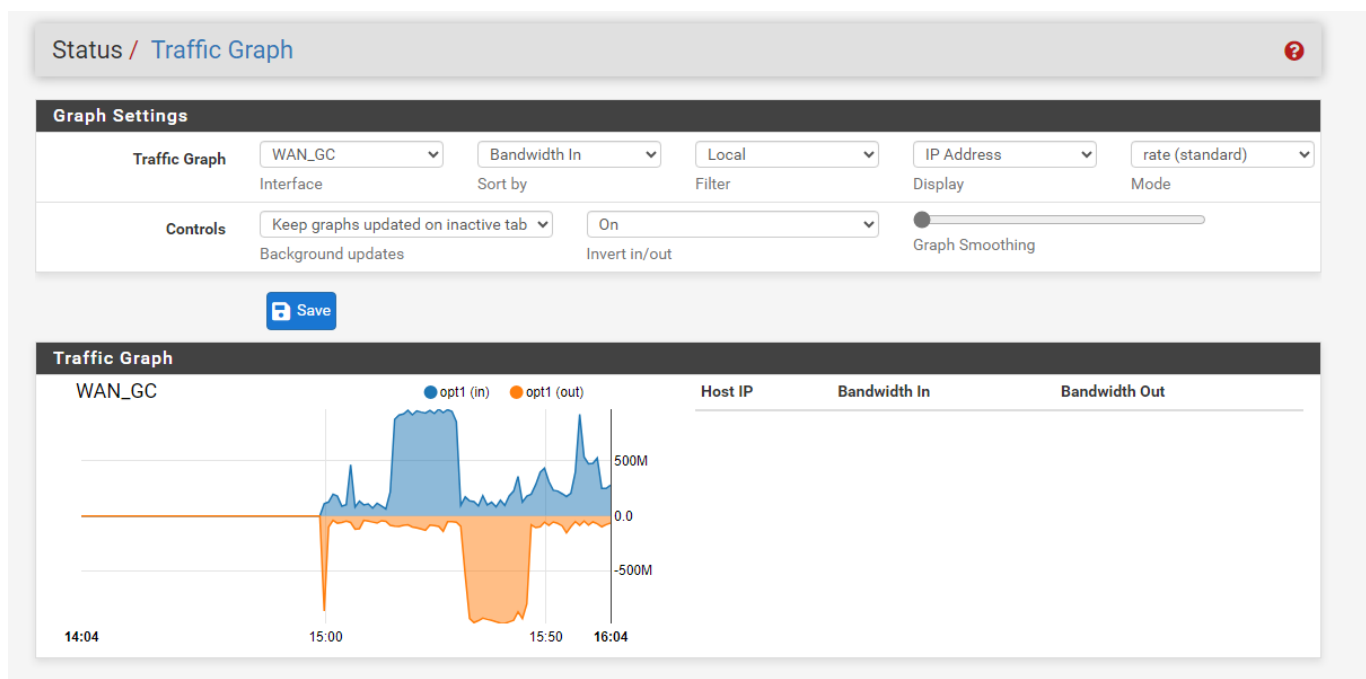
Dessa forma, a solução proposta encontra-se devidamente fundamentada em dados concretos, critérios técnicos objetivos e metodologia de análise compatível com a complexidade do objeto, assegurando a coerência entre a necessidade identificada, o dimensionamento da demanda e as especificações técnicas adotadas.

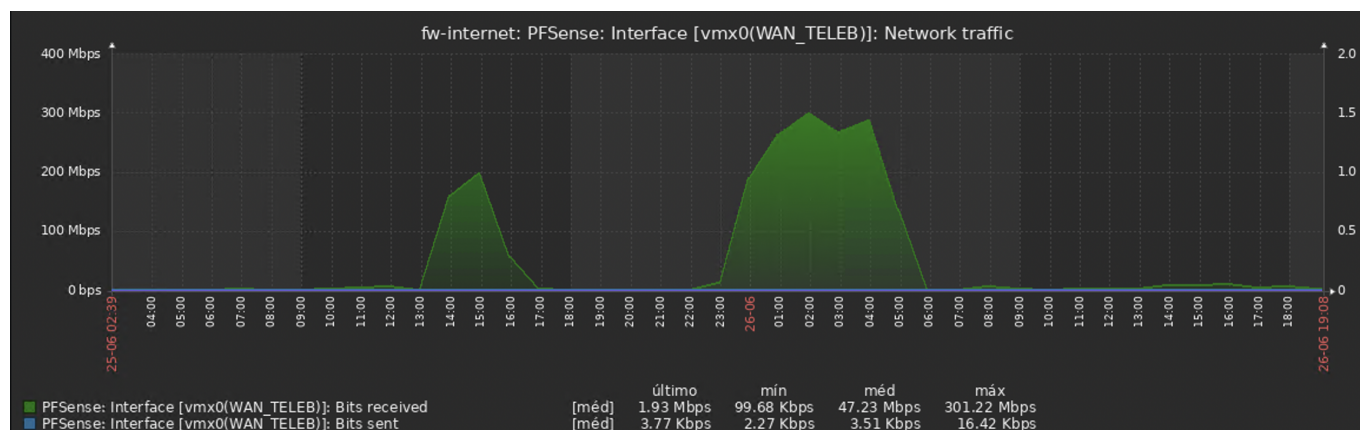
A justificativa apresentada nesta seção encontra-se detalhada nos subitens seguintes, nos quais são analisados os dados históricos e os critérios de dimensionamento adotados.

7.1. Verificação de Saturação dos Links de Internet Existentes

Análises dos gráficos de monitoramento dos firewalls demonstraram que os links de Internet atualmente contratados operam frequentemente no limite da capacidade durante os picos de demanda ou tráfego de rajadas, especialmente:

- A conexão pela Redecomep GigaCandanga e o link dedicado atualmente contratado frequentemente operam próximos ou no limite da capacidade contratada durante períodos de pico. Essa saturação resulta em retenção de tráfego e degradação no desempenho das aplicações institucionais, conforme evidenciado nos gráficos de monitoramento:





- O aumento da largura de banda dos links evitaria a saturação e garantiria maior fluidez do tráfego de dados nos eventos de pico, evitando degradações na experiência dos usuários.

7.2. Desempenho e Segurança da Conectividade Entre Unidades

Testes realizados com túnel IPSec entre os firewalls das unidades de Brasília e Rio de Janeiro, utilizando os links de Internet existentes, demonstraram viabilidade técnica para substituição do enlace ponto a ponto atualmente contratado. No entanto, observou-se que a largura de banda disponível nos links atuais impõe limitações de desempenho em situações de tráfego intenso, especialmente em operações de replicação de dados, backup e uso simultâneo de serviços corporativos.

A contratação de novos links dedicados de acesso à Internet com largura de banda na ordem de gigabits é condição essencial para viabilizar essa substituição com manutenção da segurança, aumento de performance e garantia de disponibilidade. A utilização de túneis IPSec sobre os novos links permitirá comunicação segura entre as unidades, com desempenho superior ao enlace dedicado, além de representar redução significativa de custos e maior flexibilidade operacional.

Dessa forma, o aumento da capacidade contratada não apenas atende às demandas institucionais de tráfego externo, como também elimina a necessidade de contratação de link ponto a ponto, consolidando uma solução técnica mais eficiente, segura e economicamente vantajosa.

- O tráfego entre as unidades pode ser realizado de forma segura e eficiente através da Internet, sem a necessidade de um enlace dedicado ponto a ponto.

7.3. Redução de Custos e Maior Eficiência

- Conforme verificado nas pesquisas de preço, o custo por Mbps dos links de Internet vem caindo consistentemente, tornando-os mais vantajosos financeiramente do que os enlaces ponto a ponto.
- A substituição do enlace ponto a ponto pelo aumento da capacidade dos links de Internet permitirá mais eficiência e economia, possibilitando a alocação de recursos para outras demandas estratégicas.

7.4. Benefícios Adicionais da Nova Arquitetura

- Backups e replicação de bases de dados poderão ser realizados sem impacto na navegação e em outros serviços críticos.
- Alta disponibilidade mantida pelos links redundantes de acesso à Internet em Brasília e no Rio de Janeiro.

A adoção da nova solução reduz a complexidade operacional da infraestrutura de rede, proporcionando benefícios adicionais, tais como:

- Acompanhamento e fiscalização técnica do contrato mais simples. Com menos enlaces e um modelo de conectividade mais direto, a gestão contratual e a fiscalização técnica tornam-se mais objetivas e eficientes.
- Menos pontos de falha. A eliminação do enlace ponto a ponto reduz potenciais vulnerabilidades, melhorando a resiliência e a disponibilidade dos serviços de conectividade.

- Suporte técnico especializado 24 horas e 7 dias por semana. A contratação inclui suporte contínuo pela fornecedora dos links, garantindo atendimento ágil em caso de incidentes e contribuindo para a alta disponibilidade do serviço.

7.5. Estimativa de Demanda – Quantidade Justificada

7.5.1. Quantidade de Links

Considerando a estrutura organizacional do Ipea, composta por uma sede em Brasília e uma unidade regional no Rio de Janeiro, e a necessidade de prover conectividade dedicada e de alta disponibilidade em ambas as localidades, estima-se a contratação de 2 (dois) links dedicados de acesso à Internet, com suporte 24x7 e proteção Anti-DDoS. Essa configuração substitui o modelo atual que inclui um enlace ponto a ponto, promovendo maior eficiência, escalabilidade e redução de custos.

O Ipea possui uma sede oficial em Brasília, que é considerada a sede principal da instituição, e uma unidade regional no Rio de Janeiro. Portanto, para atender a demanda institucional são necessários 2 (dois) links, um para cada localidade.

Site oficial com os endereços das unidades: <https://www.ipea.gov.br/portal/fale-com-ipea>

7.5.2. Largura de Banda

A velocidade inicial estimada para cada link é de 2 Gbps (2.000 Mbps). Essa escolha é baseada em análises de tráfego, testes de desempenho e projeções de crescimento institucional, considerando:

- Ocorrência de picos de demanda e rajadas de tráfego;
- Uso intensivo de serviços como SEI, VoIP, videoconferência, backup e replicação de dados;
- Adoção de teletrabalho e serviços digitais;
- Substituição do enlace ponto a ponto por túnel IPSec sobre os links contratados.

A análise de TCO demonstra que a contratação de links na ordem de gigabits apresenta o melhor equilíbrio entre custo e benefício, com preço por Mbps inferior ao praticado em velocidades menores. A contratação prevê ajuste dinâmico da largura de banda, garantindo flexibilidade e escalabilidade ao longo da vigência contratual.

Importante destacar que a contratação de links dedicados de acesso à Internet com largura de banda na ordem de gigabits permitirá a substituição da necessidade de um link ponto a ponto entre as unidades do Ipea, que possui custo significativamente superior. A comunicação segura entre as unidades será mantida por meio da implementação de um túnel IPSec sobre os dois links contratados, garantindo confidencialidade, integridade e autenticidade dos dados trafegados. Essa solução técnica proporciona aumento de performance, redução de custos e maior flexibilidade na gestão da infraestrutura de rede, sem comprometer os requisitos de segurança institucional.

Além de assegurar a continuidade do serviço essencial de comunicação de dados, a contratação visa prover uma infraestrutura de conectividade de alto desempenho, com alta disponibilidade e níveis de serviço adequados às necessidades institucionais atuais e futuras. Dessa forma, o novo modelo contratado contribuirá para otimizar a performance da rede corporativa, garantindo a eficiência operacional e a sustentação dos desafios institucionais que o Ipea enfrentará nos próximos anos.

7.5.3. Prazo da Contratação

Considerando a natureza do objeto da contratação — fornecimento de serviços de comunicação de dados por meio de links dedicados de acesso à Internet — justifica-se a adoção do prazo de vigência inicial de 12 (doze) meses para a presente contratação.

O serviço a ser contratado se caracteriza como serviço de natureza continuada, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, por consistir na prestação de serviço permanente, essencial e imprescindível à manutenção das atividades institucionais do Ipea, não se tratando de demanda eventual ou temporária.

A conectividade dedicada à Internet constitui insumo crítico para a operação dos sistemas corporativos, serviços digitais, comunicação institucional, processamento de dados, acesso a bases externas, videoconferências e demais atividades finalísticas e administrativas do Instituto, sendo indispensável à continuidade das atividades do órgão.

A definição de vigência inicial de 12 (doze) meses observa critérios de prudência administrativa, planejamento orçamentário anual e alinhamento ao exercício financeiro, permitindo à Administração avaliar, ao longo da execução contratual, a aderência da solução às necessidades institucionais, o desempenho do fornecedor e a vantajosidade econômica.

Nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá celebrar contratos de serviços contínuos com prazo de até 5 (cinco) anos, admitindo-se prorrogações sucessivas, desde que haja previsão no edital e que sejam mantidas as condições vantajosas para a Administração.

Adicionalmente, conforme dispõe o art. 107 da Lei nº 14.133/2021, os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para as partes.

Dessa forma, embora a vigência inicial seja fixada em 12 (doze) meses, a contratação poderá ser prorrogada sucessivamente, mediante avaliação técnica e econômica, até o limite legal de 120 (cento e vinte) meses, observados os requisitos de vantajosidade, interesse público e disponibilidade orçamentária.

A possibilidade de prorrogação preserva a continuidade do serviço essencial, evita descontinuidade operacional, reduz custos administrativos associados à repetição de processos licitatórios em curtos intervalos e contribui para maior previsibilidade contratual e estabilidade da infraestrutura de conectividade do Instituto.

Ressalta-se que cada eventual prorrogação deverá ser precedida de análise formal da vantajosidade, do desempenho contratual, da manutenção das condições técnicas e econômicas e da conformidade com a legislação vigente.

Assim, considera-se adequada e juridicamente amparada a definição de vigência inicial de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação sucessiva até o limite legal de 120 (cento e vinte) meses, assegurando a continuidade do serviço público, a eficiência administrativa e a economicidade da contratação.

7.5.4. Flexibilidade para Atendimento da Demanda

A modelagem do objeto da contratação prevê ajustes de banda sob demanda, permitindo que cada link opere em um dos três perfis de velocidade estabelecidos nas especificações técnicas. Essa flexibilidade garante que a capacidade contratada possa ser ampliada ou reduzida conforme a evolução das necessidades do Instituto, otimizando custos e garantindo um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

A reformulação da infraestrutura de conectividade do Ipea, substituindo o enlace ponto a ponto por dois links dedicados de Internet de maior capacidade, representa um avanço significativo em termos de desempenho, escalabilidade, segurança e custo-benefício.

A combinação desses fatores resulta em uma solução mais robusta, de melhor desempenho e com menor esforço de gerenciamento de rede, garantindo que o Ipea tenha uma infraestrutura de conectividade alinhada às suas necessidades institucionais atuais e futuras.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade

1	Link dedicado de Internet - Conexão IP à rede Internet para a unidade do Ipea no Rio de Janeiro com banda mínima de 2 Gbps, suporte 24x7 e serviço Anti-DDoS.	Serviço /mês	12
2	Link dedicado de Internet - Conexão IP à rede Internet para a unidade do Ipea em Brasília com banda mínima de 2 Gbps, suporte 24x7 e serviço Anti-DDoS.	Serviço /mês	12

Dessa forma, a solução proposta — incluindo a definição da quantidade de enlaces, capacidade inicial e possibilidade de expansão — encontra-se fundamentada em dados concretos de utilização, metodologia de análise técnica e critérios objetivos de dimensionamento, assegurando compatibilidade com as necessidades institucionais e observância aos princípios da eficiência e economicidade.

8. Levantamento de soluções

A nova estrutura de conectividade do Ipea prevê a contratação de 02 (dois) links dedicados de Internet, um em Brasília e outro no Rio de Janeiro, com capacidade mínima de 2 Gbps, suporte 24x7 e serviço Anti-DDoS, substituindo a solução atual e dispensando o enlace ponto a ponto. A nova abordagem visa melhor desempenho, escalabilidade e custo-benefício, além de maior segurança e resiliência para a comunicação de dados do Instituto.

O levantamento de soluções teve como objetivo identificar alternativas tecnológicas disponíveis no mercado que atendam às necessidades de conectividade do Ipea, considerando critérios de desempenho, disponibilidade, segurança, escalabilidade e custo-benefício, sem vinculação a fabricantes, marcas ou arquiteturas proprietárias.

8.1. Análise de Necessidades e Restrições

Dado que a solução contratada deve assegurar alta disponibilidade, baixa latência e segurança, foram excluídas as seguintes tecnologias:

- Infraestrutura de par metálico (xDSL): não oferece capacidade suficiente para atender às demandas atuais e futuras do Ipea.
- Rádio-enlace: apresenta maior latência, instabilidade em condições climáticas adversas e limitação de capacidade.
- Conexões por satélite: ainda que algumas tecnologias mais recentes, como LEO (Low Earth Orbit), ofereçam melhorias, o uso de satélites ainda não é competitivo em termos de latência e custo frente às soluções terrestres de fibra óptica.

Dessa forma, as soluções mais viáveis para a nova estrutura de conectividade são baseadas em infraestrutura de fibra óptica, garantindo baixa latência, alta capacidade e escalabilidade.

8.2. Alternativas Disponíveis no Mercado

- 8.2.1. Link Dedicado (IP Corporativo/Carrier Ethernet)

- Oferece alta disponibilidade, latência reduzida e garantia de banda (SLA 99,5%).
- Suporte a IPv4 e IPv6, permitindo integração com serviços avançados, como VPNs IPSEC, redes privadas virtuais MPLS e QoS para priorização de tráfego crítico.
- Possibilidade de configuração de redundância automática com BGP e múltiplos caminhos de backbone.
- Disponível nas principais operadoras nacionais e regionais (Telebras, Embratel/Claro, Oi, Vivo, Algar, RNP, entre outras).
- Opções adicionais, como Anti-DDoS e monitoramento proativo 24x7.

- Vantagens:

- Melhor performance e estabilidade.
- SLA robusto e garantia de banda.
- Suporte a serviços avançados de conectividade.
- Alta compatibilidade com as necessidades do Ipea.

- Desafios:

- Custo elevado em comparação com outras soluções.
- Dependência de operadoras com infraestrutura de fibra no local.

- 8.2.2. Banda Larga Corporativa de Alta Velocidade (GPON/FTTH Empresarial)

- Oferece velocidades de 1 Gbps ou superiores, mas com banda compartilhada e sem garantia de 100% da capacidade nominal.
- Boa alternativa como backup de menor custo.
- Disponível em provedores regionais e nacionais.
- SLA inferior ao de links dedicados.

- Vantagens:

- Custo menor do que link dedicado.
- Maior disponibilidade em áreas cobertas por provedores locais.

- Desafios:

- Banda compartilhada pode gerar variações de desempenho.
- Latência e perdas podem ser superiores às exigências da infraestrutura do Ipea.
- SLA inferior, podendo impactar a qualidade dos serviços críticos.

8.3. Soluções Adotadas por Outros Órgãos da Administração Pública

- 8.3.1. Infraestrutura Existente no Ipea

Atualmente, o Ipea já dispõe de conectividade redundante em suas unidades:

- Em Brasília: Conexão com a GigaCandanga, com saída para a Internet de 300 Mbps, garantindo um caminho alternativo de tráfego em caso de falha no link principal.
- No Rio de Janeiro: Serviço de acesso à Internet contratado especificamente como link redundante, assegurando continuidade operacional em caso de indisponibilidade do provedor principal.

Dessa forma, a nova contratação de dois links dedicados de 2 Gbps deve considerar essa infraestrutura existente, garantindo um modelo de redundância eficiente e distribuído, que otimize a disponibilidade e a resiliência da conectividade do Instituto.

- 8.3.2. Experiências em Outros Órgãos Federais

Órgãos como o Serpro, Dataprev e Banco Central utilizam estratégias semelhantes, combinando links dedicados de alta capacidade com infraestrutura redundante, incluindo redes acadêmicas e provedores secundários, garantindo:

- Resiliência operacional: Continuidade dos serviços mesmo em caso de falhas.
- Otimização de custos: Evita sobrecarga em um único provedor, aproveitando conexões já contratadas.
- Segurança reforçada: Segmentação e balanceamento do tráfego entre diferentes links.

O modelo de dupla redundância, com links principais de 2 Gbps e conexões secundárias já contratadas (GigaCandanga em Brasília e link redundante no Rio de Janeiro), alinha-se às melhores práticas de conectividade na Administração Pública.

8.4. Modelos de Prestação do Serviço e Métricas de Pagamento

- 8.4.1. Modelos Contratuais

Considerando que o Ipea possui equipe interna de TI e uma infraestrutura própria composta por switches, roteadores e firewalls, a Contratação de Conectividade como Serviço (NaaS - Network as a Service) não é um modelo adequado para esta necessidade. O Ipea já gerencia sua rede interna, DMZ e acesso à Internet, de modo que a contratação deve se restringir à aquisição de links dedicados de Internet, sem incluir a gestão da infraestrutura interna.

Dessa forma, o modelo mais adequado é:

- **Aquisição de Link Dedicado com Pagamento Mensal:**

- O fornecedor será responsável apenas pela entrega do link de Internet até os equipamentos do Ipea, assegurando alta disponibilidade, suporte 24x7 e proteção contra ataques DDoS.
- A gestão da rede interna e do roteamento do tráfego continuará sob a responsabilidade da equipe de TI do Ipea.

- 8.4.2. Métricas de Prestação do Serviço

Para garantir que os links contratados atendam aos requisitos de qualidade, disponibilidade e desempenho, serão adotadas as seguintes métricas:

- Garantia de Banda (Mbps contratados vs. Mbps entregues).
- SLA de Disponibilidade (%).
- Tempo Médio para Reparo (MTTR - Mean Time To Repair).
- Latência (tempo médio de ida e volta dos pacotes, em ms).
- Perda de Pacotes (% de pacotes descartados durante a transmissão).

Essas métricas padrão de mercado permitirão o monitoramento contínuo da qualidade do serviço, assegurando que os links ofereçam o desempenho esperado para as operações do Ipea.

9. Análise comparativa de soluções

9.1. Cenários Possíveis para a Nova Solução de Conectividade do Ipea

Com base nas necessidades identificadas, nas restrições tecnológicas, na infraestrutura já existente e nas melhores práticas adotadas por outros órgãos públicos, foram formulados os seguintes cenários para a nova contratação de conectividade do Ipea.

A estratégia adotada deve considerar 02 (dois) links dedicados de 2 Gbps, um para Brasília e outro para o Rio de Janeiro, com suporte 24x7 e serviço Anti-DDoS, aproveitando a infraestrutura de redundância já contratada, que inclui a conexão com a rede GigaCandanga em Brasília (conexão de 1 Gbps com saída Internet de 300 Mbps) e o serviço de acesso à Internet redundante no Rio de Janeiro.

Cenário	Opção Principal	Opção Redundância	Custo-Benefício	Viabilidade Técnica
Cenário 1				

(Alta Performance e Maior Disponibilidade)	Dois links dedicados de 2 Gbps (um em Brasília e outro no Rio de Janeiro)	GigaCandanga (300 Mbps) em Brasília + link redundante no Rio de Janeiro	Alto	Alta
Cenário 2 (Otimização de Custos com Redundância Alternativa)	Dois links dedicados de 2 Gbps (um em Brasília e outro no Rio de Janeiro)	Um link adicional de banda larga empresarial (mínimo de 500 Mbps) em cada unidade	Médio	Alta
Cenário 3 (Solução Econômica com Redundância Limitada)	Um link dedicado de 2 Gbps + um link de banda larga empresarial de 500 Mbps em cada unidade	GigaCandanga e link redundante no Rio de Janeiro	Baixo	Média

- 9.1.1. Análise dos Cenários

Cenário 1 - Alta Performance e Maior Disponibilidade

- **Descrição:** Dois links dedicados de 2 Gbps (Brasília e Rio de Janeiro) como conexões principais, utilizando a infraestrutura já contratada (GigaCandanga e link redundante do Rio) como backup.
- Vantagens:
 - Redundância já estruturada, sem necessidade de contratação de links adicionais.
 - Alto desempenho e disponibilidade, com caminhos alternativos bem distribuídos.
 - Melhor aproveitamento da conexão GigaCandanga e do link redundante no Rio de Janeiro.
- Desafios:
 - Maior custo inicial devido à contratação de dois links dedicados de 2 Gbps.

Cenário 2 - Otimização de Custos com Redundância Alternativa

- **Descrição:** Dois links dedicados de 2 Gbps, com um link adicional de banda larga empresarial em cada unidade para redundância.
- Vantagens:
 - Redução de custos em relação ao Cenário 1.
 - Redundância aprimorada, com múltiplos provedores.
- Desafios:
 - A banda larga empresarial tem SLA inferior ao de um link dedicado.
 - Maior complexidade na gestão dos links.

Cenário 3 - Solução Econômica com Redundância Limitada

- **Descrição:** Um link dedicado de 2 Gbps por unidade, complementado com um link de banda larga empresarial de 500 Mbps para backup, aproveitando a infraestrutura existente.
- Vantagens:
 - Custo reduzido.
 - Utilização eficiente dos links já contratados.
- Desafios:
 - Menor disponibilidade e resiliência em comparação aos demais cenários.
 - Maior risco de impacto no desempenho em caso de falha do link principal.

- 9.1.2. Conclusão da Análise Comparativa

Considerando os requisitos técnicos e a infraestrutura existente, o cenário mais adequado para o Ipea é o "**Cenário 1**", que combina alta performance e máxima disponibilidade sem a necessidade de contratação de infraestrutura adicional de redundância.

Este modelo aproveita os dois links dedicados de 2 Gbps como principais e utiliza a conexão à rede GigaCandanga e o link redundante no Rio de Janeiro para contingência, garantindo continuidade operacional, escalabilidade e eficiência no uso de recursos.

9.2. Levantamento quanto às políticas, modelos e padrões de Governo

A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?

- Cenário 01: Sim

A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro?

- Cenário 01: Não se aplica

A Solução é composta por software livre ou software público?

- Cenário 01: Não se aplica

A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões de governo ePing, eMag, ePWG?

- Cenário 01: Não se aplica

A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil?

- Cenário 01: Não se aplica

A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do e-ARQ Brasil?

- Cenário 01: Não se aplica

9.3. Necessidade e Justificativa da contratação para o Ipea

O objeto da contratação em tela possui características comuns e usuais encontradas no mercado de TIC, cujos padrões de desempenho e de qualidade podem ser objetivamente definidos, sendo vários os provedores que podem fornecer tais serviços. Verifica-se que a necessidade da prestação dos serviços em questão se renova a cada ano, o que remete para o entendimento de caracterização de prestação continuada de serviços.

A presente contratação visa substituir o Contrato Ipea nº 10/2022 que tem sua data de término próxima. O Ipea necessita de uma nova contratação para a prestação de serviços de comunicação de acesso à Internet e para interconexão de dados entre os sítios do Ipea em Brasília e no Rio de Janeiro.

A manutenção dos meios de comunicação através dos links de dados é fundamental para manter o funcionamento dos serviços tecnológicos que dependem da comunicação de dados, voz e imagens entre as sedes do Instituto localizadas em Brasília e no Rio de Janeiro, assim como para a melhoria do desempenho dos serviços de rede corporativa do Ipea.

Além disso, a comunicação de dados vem sendo intensamente requisitada por serviços para a Internet, como transmissões on-line em diversos eventos (seminários, reuniões, palestras, cursos, etc.) que exigem elevada largura de banda de dados para acesso simultâneo, em vídeo streaming em alta definição e com acesso simultâneo em tempo real. Além disso, a utilização do recurso de videoconferência entre a sede do Instituto em Brasília e sua unidade no Rio de Janeiro, e também em conexões internacionais, está bastante difundida e incorporada à rotina de trabalho dos técnicos, bem como a pesquisa e downloads das publicações fomentadas

pelo Ipea, das séries históricas do IpeaDATA e do Mapa do IDHM e a disponibilização do Portal das OSC para o público externo comprovam a crescente demanda por esse tipo de mídia de relacionamento institucional.

Alguns serviços de dados estão centralizados em Brasília, notadamente o Correio Eletrônico, o sistema corporativo de telefonia fixa VoIP, o processamento estatístico e o acesso a bases de dados, exigindo maior desempenho e estabilidade da comunicação de dados entre as redes corporativas das unidades do Ipea em Brasília e no Rio de Janeiro.

Além disso, com a adoção gradativa do uso de tecnologias hospedadas em nuvem e a disponibilização da modalidade de teletrabalho para os servidores e colaboradores do Ipea, foi vislumbrada a ampliação de banda dos links com três opções de velocidade que podem ser utilizadas conforme as necessidades apresentadas, e de forma a acomodar essas e outras demandas com o objetivo de melhorar as entregas dos serviços prestados.

A contratação permitirá uma maior disponibilidade da topologia da rede corporativa como um todo, com maior eficiência e desempenho dos serviços e consecutivamente atendendo satisfatoriamente às demandas atuais e aos novos desafios institucionais.

Ressalta-se que esses serviços pretendidos são de natureza continuada e de caráter essencial para o Ipea, no tocante ao alcance de seus objetivos estratégicos e ao cumprimento de sua missão institucional como Entidade de Governo. A natureza continuada e seu caráter ininterrupto de fornecimento se confirmam tendo em vista sua criticidade para o perfeito funcionamento dos serviços de Tecnologia da Informação disponibilizados pelo próprio Ipea, como também para a realização de suas demais atividades internas.

Sendo assim, a solução escolhida para atender essa demanda é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação de rede para o fornecimento de links dedicados de dados de acesso à Internet com capacidade de prover comunicação de dados, voz e imagens por comutação de pacotes IP (Internet Protocol), com suporte 24x7 e serviço de Anti-DDoS.

A presente contratação, embora contemple múltiplos links de comunicação de dados, configura-se como uma única solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), uma vez que todos os itens integram uma mesma arquitetura de conectividade institucional, com a finalidade comum de prover acesso dedicado à Internet às unidades do órgão, bem como viabilizar a comunicação de dados entre as unidades do Ipea.

Os serviços contratados compõem uma infraestrutura lógica unificada, com padrões homogêneos de desempenho, segurança e disponibilidade, sendo utilizados tanto para acesso à Internet quanto para o tráfego institucional interno entre as localidades atendidas.

Dessa forma, os componentes são funcionalmente interdependentes e operacionalmente integrados, não caracterizando soluções autônomas distintas, mas partes de uma única solução de conectividade corporativa.

Não foi encontrada uma solução compatível com o objeto da contratação em tela com condições padronizadas nos Catálogos de Soluções de TIC estabelecidos pelo Órgão Central do SISP (<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/catalogo-de-solucoes-de-tic>).

O objeto da presente contratação consiste na prestação de serviço de link dedicado de acesso à Internet com proteção Anti-DDoS, enquadrado como uma Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), nos termos da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022 e caracterizando-se como serviço comum de telecomunicações.

A presente contratação foi analisada à luz da Portaria SGD/MGI nº 1.070, de 1º de junho de 2023, que dispõe sobre orientações para a contratação de serviços de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Conclui-se que o objeto da contratação — fornecimento de links dedicados de acesso à Internet com proteção Anti-DDoS — não se enquadra como serviço de operação de infraestrutura ou de atendimento a usuários de TIC, nos termos disciplinados pela referida Portaria, tratando-se de serviço especializado de telecomunicações.

Dessa forma, afasta-se a aplicação da Portaria SGD/MGI nº 1.070/2023 ao caso concreto, não sendo exigível a observância de seus requisitos específicos para a presente contratação.

Justificativa técnica quanto à forma de execução da contratação

A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços de conectividade de dados com características de variabilidade e escalabilidade, permitindo a adequação da capacidade de banda contratada ao longo da vigência contratual, conforme a evolução das necessidades institucionais.

A solução foi estruturada em itens e subitens correspondentes a diferentes perfis de largura de banda, com remuneração baseada em valores mensais associados à capacidade efetivamente contratada, o que possibilita maior aderência entre a demanda real e o serviço prestado.

Adicionalmente, o modelo contratual prevê a definição de níveis mínimos de serviço (SLA), com indicadores de desempenho e mecanismos de aferição contínua, bem como a aplicação de descontos em caso de descumprimento das metas estabelecidas, vinculando a remuneração à qualidade e à disponibilidade efetivamente entregues.

Dessa forma, a modelagem da contratação requer a adoção de forma de execução contratual que contemple a flexibilidade necessária à gestão da capacidade de banda, bem como a mensuração contínua dos resultados, assegurando eficiência operacional, qualidade na prestação do serviço e economicidade na utilização dos recursos públicos.

10. Registro de soluções consideradas inviáveis

Após a análise das alternativas tecnológicas disponíveis no mercado, foram consideradas inviáveis as seguintes soluções:

10.1. Infraestrutura de Par Metálico (xDSL)

Descrição: Tecnologia de conexão à Internet baseada em cabo de cobre (DSL – Digital Subscriber Line), com velocidades limitadas e banda compartilhada.

Justificativa da inviabilidade:

- Capacidade insuficiente para atender aos requisitos de banda larga do Ipea, não suportando velocidades de 2 Gbps.
- Alta latência e variação de desempenho, inadequadas para serviços críticos e aplicações sensíveis a atrasos.
- Maior taxa de falhas e interferências eletromagnéticas, impactando a estabilidade da conexão.
- Infraestrutura de cobre em descontinuidade no mercado, sendo progressivamente substituída por fibra óptica.

10.2. Rádio-Enlace

Descrição: Tecnologia de comunicação sem fio baseada em antenas de rádio, utilizando frequências licenciadas ou não licenciadas para transmissão de dados ponto a ponto ou multiponto.

Justificativa da inviabilidade:

- Latência mais alta e maior taxa de perda de pacotes em comparação à fibra óptica, comprometendo a qualidade do serviço.
- Vulnerabilidade a interferências externas e condições climáticas, impactando a disponibilidade e a confiabilidade da conexão.
- Baixa escalabilidade, dificultando o atendimento a demandas crescentes de tráfego de dados.

- Custo elevado para atingir níveis aceitáveis de redundância e segurança, tornando-se menos vantajoso que soluções cabeadas.

10.3. Conexões por Satélite

Descrição: Tecnologia de transmissão de dados via satélites geoestacionários (GEO) ou de baixa órbita (LEO), utilizada para fornecer conectividade em locais remotos ou com baixa infraestrutura de rede terrestre.

Justificativa da inviabilidade:

- Latência significativamente maior que as conexões terrestres, principalmente em satélites geoestacionários, inviabilizando aplicações sensíveis ao tempo de resposta como por exemplo a telefonia VoIP.
- Capacidade limitada de banda e custos elevados por Mbps, tornando-a menos competitiva em relação à fibra óptica.
- Dependência de condições atmosféricas e de obstrução da linha de visada, afetando a estabilidade da conexão.
- Menor disponibilidade e confiabilidade em comparação com redes terrestres de fibra óptica.

Conclusão

As soluções baseadas em infraestrutura de par metálico (xDSL), rádio-enlace e conexões por satélite foram descartadas devido às suas limitações técnicas, desempenho insuficiente e inviabilidade operacional frente às necessidades do Ipea.

Dessa forma, a contratação será focada em soluções de fibra óptica que garantam alta capacidade, baixa latência, estabilidade e escalabilidade, alinhando-se aos objetivos estratégicos do Instituto e às melhores práticas do setor.

11. Análise comparativa de custos (TCO)

A análise comparativa de custos apresentada neste Estudo Técnico Preliminar tem caráter estimativo e referencial, destinando-se exclusivamente a subsidiar a tomada de decisão quanto à solução mais vantajosa, não se confundindo com a definição de preços máximos ou valores de referência da contratação.

A contratação ora planejada possui vigência inicial de 12 (doze) meses, conforme definido no item 7.5.3 deste ETP.

Entretanto, considerando que se trata de serviço de natureza continuada, com possibilidade de prorrogação sucessiva até o limite legal de 120 (cento e vinte) meses, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, realizou-se também análise prospectiva de custo total de propriedade (TCO) em horizonte plurianual.

Conforme a Instrução Normativa SGD/ME nº 94 de 2022, a análise comparativa de custos deve considerar o Custo Total de Propriedade (TCO - *Total Cost of Ownership*) para as soluções técnica e funcionalmente viáveis.

Após levantamento das soluções disponíveis no mercado e análise comparativa foi possível identificar aquelas que possuem similaridades em relação às necessidades e requisitos técnicos especificados. Em seguida, procedeu-se à pesquisa de preços das soluções consideradas VIÁVEIS prestigiando, principalmente, aquelas realizadas por outros entes públicos e permitindo obter o preço estimado preliminar da solução pretendida.

Sendo assim, a análise foi realizada com base nos valores obtidos na pesquisa de preços anexada (ANEXO I do Estudo Técnico Preliminar), consolidando os custos mensais por Mbps em diferentes órgãos da Administração Pública.

Importa destacar que a análise plurianual não representa comprometimento prévio da Administração com prazo superior ao da vigência inicial, constituindo apenas exercício técnico de projeção de cenários.

11.1. Pesquisa de Preços - Contratações públicas similares

Este procedimento analisa contratações similares realizadas por outros órgão ou entidades da Administração Pública, constituindo uma fonte de dados para subsidiar a construção da estimativa de preço da solução a ser contratada.

Priorizamos contratações realizadas por órgãos sediados em grandes centros urbanos, para que a estimativa de preços reflita a realidade dos custos de regiões similares às localidades das unidades do Ipea em Brasília e no Rio de Janeiro. Essas regiões são caracterizadas pela dificuldade de passagem de cabeamento e maior oferta de serviços, comparadas a regiões distantes dos grandes centros.

A pesquisa foi realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas (<https://pncp.gov.br>), conforme detalhado no ANEXO I deste documento. Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em licitações e contratos administrativos.

Em relação à solução de link dedicado, verificamos que as contratações apresentam variações na largura de banda adquirida. Por este motivo, a equipe de planejamento decidiu verificar o preço mensal por Mbps (megabit por segundo) em cada um dos contratos deste tipo de solução.

Para comparar preços de links de dados dedicados com diferentes velocidades de transmissão e prazos de contratação, calculamos o preço por unidade de velocidade (por 1 mês). Isso permite comparar diretamente os custos de diferentes propostas. A fórmula utilizada é:

Preço por Mbps = Preço Total Mensal / Velocidade em Mbps

Essa abordagem mostra uma base comparativa para análise e permite obter uma estimativa preliminar de acordo com a necessidade do Ipea.

- 11.1.1. Solução Link dedicado de Internet

Para subsidiar a estimativa de preços da contratação, foram analisadas contratações públicas similares identificadas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), envolvendo serviços de conectividade à Internet por meio de links dedicados em fibra óptica.

Conforme informado anteriormente, os valores foram normalizados em preço mensal por Mbps, permitindo a comparação entre contratações com diferentes larguras de banda.

A pesquisa de preços foi atualizada com a inclusão de contratações mais recentes identificadas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), incluindo contratações da Polícia Federal, da Justiça Federal e do Senado Federal. A ampliação da amostra permitiu aumentar a robustez estatística da análise, mantendo-se como critério de comparação o valor mensal por Mbps, de forma a permitir a análise conjunta de contratos com diferentes velocidades de banda.

Para garantir maior rigor metodológico na análise comparativa de preços, as contratações públicas identificadas foram agrupadas por faixas de velocidade equivalentes de banda (2 Gbps, 5 Gbps e 10 Gbps). Essa abordagem permite comparar contratos com características técnicas semelhantes, evitando distorções decorrentes da economia de escala típica do mercado de telecomunicações, no qual o preço por Mbps tende a diminuir à medida que aumenta a capacidade contratada.

Tabela 1 – Contratações públicas comparáveis (links de 2 Gbps)

Órgão	Identificação	Velocidade	Data da contratação	Prazo (meses)	Valor 1 Mbps /mês (R\$)
-------	---------------	------------	---------------------	---------------	-------------------------

STF – DF	Edital 90056/2024	2 Gbps	18/11/2024	24	0,75
Comando do Exército – DF	Edital 90000/2025	2 Gbps	06/02/2025	60	0,55
3º CTA do Exército – SP	Pregão 90006/2024	2 Gbps	05/09/2024	12	0,50
FIOCRUZ – RJ	Pregão 90031/2024	2 Gbps	30/10/2024	12	0,495
Polícia Federal – DF	Pregão PNCP 001658/2025	2 Gbps	Adjudicado em 03/03/2026	12	0,80
Justiça Federal – DF	Contrato 003/2026	2 Gbps	02/03/2026	12	1,0005
Justiça Federal – DF	Contrato 004/2026	2 Gbps	02/03/2026	12	0,9400

Tabela 2 – Contratações públicas comparáveis (links de 5 Gbps)

Órgão	Identificação	Velocidade	Data da contratação	Prazo (meses)	Valor 1 Mbps /mês (R\$)
3º CTA do Exército – SP	Pregão 90006/2024	5 Gbps	05/09/2024	12	0,54
TST – SC	Edital 96883/2024	5 Gbps	05/07/2024	30	0,6794
Senado Federal	Pregão 90130/2025	5 Gbps	12/02/2026	12	1,5579

Tabela 3 – Contratações públicas comparáveis (links de 10 Gbps)

Órgão	Identificação	Velocidade	Data da contratação	Prazo (meses)	Valor 1 Mbps /mês (R\$)
3º CTA do Exército – SP	Pregão 90006/2024	10 Gbps	05/09/2024	12	0,28
TRF 3 – SP	Pregão 90012/2024	10 Gbps	25/10/2024	60	0,44

A separação das contratações por faixa de velocidade permite avaliar de forma mais precisa a evolução do preço por Mbps no mercado de conectividade dedicada. Observa-se que os valores tendem a reduzir conforme aumenta a largura de banda contratada, fenômeno conhecido como economia de escala em serviços de telecomunicações.

Não obstante, a comparação também evidencia que determinadas contratações podem apresentar valores superiores à tendência geral da faixa analisada, em razão de requisitos técnicos adicionais, como mecanismos avançados de proteção Anti-DDoS, exigências mais rigorosas de disponibilidade, conectividade internacional e infraestrutura de segurança especializada. Esse é o caso da contratação do Senado Federal na faixa de 5 Gbps, que, embora comparável ao objeto, apresenta características técnicas adicionais que justificam preço unitário mais elevado.

11.2. Cálculo do Custo Total de Propriedade (TCO) para Diferentes Velocidades de Links Dedicados de Internet

A avaliação comparativa do TCO considerou os seguintes aspectos:

- 1. **Custo mensal por Mbps** observado em contratos similares de órgãos públicos, conforme a pesquisa de preços realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
- 2. **Velocidade contratada**, analisando as variações de custo para os perfis de 2 Gbps, 5 Gbps e 10 Gbps, que correspondem às faixas de capacidade consideradas na modelagem da solução.
- 3. **Prazo da contratação**, considerando a vigência inicial estimada de 12 meses, conforme previsto para a contratação.
- 4. **Cálculo do Custo Total de Propriedade (TCO)** com base na estimativa anual correspondente à vigência inicial da contratação.
- 5. Os valores anuais apresentados correspondem à **vigência inicial da contratação (12 meses)**.
- 6. As projeções para exercícios subsequentes foram elaboradas **exclusivamente para fins comparativos**, simulando hipótese de prorrogação contratual com aplicação de índice estimado de reajuste, não implicando obrigação futura da Administração.
- 7. **Utilização da mediana dos valores pesquisados** para cada velocidade, como medida de tendência central da série de preços, reduzindo a influência de valores extremos e assegurando maior representatividade do comportamento do mercado.

A análise do TCO permite comparar o impacto financeiro das diferentes faixas de capacidade ao longo do tempo, subsidiando a escolha da solução que apresenta melhor equilíbrio entre custo, desempenho e escalabilidade para atender às necessidades institucionais do Ipea.

- Cálculo da Mediana dos Preços

A mediana foi calculada a partir dos preços por Mbps das Tabelas 1, 2 e 3 praticados para 2 Gbps, 5 Gbps e 10 Gbps nos contratos analisados.

Velocidade	Preços por Mbps (R\$)	Mediana (R\$)
2 Gbps	0,495 – 0,50 – 0,55 – 0,75 – 0,80 – 0,94 – 1,00	0,75
5 Gbps	0,54 – 0,6794 – 1,56	0,6794
10 Gbps	0,28 - 0,44	0,36

Tabela 4 - Mediana do Preço mensal por Mbps

- Cálculo do Custo Total de Propriedade (TCO) para Diferentes Velocidades - Mensal e Anual

O custo total da solução levou em consideração que a mesma compõe-se apenas de serviços de conexão dedicada à Internet, não havendo entrega de bens relacionados à contratação.

Com base na mediana dos valores obtidos na pesquisa, o custo total anual para diferentes velocidades é calculado da seguinte forma:

Fórmula:

Custo Anual por link dedicado = Velocidade Contratada (Mbps) × Mediana do Preço por Mbps × 12 meses

Velocidade	Mediana	Custo Mensal Estimado (R\$)	Custo anual (R\$)
2 Gbps (2000 Mbps)	0,75	1.500,00	18.000,00
5 Gbps (5000 Mbps)	0,6794	3.397,00	40.764,00
10 Gbps (10000 Mbps)	0,36	3.600,00	43.200,00

Tabela 5 - Custo mensal e anual por Mbps

- 11.2.1. Cálculo do Custo Total de Propriedade (TCO)

As tabelas a seguir apresentam projeções do Custo Total de Propriedade (TCO) em horizonte de até 5 (cinco) anos, simulando cenário de eventual prorrogação contratual.

Reitera-se que a vigência inicial da contratação será de 12 (doze) meses, sendo as projeções plurianuais apresentadas exclusivamente para fins comparativos e de análise econômica da solução ao longo do tempo. A eventual prorrogação contratual estará condicionada à avaliação futura de vantajosidade para a Administração, nos termos da legislação aplicável.

O valor estimado para o Ano 1 tem como referência o custo anual do serviço calculado com base na pesquisa de preços realizada no mercado, conforme metodologia apresentada neste estudo.

Para os anos subsequentes, foi aplicada projeção de reajuste com base no Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI) do Ipea, utilizando-se o valor mais recente disponível à época da atualização deste estudo, que indica variação acumulada aproximada de 6,79% nos últimos doze meses. Esse índice foi adotado como fator estimado de reajuste para projeção dos cenários plurianuais, com o objetivo de simular a evolução potencial dos custos ao longo do tempo.

Tabela 6 – Cálculo TCO – 2 Gbps (2 links dedicados)

Item	Ano 1 (R\$)	Ano 2 (R\$)	Ano 3 (R\$)	Ano 4 (R\$)	Ano 5 (R\$)	Total (5 anos, R\$)
Serviço de conexão dedicada a Internet (2 links de 2 Gbps)	36.000,00	38.444,40	41.054,77	43.843,38	46.822,52	206.165,07

Tabela 7 – Cálculo TCO – 5 Gbps (2 links dedicados)

Item	Ano 1 (R\$)	Ano 2 (R\$)	Ano 3 (R\$)	Ano 4 (R\$)	Ano 5 (R\$)	Total (5 anos, R\$)
Serviço de conexão dedicada a Internet (2 links de 5 Gbps)	81.528,00	87.061,75	92.971,24	99.281,99	106.021,23	466.864,21

Tabela 8 – Cálculo TCO – 10 Gbps (2 links dedicados)

Item	Ano 1 (R\$)	Ano 2 (R\$)	Ano 3 (R\$)	Ano 4 (R\$)	Ano 5 (R\$)	Total (5 anos, R\$)
Serviço de conexão dedicada a Internet (2 links de 10 Gbps)	86.400,00	92.265,60	98.526,43	105.214,37	112.362,44	494.768,84

- 11.2.2. Mapa Comparativo dos Custos Totais de Propriedade (TCO) para 5 anos e 2 links dedicados

O mapa comparativo abaixo representa simulação econômica de médio prazo, considerando eventual continuidade contratual.

Tal exercício visa demonstrar a sustentabilidade da solução escolhida, sem prejuízo da necessidade de análise formal e específica a cada eventual prorrogação.

Descrição	Ano 1 (R\$)	Ano 2 (R\$)	Ano 3 (R\$)	Ano 4 (R\$)	Ano 5 (R\$)	Total (5 anos, R\$)
Velocidade 2 Gbps	36.000,00	38.444,40	41.054,77	43.843,38	46.822,52	206.165,07
Velocidade 5 Gbps	80.400,00	85.862,16	91.691,02	97.913,85	104.560,98	460.428,01
Velocidade 10 Gbps	86.400,00	92.265,60	98.526,43	105.214,37	112.362,44	494.768,84

11.3. Análise dos Custos e Impactos na Decisão de Contratação

11.3.1. Para 2 Gbps:

- Custo anual estimado: R\$ **18.000,00**
- Custo anual estimado para **02 (dois) links**: R\$ **36.000,00**

Essa alternativa apresenta o **melhor equilíbrio entre custo e capacidade**, sendo adequada para atender às necessidades atuais de conectividade do Ipea. A velocidade de 2 Gbps proporciona capacidade suficiente para suportar o tráfego institucional, incluindo serviços de correio eletrônico, acesso a sistemas corporativos, videoconferências, transmissão de eventos institucionais e comunicação segura entre as unidades por meio de túnel IPSEC.

Além disso, essa opção permite **redução significativa do custo por Mbps em relação a velocidades menores**, ao mesmo tempo em que mantém margem de escalabilidade para ampliação futura da banda contratada.

11.3.2. Para 5 Gbps:

- Custo anual estimado: R\$ **40.764,00**
- Custo anual estimado para **02 (dois) links**: R\$ **81.528,00**

A alternativa de 5 Gbps oferece maior capacidade de transmissão de dados, podendo ser considerada em cenário de expansão relevante da demanda institucional.

Contudo, a série de preços identificada para essa faixa apresenta maior dispersão, influenciada por contratação com requisitos técnicos mais robustos, como ocorre no caso do Senado Federal, que contempla solução de conectividade com proteção Anti-DDoS e exigências adicionais de segurança e infraestrutura.

Assim, embora tecnicamente viável, a contratação inicial em 5 Gbps mostra-se **economicamente menos vantajosa para o cenário atual do Ipea**, especialmente quando comparada à solução de 2 Gbps, que atende adequadamente à necessidade presente com menor custo global.

11.3.3. Para 10 Gbps:

- Custo anual estimado: R\$ **43.200,00**
- Custo anual estimado para **02 (dois) links**: R\$ **86.400,00**

A alternativa de 10 Gbps apresenta o **menor custo unitário por Mbps**, em razão da economia de escala típica dos serviços de telecomunicações. No entanto, a capacidade oferecida é significativamente superior às necessidades atuais de conectividade do Ipea.

A contratação inicial nessa faixa de velocidade implicaria **subutilização relevante da capacidade contratada**, gerando custo global mais elevado sem benefício proporcional para o cenário atual de uso da rede institucional.

11.3.4. Análise da Competitividade da Estimativa de Preços

A análise das contratações públicas utilizadas na pesquisa de preços demonstra que os valores estimados para a presente contratação se situam dentro da faixa de preços praticados no mercado de serviços de conectividade dedicada de alta capacidade para órgãos da Administração Pública Federal.

Observa-se que os valores identificados na pesquisa apresentam variação relevante entre os diferentes órgãos contratantes, refletindo particularidades técnicas das soluções adotadas, como requisitos de segurança de rede, mecanismos de proteção contra ataques distribuídos de negação de serviço (Anti-DDoS), níveis de disponibilidade e características específicas da infraestrutura de telecomunicações utilizada.

No caso específico dos links dedicados de **2 Gbps**, os valores observados na pesquisa variam aproximadamente entre **R\$ 0,495 e R\$ 1,00** por Mbps ao mês, considerando os valores normalizados para fins de comparação, indicando que a estimativa adotada neste estudo encontra-se posicionada dentro da faixa de mercado observada.

Esse cenário indica que o valor estimado apresenta **adequado grau de competitividade**, reduzindo o risco de fracasso da licitação por subavaliação do preço estimado e aumentando a probabilidade de obtenção de propostas vantajosas para a Administração.

Adicionalmente, a utilização da **mediana da série de preços** identificados como referência para a estimativa contribui para reduzir o impacto de valores extremos na análise, permitindo representar de forma mais fiel o comportamento central dos preços observados no mercado.

De forma complementar, registra-se que a memória de cálculo da estimativa de preços encontra-se detalhada no Mapa de Estimativa de Preços constante do processo (SEI nº 0778558), elaborado com base em contratações públicas similares, observando-se critérios de comparabilidade quanto à natureza do serviço, capacidade de banda, características técnicas e níveis de serviço.

Para permitir a comparação entre contratações com diferentes faixas de capacidade, os valores coletados foram tratados mediante normalização por unidade de capacidade (R\$/Mbps), o que possibilitou a análise proporcional dos preços praticados no mercado.

Foram desconsideradas amostras incompatíveis com o objeto da contratação, em razão de diferenças relevantes de escopo, tecnologia, capacidade de banda ou níveis de serviço, conforme análise constante do referido mapa.

A partir dos valores normalizados, foi adotada a mediana da série de preços como medida de tendência central, reduzindo a influência de valores extremos e conferindo maior robustez à estimativa.

Para fins de definição do valor global estimado da contratação, considerou-se o cenário de maior capacidade previsto no Termo de Referência, em consonância com a modelagem de itens e subitens adotada, sem prejuízo da possibilidade de execução inicial em capacidade inferior, conforme necessidade da Administração.

11.4. Conclusão

A análise do Custo Total de Propriedade (TCO) evidencia que:

1. A contratação de **2 Gbps** apresenta o melhor equilíbrio entre custo, capacidade e aderência à necessidade atual do Ipea;

2. A contratação de **5 Gbps** representa alternativa de expansão, porém com custo global significativamente superior no cenário atual;
3. A contratação de **10 Gbps**, embora apresente menor custo unitário por Mbps, implica capacidade substancialmente superior à necessidade corrente do Instituto.

Observa-se, ainda, que a modelagem da contratação prevê **flexibilidade para ampliação da capacidade de banda**, permitindo que os links possam operar em perfis de velocidade de **2 Gbps, 5 Gbps ou 10 Gbps**, conforme a evolução das necessidades institucionais ao longo da vigência contratual.

A análise quantitativa do TCO reforça essa conclusão. Considerando o horizonte de **5 anos**, a solução de **2 Gbps** apresenta custo total estimado significativamente inferior às alternativas de maior capacidade, enquanto as soluções de **5 Gbps e 10 Gbps** apresentam custos totais relativamente próximos entre si. Esse comportamento evidencia a **economia de escala típica do mercado de telecomunicações**, em que o aumento da capacidade de banda não ocorre de forma proporcional ao aumento do custo total da solução, indicando que a contratação inicial em capacidades superiores poderia resultar em **subutilização relevante da banda contratada no cenário atual**, sem ganho proporcional em eficiência econômica para a Administração.

Ressalta-se, contudo, que as faixas de capacidade de **5 Gbps e 10 Gbps não representam alternativas independentes de contratação**, mas sim **níveis de escalabilidade da solução**. Sua inclusão na modelagem da contratação tem por finalidade permitir a ampliação da capacidade de banda ao longo da vigência contratual, caso haja crescimento da demanda institucional, **sem necessidade de realização de nova licitação ou alteração da arquitetura da solução**. Dessa forma, a Administração preserva **flexibilidade operacional e continuidade do serviço**, mantendo a contratação inicial dimensionada de acordo com a necessidade atual do Instituto.

Dessa forma, a escolha pela contratação inicial de **links dedicados de 2 Gbps** mostra-se **tecnicamente adequada e economicamente mais vantajosa**, ao mesmo tempo em que preserva a possibilidade de expansão futura da capacidade contratada, sem necessidade de alteração da arquitetura da solução.

A análise também confirma a tendência observada no mercado de telecomunicações de **redução do custo unitário por Mbps conforme o aumento da capacidade contratada**, fenômeno associado à economia de escala. Ainda assim, considerando o cenário atual de utilização da rede institucional do Ipea, a contratação inicial na faixa de 2 Gbps apresenta a melhor relação entre **custo, desempenho e eficiência no uso dos recursos públicos**.

Diante do exposto, conclui-se que a solução proposta — **contratação de dois links dedicados de acesso à Internet com velocidade inicial de 2 Gbps, suporte 24x7 e proteção Anti-DDoS** — atende plenamente às necessidades institucionais do Ipea, garantindo **desempenho, escalabilidade, segurança e economicidade**, em conformidade com os princípios da eficiência e da vantajosidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

12. Descrição da solução de TIC a ser contratada

- Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação de rede para o fornecimento de 02 (dois) links dedicados de acesso à Internet, sendo um no Ipea em Brasília e outro no Ipea no Rio de Janeiro, cada um com velocidade mínima de 2 Gbps simétrica (*download e upload*) e serviço de Anti-DDoS. A solução deve ser capaz de fornecer continuamente os meios para a comunicação de dados, voz e imagens por comutação de pacotes IP (*Internet Protocol*) sem limite de tráfego e com vigência inicial de 12 (doze) meses, admitida prorrogação sucessiva até o limite legal, conforme disposto no item 7.5.3, com suporte e manutenção 24 horas por dia, 7 dias por semana (regime 24x7).

A solução inclui:

1. **Dois links de comunicação de dados dedicados de acesso à Internet:**

- *Full-duplex*, garantindo a mesma velocidade de upload e download.
- Garantia de banda contratada.
- Suporte 24x7
- Serviço Anti-DDoS
- 2 blocos de 30 (trinta) endereços IP válidos (um para cada link)

2. Serviços adicionais:

- Instalação e ativação dos circuitos.
- Alteração de endereço, se necessário.

Os links e serviços são destinados a prover acesso à Internet e demais serviços de rede para as unidades do Ipea em Brasília e no Rio de Janeiro.

12.1. Bens e serviços que compõem a solução

Os bens e serviços que compõem a solução de TIC correspondem aos serviços de conectividade dedicada à Internet, contratados em regime mensal, contemplando as localidades do Ipea em Brasília e no Rio de Janeiro.

A caracterização detalhada dos itens, códigos de classificação, quantidades, unidades de medição e demais especificações técnicas será apresentada no Termo de Referência, em consonância com o disposto neste Estudo Técnico Preliminar.

Os links dedicados de Internet e suas respectivas bandas mínimas estão definidos na tabela a seguir por localidade:

Item	Unidades do Ipea	Descrição	Perfis de Banda /Velocidade (Gbps)
1	Rio de Janeiro/RJ	Conexão IP de acesso à Internet no Rio de Janeiro	2 / 5 / 10
2	Brasília/DF	Conexão IP de acesso à Internet em Brasília	2 / 5 / 10

12.2. Justificativa para o Parcelamento do Objeto

Considerando o objeto da contratação — fornecimento de dois links dedicados de acesso à Internet, sendo um na unidade do Ipea em Brasília/DF e outro na unidade do Ipea no Rio de Janeiro/RJ — entende-se como adequada e vantajosa, para a Administração, a adoção do parcelamento do objeto da contratação, de modo a permitir que cada link seja licitado e contratado separadamente.

A decisão de admitir o parcelamento da solução encontra respaldo nos seguintes fundamentos técnicos, operacionais e econômicos:

a) Maior competitividade e fomento à ampla participação no certame

A exigência de que uma mesma empresa forneça os dois links dedicados, em localidades distintas e distantes (Brasília e Rio de Janeiro), poderia restringir a competitividade do certame, na medida em que apenas empresas de grande porte ou com presença nacional estariam aptas a fornecer ambos os serviços simultaneamente.

Com o parcelamento, possibilita-se a participação de empresas regionais ou com atuação mais restrita geograficamente, ampliando a concorrência e fomentando a participação de um maior número de licitantes. Essa

maior concorrência potencializa a obtenção de melhores preços, em conformidade com o princípio da busca da proposta mais vantajosa previsto no art. 11, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

b) Potencial redução de custos

O parcelamento também se justifica sob o aspecto da economicidade, pois a segmentação por localidades poderá atrair fornecedores regionais ou locais que possuem melhores condições comerciais e operacionais em suas respectivas regiões, apresentando preços mais competitivos, reduzindo os custos globais da contratação.

Além disso, os links dedicados de Internet possuem características técnicas que dispensam integração entre si, uma vez que as unidades do Ipea possuem acesso direto e independente à Internet, sendo a comunicação entre elas realizada de forma segura via VPN/IPSEC sobre tais links.

c) Independência técnica entre os serviços

Como os links dedicados de Internet possuem fornecimento independente, não se exige integração técnica entre eles. Cada link funcionará de modo autônomo, com terminação em firewall próprio nas respectivas unidades do Ipea, garantindo que o parcelamento do objeto não trará prejuízos ao desempenho ou à qualidade da solução de comunicação de dados.

d) Melhoria na gestão contratual e mitigação de riscos operacionais

O parcelamento do objeto possibilita que cada link seja tratado em contrato próprio, com gestão técnica e fiscalização independente. Isso facilita a administração do contrato, a aplicação de penalidades específicas e a solução de eventuais problemas, pois cada unidade poderá interagir diretamente com o fornecedor responsável por seu link, reduzindo conflitos de atribuição de responsabilidades.

Além disso, a diversificação dos fornecedores pode representar uma estratégia adicional de mitigação de riscos operacionais, evitando dependência de um único fornecedor para o serviço essencial de acesso à Internet.

e) Conformidade com práticas da Administração Pública

Ademais, observa-se que o parcelamento da contratação de serviços de telecomunicações por localidades geograficamente distintas é prática corrente em diversos órgãos da Administração Pública Federal, sendo considerada recomendável quando os serviços a serem contratados possuem características independentes e de fácil separação técnica e operacional.

Ressalta-se que o parcelamento do objeto por localidade não descaracteriza a contratação como uma única solução de TIC, uma vez que os links dedicados integram a mesma arquitetura institucional de conectividade, com finalidade comum de prover acesso à Internet e comunicação segura de dados entre as unidades do Ipea. A divisão por itens decorre de critério técnico, operacional e econômico, voltado à ampliação da competitividade e à obtenção de melhores condições contratuais, sem prejuízo da unidade lógica, funcional e operacional da solução.

Diante do exposto, justifica-se o parcelamento do objeto da presente contratação, entendendo-se que essa divisão por localidades (Brasília e Rio de Janeiro) é tecnicamente viável, operacionalmente adequada e potencialmente vantajosa para a Administração, por fomentar a competitividade, ampliar a participação de empresas no certame, permitir a obtenção de melhores preços e condições contratuais e possibilitar uma gestão contratual mais eficiente e descentralizada.

Essa decisão está alinhada aos princípios da economicidade, eficiência, competitividade e obtenção da proposta mais vantajosa, consagrados na Lei nº 14.133/2021 e nas boas práticas recomendadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para contratações públicas.

13. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 86.400,00

Tendo em vista que o Ipea adotará o orçamento sigiloso para a presente contratação (§1º, art. 15, do Decreto 10.024/2019), não informaremos neste documento os valores estimados e/ou máximos aceitáveis. A Coordenação de Compras e Contratos (COCCT) realizará a composição dos valores máximos, que constarão nos autos.

14. Justificativa técnica da escolha da solução

14.1. Razões Técnicas para a Escolha da Solução

Conforme exposto no item 9 (Análise Comparativa de Soluções) deste Estudo Técnico Preliminar, o "**Cenário 1**" foi escolhido por atender plenamente às necessidades atuais de tráfego de dados, voz e vídeo do Ipea, considerando os requisitos técnicos e a infraestrutura existente nas unidades do Instituto.

Essa solução combina alta performance, segurança, escalabilidade e máxima disponibilidade, utilizando de forma estratégica e eficiente a estrutura já contratada, sem a necessidade de investimentos adicionais em redundância.

O modelo adotado integra dois links dedicados de 2 Gbps, sendo um em Brasília e outro no Rio de Janeiro, aproveitando a GigaCandanga (300 Mbps) como contingência em Brasília e o link redundante no Rio de Janeiro, garantindo:

- Continuidade operacional em caso de falhas, assegurando altos níveis de disponibilidade.
- Escalabilidade, permitindo ajustes na capacidade dos links conforme a evolução da demanda.
- Eficiência no uso de recursos, reduzindo custos sem comprometer a qualidade dos serviços.
- Segurança da comunicação entre as unidades do Ipea, utilizando túnel IPSEC para substituir o enlace ponto a ponto anteriormente contratado.

14.2. Descrição da Solução Adotada (Cenário 1)

Id.	Descrição da solução (ou cenário)
1	Dois links dedicados de Internet principais de 2 Gbps (sendo um em Brasília e outro no Rio de Janeiro), com possibilidade de redundância utilizando a estrutura já contratada da rede GigaCandanga (300 Mbps) em Brasília e do link redundante no Rio de Janeiro

A solução adotada contempla a contratação de serviços de comunicação de dados locais para acesso à Internet, composta por:

- Dois links dedicados de Internet de 2 Gbps (um em Brasília e outro no Rio de Janeiro).
- Redundância operacional utilizando infraestrutura existente:
 - Rede GigaCandanga (link de 1 Gbps com saída de 300 Mbps de Internet) em Brasília.
 - Link redundante no Rio de Janeiro.

- Interconexão segura entre as unidades através de túnel IPSEC, substituindo o enlace de dados ponto a ponto atual.

- Flexibilidade de ajuste de banda por meio de perfis predefinidos, permitindo a expansão ou redução da capacidade dos links conforme a demanda durante a vigência do contrato.

Essa solução não apenas proporciona acesso de alta qualidade à Internet, como também serve como meio de interconexão eficiente entre as unidades do Ipea, otimizando o tráfego de dados e aumentando a resiliência da infraestrutura.

14.3. Benefícios Técnicos e Institucionais da Solução

A solução recomendada oferece um conjunto de benefícios que impactam diretamente a qualidade e a eficiência dos serviços de comunicação de dados do Ipea, promovendo avanços na infraestrutura tecnológica e permitindo que o Instituto continue cumprindo sua missão institucional de maneira eficaz.

- 14.3.1. Continuidade e Confiabilidade Operacional

- Alta disponibilidade, evitando interrupções em serviços críticos do Instituto.
- Redundância integrada, garantindo que, em caso de falha de um dos links principais, a conectividade seja mantida por meio dos links alternativos.
- Resiliência na comunicação entre as unidades, utilizando túnel IPSEC para garantir segurança e eficiência na transmissão de dados.

- 14.3.2. Apoio aos Serviços e Processos Institucionais

- Suporte à continuidade de projetos e melhoria no desempenho de serviços essenciais.
- Melhoria do acesso interno a bases de dados e sistemas de informação, garantindo menor latência e maior confiabilidade na transmissão de dados.
- Otimização dos serviços de rede, impactando positivamente áreas como:
 - Correio Eletrônico.
 - Sistema de Processo Eletrônico.
 - Serviços de armazenamento e arquivos.
 - Acesso remoto seguro.
 - Telefonia Corporativa fixa VoIP.

- 14.3.3. Flexibilidade e Escalabilidade

- Possibilidade de ampliação da capacidade de banda, conforme necessário, sem necessidade de substituição da infraestrutura contratada.
- Configuração dinâmica, permitindo ajustes nos perfis de velocidade de acordo com a demanda da Instituição.
- Adoção de uma solução tecnológica moderna, compatível com futuras necessidades institucionais.

A solução adotada proporciona robustez, eficiência e alta disponibilidade, atendendo plenamente às necessidades do Ipea em termos de comunicação de dados, voz e vídeo.

Ao utilizar dois links dedicados de 2 Gbps de velocidade cada, associados à infraestrutura já contratada, o Ipea mantém segurança, escalabilidade e flexibilidade, assegurando melhor desempenho dos serviços internos e continuidade dos projetos institucionais. A escolha pela velocidade inicial de 2 Gbps se justifica tecnicamente pela superioridade em desempenho, especialmente para o perfil de tráfego de rajadas observado, e economicamente pela maior eficiência no custo global da contratação, atendendo plenamente aos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

Essa solução fortalece a missão do Instituto, que busca "*aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro, por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas*", garantindo que a infraestrutura de comunicação de dados suporte adequadamente as demandas atuais e futuras do Ipea.

A solução escolhida apresenta-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração, considerando o equilíbrio entre desempenho, disponibilidade, segurança, escalabilidade e custo, bem como a aderência à infraestrutura existente e às boas práticas de conectividade adotadas na Administração Pública.

15. Justificativa econômica da escolha da solução

A escolha do "**Cenário 1**" baseia-se não apenas em sua adequação técnica e operacional, mas também na sua vantagem econômica em relação às demais opções analisadas. A solução escolhida oferece o melhor equilíbrio entre custo e benefício, otimizando os recursos financeiros do Ipea ao garantir alto desempenho e disponibilidade com menor custo total de propriedade (TCO).

Além disso, a manutenção dos meios de comunicação através dos links de dados é fundamental para o funcionamento dos serviços tecnológicos essenciais ao Ipea, que dependem da comunicação de dados, voz e imagens entre as sedes do Instituto localizadas em Brasília e no Rio de Janeiro. Essa solução também melhora o desempenho dos serviços da rede corporativa, garantindo maior eficiência operacional.

A seguir, são apresentados os aspectos quantitativos que justificam a escolha, com destaque para a economia gerada e a eficiência na aplicação dos recursos públicos.

15.1. Comparação de Custos entre as Opções de Contratação

O levantamento dos custos totais de propriedade (TCO) para um período de 5 anos mostrou que a solução de 2 Gbps (dois links de 2 Gbps cada) é a opção mais econômica e eficiente, conforme tabela a seguir:

Velocidade Contratada	Custo Total em 5 Anos (R\$)
1 Gbps (2 links de 1 Gbps cada)	R\$ 248.908,15
2 Gbps (2 links de 2 Gbps cada)	R\$ 145.224,68
3 Gbps (2 links de 3 Gbps cada)	R\$ 580.528,70
5 Gbps (2 links de 5 Gbps cada)	R\$ 421.877,43
10 Gbps (2 links de 10 Gbps cada)	R\$ 497.706,20

- A escolha da solução de 2 Gbps gera uma economia de 41,6% em relação à opção de 1 Gbps, enquanto oferece o dobro da capacidade.
- A opção de 3 Gbps teria um custo quase 4 vezes maior que a de 2 Gbps, sem proporcional aumento nos benefícios.
- A opção de 5 Gbps tem um custo superior ao de 2 Gbps em mais de R\$ 276 mil em 5 anos, tornando-se menos viável para a necessidade atual.
- A opção de 10 Gbps, apesar de ter o menor custo por Mbps, teria um custo total superior a R\$ 497 mil, sendo desnecessária para o atual perfil de tráfego.

15.2. Economia com a Eliminação do Enlace Ponto a Ponto

A substituição do enlace ponto a ponto (P2P) pelo uso de túneis IPSEC sobre os links de Internet dedicados elimina um custo significativo.

- Custo anual do enlace ponto a ponto atual (baseada na proposta Comercial nº 4910-075-24 da TELEBRAS na velocidade de 750 Mbps): R\$ 200.259,00
- Custo estimado anual da solução de 2 Gbps: R\$ 25.200,00
- Economia anual estimada com a substituição do enlace P2P: R\$ 175.059,00
- Economia total em 5 anos: R\$ 875.295,00

Essa economia pode ser realocada para outras demandas estratégicas do Instituto, sem prejuízo da qualidade da comunicação entre as unidades do Ipea.

15.3. Redução do Custo por Mbps Contratado

O custo por Mbps reduz significativamente à medida que a capacidade contratada aumenta, conforme a análise dos valores medianos da pesquisa de preços:

Velocidade Contratada	Mediana do Preço por Mbps (R\$)
1 Gbps	R\$ 1,80
2 Gbps	R\$ 0,525
3 Gbps	R\$ 1,40
5 Gbps	R\$ 0,61
10 Gbps	R\$ 0,36

- A solução escolhida de 2 Gbps tem um custo por Mbps 70,8% menor que a opção de 1 Gbps.
- Se a escolha fosse 3 Gbps, o custo por Mbps aumentaria 166,6% em relação à de 2 Gbps.
- A solução de 5 Gbps apresenta redução de custo por Mbps em relação a 3 Gbps, mas ainda assim tem custo total maior.

15.4. Impacto da Escolha no Orçamento do Ipea

A adoção da solução de 2 Gbps garante alta disponibilidade de conectividade, sem comprometer o orçamento com custos desnecessários.

- Se a escolha fosse pela velocidade de 1 Gbps, o custo total em 5 anos seria R\$ 103.683,47 maior do que a opção de 2 Gbps, e a infraestrutura estaria mais propensa a gargalos de tráfego.
- Se a opção fosse 3 Gbps, o Ipea teria um custo adicional de R\$ 435.304,02 em relação a 2 Gbps, sem necessidade operacional justificada.
- O modelo de 2 Gbps também evita gastos elevados de soluções superdimensionadas, como 5 e 10 Gbps, que custariam entre R\$ 276 mil e R\$ 352 mil a mais em 5 anos.

15.5. Justificativa Final

A nova contratação permitirá a melhoria dos serviços da rede corporativa, assim como a possibilidade de aumento da capacidade dos circuitos de comunicação de dados, atendendo a requisitos de serviços mais avançados para novos desafios institucionais, com maior disponibilidade e redução de custos para a Administração.

Além disso, vários sistemas e recursos tecnológicos do Ipea dependem do serviço de comunicação de dados e possibilitam diminuição de custos e aumento da eficiência nas atividades do Instituto, permitindo o transporte e a disponibilização de documentos, dados, vídeos e áudios digitalizados. A solução a ser contratada garantirá a continuidade da economicidade intrínseca a esses recursos, assegurando altos níveis de desempenho e confiabilidade.

Adicionalmente, a análise do Custo Total de Propriedade (TCO) realizada neste Estudo Técnico Preliminar (ETP) demonstrou que a contratação de links com velocidade de 2 Gbps apresenta o melhor equilíbrio entre custo e benefício, possuindo o menor custo global projetado dentre as opções analisadas, com preço por Mbps significativamente inferior ao praticado em velocidades menores, como 1 Gbps.

Por fim, observa-se que a evolução tecnológica ao longo do tempo tem permitido que o mercado ofereça links de comunicação de dados com maiores capacidades de banda a menores custos. A escolha da solução de 2 Gbps representa um investimento eficiente e alinhado a essa tendência, proporcionando benefícios quantitativos e qualitativos significativos para o Instituto.

A solução escolhida foi selecionada com base em critérios técnicos e econômicos, garantindo o melhor custo-benefício e otimização de recursos públicos.

- Maior economia em comparação à manutenção da solução de 1 Gbps.
- Redução de custos operacionais pela eliminação do enlace ponto a ponto.
- Custo por Mbps otimizado, evitando sobrecarga orçamentária desnecessária.
- Infraestrutura escalável, permitindo ajustes futuros conforme a demanda.
- Garantia de alta disponibilidade e continuidade dos serviços essenciais do Ipea.

Dessa forma, a escolha da solução com velocidade de 2 Gbps por link proporciona o melhor equilíbrio entre eficiência operacional e racionalidade econômica, assegurando alta disponibilidade, segurança e escalabilidade, com um custo reduzido e sustentável ao longo do tempo.

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação da nova solução de conectividade do Ipea trará benefícios diretos e indiretos para as atividades do Instituto, para a sociedade e para os públicos atendidos pelos serviços do Ipea. A seguir, são descritos os principais resultados esperados com a implementação dos novos links de comunicação de dados.

16.1. Benefícios para as Atividades do Ipea

- 16.1.1. Manutenção e melhoria da conectividade lógica entre as unidades do Ipea

- Garantia de comunicação eficiente, segura e de alta disponibilidade para transmissão de dados, voz e vídeo entre Brasília e Rio de Janeiro.
- Adoção de túnel IPSEC para interconexão segura, eliminando a necessidade de enlaces dedicados ponto a ponto e reduzindo custos.

- 16.1.2. Garantia do acesso contínuo e seguro à Internet

- Manutenção do acesso ininterrupto à Internet para servidores, colaboradores e serviços internos do Instituto.
- Alta disponibilidade para pesquisas, sistemas administrativos e serviços tecnológicos essenciais ao funcionamento do Ipea.

- 16.1.3. Melhoria na disponibilidade e resiliência da rede corporativa

- Implementação de links dedicados de maior capacidade e redundância operacional.
- Utilização da infraestrutura existente (Rede GigaCandanga e link redundante no Rio de Janeiro) para contingência.
- Redução de interrupções e falhas na comunicação, garantindo mais estabilidade e desempenho para os serviços internos.

- 16.1.4. Maior eficiência na comunicação multimídia do Instituto

- Transmissão ágil e confiável de dados, voz e vídeo em formato digital.
- Melhoria na qualidade das ligações telefônicas VoIP, videoconferências e transmissões de eventos institucionais.

- 16.1.5. Ampliação da capacidade e flexibilidade da infraestrutura de TI

- Disponibilização de banda adicional para novas demandas tecnológicas.
- Possibilidade de ajuste dinâmico da velocidade contratada, conforme as necessidades do Instituto.
- Suporte ao crescimento da infraestrutura de TI, alinhado às tendências de transformação digital.

- 16.1.6. Melhoria da qualidade e eficiência dos serviços internos e administrativos

- Otimização do desempenho dos sistemas internos, como:
 - Correio eletrônico
 - Sistema de Processo Eletrônico
 - Telefonia fixa VoIP
 - Armazenamento e compartilhamento de arquivos
 - Acesso remoto seguro
- Redução de latência e perdas de pacotes, resultando em menor tempo de resposta dos sistemas.

16.2. Benefícios para a Sociedade e o Público Alvo

- 16.2.1. Melhoria no acesso aos serviços oferecidos pelo Ipea

- Aumento da capacidade de atendimento digital do Instituto, garantindo respostas mais ágeis e eficientes aos usuários externos.
- Maior disponibilidade de sistemas e portais acessados pelo público externo, como repositórios de pesquisa, bancos de dados e sistemas de consulta.

- 16.2.2. Apoio à produção e disseminação do conhecimento

- Fortalecimento da infraestrutura tecnológica que suporta pesquisas e estudos estratégicos desenvolvidos pelo Ipea.
- Garantia de ambiente digital estável e seguro para troca de informações entre pesquisadores e órgãos governamentais.
- Facilitação do acesso público a dados, estudos e análises, contribuindo para a transparência e a formulação de políticas públicas.

- 16.2.3. Apoio à transformação digital e inovação no setor público

- Alinhamento da infraestrutura de comunicação do Ipea com as diretrizes da Estratégia de Governança Digital (EGD) e orientações da Secretaria de Governo Digital (SGD).
- Expansão das capacidades tecnológicas do Instituto, viabilizando novos projetos e iniciativas de digitalização de serviços.

16.3. Benefícios Estratégicos e Institucionais

- 16.3.1. Apoio ao cumprimento da missão institucional do Ipea

- A solução adotada contribui diretamente para a missão do Instituto, que é "aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro, por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas".

- 16.3.2. Alinhamento com os objetivos estratégicos do Ipea

- Fortalecimento da infraestrutura digital do Instituto, permitindo maior eficiência na gestão de dados e processos.
- Garantia de continuidade operacional e evolução tecnológica, atendendo às demandas futuras do Ipea sem necessidade de novas contratações emergenciais.

- 16.3.3. Redução de custos e otimização do uso de recursos públicos

- Redução da dependência de enlaces ponto a ponto, substituídos por túnel IPSEC seguro com menor latência e de menor custo.
- Aproveitamento da infraestrutura existente (GigaCandanga e link redundante no Rio de Janeiro), sem necessidade de gastos adicionais com redundância.

- Modelo de contratação flexível e econômico, permitindo ajustes de velocidade conforme a necessidade, sem desperdício de recursos.

16.4. Conclusão sobre os Benefícios Alcançados

A nova solução de conectividade moderniza a infraestrutura de comunicação do Ipea, garantindo alta disponibilidade, segurança e escalabilidade para os serviços internos e públicos do Instituto.

Com essa contratação, o Ipea fortalece sua rede corporativa, melhora o desempenho dos serviços essenciais e assegura maior eficiência operacional, alinhando-se às melhores práticas de gestão de tecnologia da informação na Administração Pública.

17. Providências a serem Adotadas

Não há necessidade de adequação do ambiente do órgão para viabilizar a execução contratual.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

18.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação da solução de conectividade descrita neste Estudo Técnico Preliminar é tecnicamente viável, economicamente vantajosa e estrategicamente alinhada às necessidades do Ipea.

Após a realização de análises comparativas de soluções, considerando aspectos técnicos, operacionais e econômicos, verificou-se que a adoção de 02 (dois) links dedicados de 2 Gbps (um para a unidade de Brasília e outro para a unidade do Rio de Janeiro), com a redundância atualmente implementada, é a melhor alternativa para atender às necessidades institucionais de comunicação de dados, voz e vídeo com alta disponibilidade e alta performance.

Essa solução foi selecionada com base nos seguintes fatores:

18.1.1. Análise comparativa de soluções

O estudo demonstrou que a substituição do enlace ponto a ponto (P2P) pelo uso de túneis IPSEC sobre os links de Internet dedicados é tecnicamente viável e resulta em maior flexibilidade e redução de custos. Alternativas como infraestrutura de par metálico (xDSL), rádio-enlace e conexões via satélite foram descartadas por não atenderem aos requisitos de baixa latência, alta capacidade e disponibilidade exigidos para os serviços do Ipea.

18.1.2. Justificativa econômica

O Custo Total de Propriedade (TCO) demonstrou que a contratação de 02 (dois) links de 2 Gbps apresenta o melhor equilíbrio entre custo e benefício, oferecendo maior capacidade de transmissão por um menor custo por Mbps em relação a alternativas de menor velocidade.

A eliminação do enlace ponto a ponto reduz despesas operacionais e melhora a eficiência da rede corporativa, proporcionando uma economia estimada de R\$ 874.000,00 em cinco anos.

O custo por Mbps contratado é significativamente menor em soluções de maior capacidade, garantindo escalabilidade e sustentabilidade orçamentária.

18.1.3. Benefícios qualitativos e institucionais

A solução contratada garante alta disponibilidade e segurança na comunicação entre as unidades do Ipea, utilizando infraestrutura já existente (rede GigaCandanga e link redundante no Rio de Janeiro) para contingência.

A infraestrutura contratada permite ajustes de capacidade conforme a demanda, garantindo flexibilidade para atender às crescentes exigências de tráfego de dados e novos serviços tecnológicos.

A adoção dessa solução fortalece a missão do Ipea, que depende de infraestrutura tecnológica estável e de alto desempenho para produzir e disseminar conhecimento, apoiar pesquisas e assessorar o Estado na formulação de políticas públicas.

Dessa forma, conclui-se que a contratação de 02 (dois) links dedicados de 2 Gbps de velocidade atende plenamente às necessidades técnicas, operacionais e econômicas do Ipea, sendo viável e vantajosa tanto sob a perspectiva financeira quanto estratégica.

A solução proposta assegura continuidade operacional, otimização de recursos e suporte adequado ao crescimento das atividades do Instituto, garantindo a prestação eficiente dos serviços públicos e a evolução tecnológica necessária para atender aos desafios institucionais futuros.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: PORTARIA DIDES Nº 154, DE 16 DE AGOSTO DE 2023

CHRISTIAN COSTA DAMASCENO

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 13/05/2026 às 15:42:08.

Despacho: PORTARIA DIDES Nº 154, DE 16 DE AGOSTO DE 2023

MOISES HENRIQUE CASTRO DA SILVA

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 15/05/2026 às 09:30:28.

Despacho: PORTARIA DIDES Nº 154, DE 16 DE AGOSTO DE 2023

MANOEL DE RIBAMAR CARDOSO BARROSO

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 13/05/2026 às 10:26:49.

Despacho: Declaro viável a contratação, com base no ETP, nos termos do art. 7º, XIII, da IN 40/2020, comprovadas a necessidade, adequação técnica e vantajosidade.

LUCAS FERREIRA MATION

Autoridade Máxima da área de TIC



Assinou eletronicamente em 19/05/2026 às 11:56:11.

Telefone:

www.ipea.gov.br

*** MINUTA DE DOCUMENTO**

MINUTA

ANEXO II AO EDITAL

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
(em papel personalizado da empresa)

Dados do(a) fornecedor

Processo nº

Pregão Eletrônico nº/.....

Razão Social: CNPJ:

Endereço: Tel.:

CEP: Cidade:

Banco: Agência: Conta:

Apresentamos a nossa proposta para a licitação referente à "Contratação de serviços de solução de tecnologia da informação e comunicação, utilizando links de dados, com capacidade de prover comunicação de dados, voz e imagens por comutação de pacotes IP (Internet Protocol), para o IPEA Brasília e Rio de Janeiro, conforme tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO		CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	Serviço mensal de link dedicado de Internet com serviço Anti-DDoS em Brasília/DF	Subitem 1.1. - 10 Gbps	26506	Serviço/mês	12	R\$	R\$
		Subitem 1.2. - 5 Gbps				R\$	R\$
		Subitem 1.3. - 2 Gbps				R\$	R\$
2	Serviço mensal de link dedicado de Internet com serviço Anti-DDoS no Rio de Janeiro/RJ	Subitem 2.1. - 10 Gbps	26506	Serviço/mês	12	R\$	R\$
		Subitem 2.2. - 5 Gbps				R\$	R\$
		Subitem 2.3. - 2 Gbps				R\$	R\$
TOTAL						R\$	R\$

As observações em vermelho, abaixo, servem apenas para o dimensionamento correto da proposta e deverão ser excluídas no momento do seu encaminhamento.

- A proposta de preço deverá ser encaminhada observando as especificações do objeto dispostas no Estudo Técnico Preliminar - ETP e no Termo de Referência - TR, e o modelo de proposta prescrito no Edital, visando a padronização dos documentos.*

Declaramos que:

- Nos valores informados estão todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento

integral do objeto da contratação.

- Quaisquer tributos, custos e despesas omitidas da proposta ou incorretamente cotadas serão considerados como inclusos nos preços, e não serão solicitados acréscimos, a qualquer título, sendo os serviços prestados sem ônus adicional;
- O prazo de entrega deverá obedecer o previsto no Edital e seus anexos.
- Estamos de acordo com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos e que tomamos conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações;
- Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a assinar o contrato dela advindo;

Validade da proposta: mínimo de 60(sesenta) dias.

Dados do representante legal da empresa para assinatura do contrato:

Nome:

Endereço:

CEP: Cidade:

CPF:..... Cargo/Função:

RG: Órgão Expedidor:

Naturalidade: Nacionalidade:

Local e data

.....
Assinatura e carimbo (representante da empresa)



Documento assinado eletronicamente por **Manoel de Ribamar Cardoso Barroso, Coordenador de Compras e Contratos Substituto - COCCT**, em 19/05/2026, às 15:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.ipea.gov.br/processoeletronico/conferir> informando o código verificador **0792797** e o código CRC **CB0B90A1**.

MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Processo Administrativo nº 03001.002503/2023-01

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
XX/2026 PARA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS, QUE FAZEM ENTRE SI O
INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA
APLICADA E A EMPRESA xxxxxxxx.

O **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea**, com sede no(a) SEPS 702/902 CONJUNTO C, TORRE B ASA SUL, na cidade de Brasília/DF, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 33.892.175/0001-00, neste ato representado(a) pelo(a) **Diretor de Desenvolvimento Institucional**, o Sr. **FERNANDO GAIGER SILVEIRA**, nomeado(a) pela Portaria nº2.000, de 13 de março de 2023, publicada no DOU Seção 2, do dia 14 de março de 2023, portador da Matrícula Funcional nº **83***, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **xxxxxx**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº xxxxxx, sediado(a) no XXXXXXXXXXXXX, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por seu, **XXXXXXXX**, conforme atos constitutivos da empresa apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 03001.002503/2023-01 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº XXXX/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento é a **contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação utilizando links de dados com capacidade de prover comunicação de dados, voz e imagens por comutação de pacotes IP (Internet Protocol), para o IPEA Brasília e Rio de Janeiro**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS		CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	Serviço mensal de link dedicado de Internet com serviço Anti-DDoS em Brasília/DF	Subitem 1.1. - 10 Gbps	26506	Serviço/mês	12	R\$		R\$
		Subitem 1.2. - 5 Gbps				R\$		R\$
		Subitem 1.3. - 2 Gbps				R\$		R\$
2	Serviço mensal de link dedicado de Internet com serviço Anti-DDoS no Rio de Janeiro/RJ	Subitem 2.1. - 10 Gbps	26506	Serviço/mês	12	R\$		R\$
		Subitem 2.2. - 5 Gbps				R\$		R\$
		Subitem 2.3. - 2 Gbps				R\$		R\$
TOTAL						R\$		R\$

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. Termo de Referência. SEI nº ();

1.2.2. O Edital de Licitação;

1.2.3. A Proposta do Contratado; e

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze meses) contados do(a) assinatura do contrato pela Contratante, prorrogável sucessivamente por até 10 (anos) anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.2. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes, atentando ainda para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. [O valor mensal da contratação é de R\\$\(\) perfazendo o valor total de R\\$..... \(\)](#)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7.2. [Após o interregno de um ano, da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.](#)

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

- 8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto

contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.11. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **30 (trinta) dias**.

8.1.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

9.8. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguintes endereços:
- Sede do Ipea em Brasília - Endereço: Seps - Setor de Ed. Públicos Sul 702/902, Bloco C, Torre B - Térreo - Cidade: Asa Sul - Brasília/ DF - CEP 70390-025
 - Unidade do Ipea no Rio de Janeiro - Endereço: Av. Presidente Vargas, 730, 16º andar - Torres 3 e 4 - Ed. Bacen - Centro Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20071-900
- 9.36. O técnico **deverá se deslocar ao local da repartição.**
- 9.37. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa

que continuará a execução dos serviços.

9.38. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.

9.38.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

- 13.5.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.6.3. Indenizações e multas.
- 13.7. O CONTRATANTE poderá ainda:
- 13.7.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato; e
- 13.7.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
- 13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
- I - Gestão/Unidade: [113601](#);
- II - Fonte de Recursos: [1000](#);
- III - Programa de Trabalho: [0032](#);
- IV - Plano Interno: [249575](#);
- V - Elemento de Despesa: [33.90.40.13](#);
- VI - Nota de Empenho: [\(A nota de empenho será emitida após a homologação do pregão eletrônico\)](#).
- 15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

- 16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor](#) - e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

- 17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- FORO

- 18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Brasília, Seção Judiciária de Brasília para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Assinatura Eletrônica

FERNANDO GAIGER SILVEIRA

Diretor de Desenvolvimento Institucional
INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA

Assinatura Eletrônica

TESTEMUNHAS:

1) Nome:
Matrícula Funcional nº: **xx**

2) Nome:
Matrícula Funcional nº: **xx**

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo Contrato_tic_serviços - Lei 14.133/2021 - Advocacia Geral da União

Atualização: Ago/2025

Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico para contratação de serviços/Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação



Documento assinado eletronicamente por **Manoel de Ribamar Cardoso Barroso, Coordenador de Compras e Contratos Substituto - COCCT**, em 13/05/2026, às 10:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.ipea.gov.br/processoeletronico/conferir> informando o código verificador **0792490** e o código CRC **0642BF13**.

ANEXO IV AO EDITAL

MODELO DE DECLARAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA

Processo nº **03001.002503/2023-01**

Pregão Eletrônico nº/.....

DECLARAMOS, para fins de participação na presente licitação, que o (a) Sr. (a): _____ técnico qualificado da empresa: _____, CNPJ/MF nº _____, sediada á _____, compareceu no dia ____/____/____, e realizou a vistoria nas instalações do (a) _____ localizado à _____, onde serão realizados os serviços objeto da licitação em epígrafe,

Local, ____ de _____ de 202x.

Identificação e assinatura do representante do órgão

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA

DECLARAMOS nossa concordância com os termos da Declaração de Vistoria acima e que conhecemos o local e as condições de realização do serviço, dando-nos por satisfeitos com as informações obtidas e plenamente capacitados a elaborar nossa proposta para a licitação acima referenciada.

Local, ____ de _____ de 202x.

Assinatura do técnico da empresa proponente responsável pela vistoria

RG nº _____



Documento assinado eletronicamente por **Manoel de Ribamar Cardoso Barroso, Coordenador de Compras e Contratos Substituto - COCCT**, em 16/03/2026, às 10:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.ipea.gov.br/processoeletronico/conferir> informando o código verificador **0774802** e o código CRC **1A2D8CA6**.

ANEXO V AO EDITAL

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISTORIA

Processo nº **03001.002503/2023-01**

Pregão Eletrônico nº/.....

DECLARAMOS, em atendimento ao previsto no Edital de Pregão Eletrônico nº xx/xx e seus Anexos, que por intermédio do Sr. _____ portador do RG nº _____ e CPF: _____, responsável técnico da empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____ que, sob as penalidades da Lei, que tem conhecimento pleno das condições e particularidades inerentes à natureza dos serviços, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avanços técnicos ou financeiros com este órgão público federal .

Declaramos, ainda, que não alegaremos posteriormente o desconhecimento de fatos evidentes à época da vistoria para solicitar qualquer alteração de valor do contrato que viermos a celebrar, caso a nossa empresa seja vencedora.

_____, ____ de _____ de 20xx.

Assinatura e carimbo (representante da empresa)



Documento assinado eletronicamente por **Manoel de Ribamar Cardoso Barroso, Coordenador de Compras e Contratos Substituto - COCCT**, em 16/03/2026, às 10:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.ipea.gov.br/processoeletronico/conferir> informando o código verificador **0774804** e o código CRC **847A2911**.